

HISTÓRIA

*Interfaces entre
Memórias e
Transformações*

Jader Silveira (Org.)



HISTÓRIA

*Interfaces entre
Memórias e
Transformações*

Jader Silveira (Org.)



© 2022 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silveira, Jader Luís da
S587h História: Interfaces entre Memórias e Transformações - Volume 1 /
Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Editora
Uniesmero, 2022. 107 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84599-70-3
DOI: 10.5281/zenodo.6991205

1. História. 2. Interfaces. 3. Memórias. 4. Transformações. I.
Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 909
CDU: 93

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.uniesmero.com.br/2022/08/historia-interfaces-entre-memorias-e.html>



AUTORES

**EDUARDO BELLEZA ABDALA MIRANDA
FELIPE MONTEIRO PEREIRA DE ARAÚJO
JIMMY IRAN DOS SANTOS MELO
LUCAS KIRSCHNER CAMARGO NEVES
PEDRO DIDECO ANTUNES GUETTNAUER
PEDRO JORGE COUTINHO GUERRA
RODRIGO BASTOS DE ASSIS FERREIRA**

APRESENTAÇÃO

A História é uma ciência que estuda a vida do homem através do tempo. Ela investiga o que os homens fizeram, pensaram e sentiram enquanto seres sociais. Nesse sentido, o conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo.

A História é feita por homens, mulheres, crianças, ricos e pobres; por governantes e governados, por dominantes e dominados, pela guerra e pela paz, por intelectuais e principalmente pelas pessoas comuns, desde os tempos mais remotos. A história está presente no cotidiano e serve de alerta à condição humana de agente transformador do mundo.

Ao estudar a História nos deparamos com o que os homens foram e fizeram, e isso nos ajuda a compreender o que podemos ser e fazer. Assim, a história é a ciência do passado e do presente, mas o estudo do passado e a compreensão do presente não acontecem de uma forma perfeita, pois não temos o poder de voltar ao passado e ele não se repete. Por isso, o passado tem que ser “recriado”, levando em consideração as mudanças ocorridas no tempo. As informações recolhidas no passado não servirão ao presente se não forem recriadas, questionadas, compreendidas e interpretadas.

A História não se resume à simples repetição dos conhecimentos acumulados. Ela deve servir como instrumento de conscientização dos homens para a tarefa de construir um mundo melhor e uma sociedade mais justa. O estudo da História é, além disso, uma importante ferramenta de avanço no processo civilizacional – um ponto relevante que vale para todos os componentes escolares e para o conhecimento em geral. O que seria da humanidade se, a cada problema colocado pela conjuntura política, pelos anseios sociais ou mesmo pela pesquisa científica, os homens iniciassem a busca pela resposta a partir do zero?

A História preserva questões e respostas que já foram elaboradas e esmiuçadas no passado e que podem servir como ponto de partida para uma discussão mais bem fundamentada e profícua. Esta obra foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área. Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A EXPANSÃO ULTRAMARINA HOLANDESA NO CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO DOS SÉCULOS XVI E XVII.....	8
<i>Rodrigo Bastos de Assis Ferreira</i>	
Capítulo 2 MIRIRI – A HISTÓRIA DO ENGENHO (XVI A XVII)	24
<i>Pedro Jorge Coutinho Guerra</i>	
Capítulo 3 DOGMA 95: LUGARES E NÃO-LUGARES.....	46
<i>Felipe Monteiro Pereira de Araújo</i>	
Capítulo 4 IMPERATOR DOMINU. O DOMINATO EM DEBATE.....	66
<i>Eduardo Belleza Abdala Miranda</i>	
Capítulo 5 O DIABO E A JUVENTUDE: UMA HISTÓRIA (RE)CONTADA.....	81
<i>Jimmy Iran dos Santos Melo; Lucas Kirschner Camargo Neves</i>	
Capítulo 6 SERGUEI EISENSTEIN: UMA ANÁLISE DA OBRA DO DIRETOR DENTRO DO CONTEXTO DO REGIME SOVIÉTICO.....	94
<i>Pedro Dideco Antunes Guettbauer</i>	
AUTORES.....	106

Capítulo 1
A EXPANSÃO ULTRAMARINA HOLANDESA NO
CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO DOS SÉCULOS XVI E
XVII

Rodrigo Bastos de Assis Ferreira

A EXPANSÃO ULTRAMARINA HOLANDESA NO CONTEXTO POLÍTICO-RELIGIOSO DOS SÉCULOS XVI E XVII

Rodrigo Bastos de Assis Ferreira

Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval, com habilitação em Administração. Pós-graduando em Teologia e História Arminiana pelo Seminário Batista Livre. Pós-graduando em Teologia e História do Pentecostalismo com ênfase no Arminianismo Clássico pela Faculdade do Maciço de Baturité-CE. E-mail: assisrod97@gmail.com.

Resumo: A realidade dos empreendimentos ultramarinos holandeses no século XVII tornou-se essencial à consolidação de conquistas ultramarinas que subsidiassem os interesses comerciais dos burgueses neerlandeses. Contudo, para além de questões meramente econômicas, as dinâmicas políticas, militares e religiosas em que se inscreviam as principais lideranças neerlandesas, influenciariam os processos do movimento republicano europeu nos Países Baixos. Nesse sentido, a presente comunicação se debruçará sobre o contexto histórico supracitado, associando-o à origem dos empreendimentos ultramarinos iniciais que se viabilizaram pela criação dos dispositivos da Companhia da Índias Orientais e a Companhia das Índias Ocidentais, para discutir os fenômenos fundadores da sociedade holandesa seiscentista.

Palavras-chave: Expansão Ultramarina Neerlandesa. República das Províncias Unidas. WIC. VOC.

Abstract: The reality of Dutch overseas ventures in the 17th century became essential to the consolidation of overseas conquests that would subsidize the commercial interests of the Dutch bourgeois. However, beyond merely economic issues, the political, military and religious dynamics in which the main Dutch leaders were involved would influence the processes of the European republican movement in the Netherlands. In this sense, the present communication will focus on the aforementioned historical context, associating it with the origin of the initial overseas ventures that were made possible by the creation of the devices of the East India Company and the West India Company, to discuss the founding phenomena of Dutch society. seventeenth century.

Keywords: Dutch Overseas Expansion. Republic of the United Provinces. WIC. VOC.

1. INTRODUÇÃO

A realidade dos empreendimentos ultramarinos holandeses no século XVII tornou-se essencial à consolidação de conquistas ultramarinas que subsidiassem os interesses

comerciais dos burgueses neerlandeses. Para além de um interesse meramente comercial, as potencialidades políticas e militares saltaram aos olhos do autoritarismo governante do *stadeholder*¹ estabelecido no início do século de Ouro das Províncias Unidas. Sob o olhar imperialista de Maurício de Nassau, alinhava-se o interesse mercantil da recém constituída Companhia das Índias Orientais (VOC²), que estimulada por seus intentos comerciais se consolidava como desdobramento das medidas instituídas pela principal figura de autoridade da república flamenga: Johan Oldenbarnevelt. Por outro lado, tal popularidade criara conflito fundamental para se compreender os deslocamentos do empreendimento da VOC que incitava a criação de outra Companhia, estabelecendo relação mercantil e expansionista direta com as terras do Atlântico Sul: a Companhia da Índias Ocidentais (WIC³). Essa divisão dos empreendimentos mercantilistas neerlandeses se constituiu motivo de vulnerabilidade na, segunda metade do respectivo século, no enfrentamento das ameaças às suas frentes nas Américas, na costa ocidental da África e nas possessões asiáticas de domínio lusocastelhano.

À luz desses fatores, o presente artigo, o texto objetiva propor enxergar os movimentos internos na realidade local neerlandesa como desdobramentos dos atores decisivos nesse cenário. Para isso, será fundamental também averiguar as circunstâncias políticas internas dos Países Baixos, o contexto religioso de imigração, além do cenário da religiosidade local e as possíveis influências no âmbito político. Em outras palavras, essa pesquisa propõe responder como as dinâmicas religiosas e multipartidárias, influenciaram os elementos principais da política das Províncias Unidas. Nesse sentido, é relevante propor um caminho ligado à discussão de questões teológicas e a influência dos tratados políticos da época no direcionamento dos pensamentos das personagens fulcrais.

O texto ora em pauta é dividido em seis sessões as quais demarcam o caminho de pesquisa das lacunas a serem discutidas e realçadas. A primeira e a última se referem,

¹ A figura do *Stadeholder*: “era um título e posição similar ao de Regente, um cargo político das províncias do norte dos Países Baixos e que envolvia funções políticas. Era uma espécie de Governador Geral.” COSTA, R. S. da. In COUTO, Vinicius (org). **(IN) Tolerâncias religiosas nos Países Baixos**. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648). São Paulo: Editora Reflexão, 2021.

² VOC é a sigla para as iniciais holandesas que identificam o nome original da Companhia: *Vereenigde Oost-Indische Compagnie*.

³ WIC é a sigla para as iniciais holandesas que identificam o nome original da Companhia: *West Indische Compagnie*.

respectivamente, a introdução e conclusão onde são colocados os aspectos iniciais e de fechamento da argumentação. A terceira sessão aborda o contexto histórico relacionado às políticas herdadas das monarquias ibéricas em território neerlandês, buscando apontar suas influências nas dinâmicas que envolvem as diversas temáticas políticas e religiosas locais. Por outro lado, o quarto apontamento em destaque consiste na apresentação dos acontecimentos no ambiente separatista, enfatizando a insurgência de novos grupos religiosos imigrantes e a crescente liderança orangista nos meandros decisórios das Províncias Unidas. Como quarto aspecto, foi sublinhado o evento da trégua dos 12 anos e a importância das personagens envolvidas em seu estabelecimento. Cabe ressaltar que tal momento se tornou fundamental para reorientação das políticas locais, determinando novos ditames partidário-religiosos. Em quinto lugar, diante de todas as colocações dos tópicos anteriores, é feita uma análise dos embates políticos das autoridades neerlandesas envolvidas na controvérsia e uma reflexão sobre as implicações destes conflitos de interesses nas ações e decisões relacionadas aos fenômenos expansionistas.

2. O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO NEERLANDÊS ATÉ 1550

Após a abdicação das funções governamentais de seu pai Carlos V, Felipe II herda as inúmeras possessões territoriais vinculadas a Castela, no que explicita Cardim colocando que “a titulação real continuou a apresentar o reino de Aragão logo após o de Castela”. (CARDIM, 2016, p.50) Em 1555, a monarquia hispânica já apresentava indícios de fragilidades que serão fundamentais para o início das rebeliões de seus territórios batavos. As circunstâncias anteriores de diversos conflitos e frentes de combate que se encontravam as forças espanholas permitiram com que se destaca a flexibilidade das relações econômicas e políticas neerlandesas. Para Costa:

É importante ressaltar que foi a necessidade de se financiar de forma eficiente as cada vez mais frequentes e dispendiosas guerras que fez com que Carlos V conferisse às províncias e cidades um grau significativo de autonomia financeira (COSTA, 2021, p. 36)

Esse aspecto de flexibilidade e autonomia política e administrativa estava na raiz das origens do território batavo. O elo pelo direcionamento Leste-Oeste dos rios marcava a interdependência das províncias do interior e àquelas da costa, reforçando, nas províncias do norte, o estreitamento de interesses em torno da liderança neerlandesa. Nesse sentido,

debaixo de uma crise econômica latente, Felipe II estabelece o comando de Margarida de Parma como regente dos Países Baixos a fim de aumentar a centralização do governo da região. Além da regente geral, Felipe II nomeia *stadholders* para auxiliarem nas relações políticas e na condução da situação econômica. Entre eles, se encontrava Guilherme de Orange, da casa de Orange-Nassau⁴, que se tornou o *stadholder* da Holanda, Zelândia e Utreque.

As posturas de Felipe II, aliadas à insatisfação da nobreza pela nomeação de burgueses para o Conselho de Estado⁵, e da própria burguesia, pelas práticas de altas taxas tributárias pelo Imperador, fez com que o clima nas províncias nortistas estivesse favorável às revoltas por independência. Esse ideal de emancipação está enfaticamente marcado não por um sentimento identitário que o reforçasse, mas, de fato, pela propensão ultramarina burguesa e dos negócios comerciais e financeiros.

O primeiro desses pode-se dizer que se há desenvolvido desde os primórdios da fundação provincial, porém ausente de características profundamente nacionalistas. Os sentimentos de comunidade que uniam grande parte dos flamengos se inseriam em outra questão tão polêmica quanto esta, mas não criada como fruto do movimento de afirmação da origem de um Estado secular. Esse último só ocorrerá a partir do final do século XVIII, com a Revolução Francesa. O que se encontrava como raiz fundacional das controvérsias estava diretamente vinculado ao contexto religioso e contra-inquisitorial do século XVI, o Século da Reforma. Em segundo lugar, as inúmeras frentes de batalha em que se colocava o Sacro Império, seja contra os muçulmanos no oriente europeu, seja na condução da

⁴ A origem da casa de Orange-Nassau pode ser entendida através do seguinte trecho: “Nassau é uma cidade localizada no atual estado alemão da Renânia-Palatinato, no vale do rio Lahn, afluente do rio Reno. Nassau faz parte da Rota Orange (Orange Route) (...) atravessa cidades e regiões ligadas à Casa de Orange-Nassau, a dinastia de origem alemã que há cerca de meio milênio reina nos Países Baixos (...) Dudo von Laurenburg (ca. 1060 – ca. 1123), o reverenciado fundador da Casa de Nassau, numa colina diante do rio Lahn, é o berço ancestral da Casa de Orange-Nassau, uma das mais importantes famílias aristocráticas teuto-neerlandesas. (...) Foi o antigo senhorio associado ao Castelo de Nassau que deu origem a esta dinastia germânica (...) Henrique III de Nassau e Breda (1483-1538), irmão de Guilherme I de Nassau-Dilemburgo (1487-1559), o Rico, pai este de Guilherme I (1553-1584), o Taciturno, príncipe de Orange, o patriarca dos Países Baixos, casou-se com Cláudia de Châlön (1498-1521) (...) Morto sem descendência Renato de Chalôn, seu primo Guilherme I, o Taciturno, herdou o principado de Orange. Surgiu, assim, a Casa Orange-Nassau, a família real dos Países Baixos” ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. **Albuquerque e Nassau: origens e perfis: Portugal, Espanha, Brasil, Alemanha, Países Baixos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2018, p. 92.

⁵ Segundo Israel, em seu clássico sobre a República Holandesa, “O imperador [Carlos V, grifo criou três novas instituições centrais em 1531, um grande órgão formal chamado de “Conselho de Estado”, um conselho reorganizado de finanças e um Conselho Secreto. (...) Oficialmente, o Conselho de Estado era o mais importante desses órgãos e era o fórum dos principais seigneurs. Isto consistia de doze membros, a maioria dos quais magnatas do sul, além de sua figura presidente, Jean Carondelet, arcebispo de Palermo, jurista e clérigo” ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: it’s rise, greatness and fall – 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995. p. 36-37.

guerra franco-espanhola, faziam com que Felipe II, herdando esse contexto de seu pai Carlos V, aumentasse cada vez mais a tributação das províncias baixistas

O semblante preocupado de Felipe II em sua visita às celebrações na próspera Antuérpia tramava instrumentos de dominação, durante a trégua, que serviriam para aumentar seu controle sobre as possessões e preparar seu exército com os financiamentos dos bolsos neerlandeses. Nada melhor que unir sua fé católica intolerante com o ato de perseguição no apoio às ações inquisitoriais, bem como restituir o tribunal de Mechlin. A Inquisição como tribunal eclesiástico remontava a tradição das medidas adotadas por Carlos V em 1550 no Concílio de Trento, que havia regredido a, até então, Dieta de Augsburg de 1530. Por sua vez, o tribunal de Mechlin tinha como principal alvo, para Motley, “ aniquilar todas as diversidades em suas leis por uma cassação geral de suas constituições” (MOTLEY, 1973, p. 66), isto é, as leis que beneficiassem as elites neerlandesas e estivessem contrárias aos interesses da Corte.

Nesse sentido, a figura do Duque de Alba, conselheiro de Felipe II e também de seu pai, veio exercer uma pressão fiscal e uma intolerância religiosa intensificada nos territórios flamengos em 1567. Medidas diplomáticas foram buscadas pelos nobres protestantes da região através da Liga do Compromisso de 1565; entretanto, naquele estágio, a via diplomática já não mais surtiria efeito. O aspecto religioso, motivado por movimentos de reforma protestante na região, por forte sentimento anti-católico e pelas atrocidades sofridas nos embates com a monarquia hispânica levaram ao levante liderado pelas províncias marítimas da Holanda, Zelândia e Frísia, sendo as províncias que mais abraçaram o protestantismo reformado.

3. O CONTEXTO POLÍTICO E RELIGIOSO DA GUERRA PELA SEPARAÇÃO

Outro aspecto que merece destaque é abordar a liderança política do *stadholder* Guilherme de Orange sobre as revoltas neerlandesas. Segundo Albuquerque, as principais razões para Guilherme de Orange se envolver no conflito estavam:

Ao tornar-se o principal líder da Guerra dos Oitenta Anos, ele foi considerado um traidor por Felipe II. Insatisfeito com o processo de transferência de prerrogativas que tradicionalmente haviam pertencido aos Estados, os Parlamentos provinciais, e com a perseguição aos protestantes, Guilherme tornou-se o principal financiador e agitador da Guerra dos Oitenta Anos, convertendo-se num inimigo jurado de morte pelo Império Espanhol (ALBUQUERQUE, 2018, p. 105)

Para analisar tais opiniões, é importante inserir o contexto da formação religiosa do Príncipe da Casa de Orange-Nassau. Sua mudança constante de religião, desde sua formação luterana, até sua passagem pelo catolicismo para que herdasse o Principado de Orange e posterior conversão a fé reformada calvinista mostra a face eclética e política do perfil desse líder republicano. Essa perspectiva fazia-o ser favorável à liberdade religiosa, influenciado principalmente por seu orientador espiritual Jean Taffin (1529-1602), calvinista pacificador entre os valões católicos, habitantes do sul da atual Bélgica, e os refugiados huguenotes no Sínodo de Endem (1571). Dessa forma, é possível constatar que Guilherme I poderia ter decidido apoiar a revolta por motivos de defesa de suas convicções de liberdade religiosa.

Em 1559, Felipe II o promove a *stadholder* da Holanda, Zelândia e Utreque. No momento em que se inicia os procedimentos de controvérsia religiosa nos Países Baixos, Guilherme, utilizando-se de sua percepção política alinha suas convicções com àquelas de aspecto protestante ao considerar que retomar sua perspectiva católica o tornaria inimigo dos vingadores iconoclastos, os líderes dos territórios ao norte da Províncias Unidas. Através disso, outros nobres protestantes luteranos financiaram os empreendimentos de guerra dos revoltosos.

Com isso, o cenário dos laços políticos e religiosos estavam condicionalmente efetivados: os reformados calvinistas que iniciaram ocupação das províncias nortistas nos anos posteriores à década de 40 do século XVI serão os personagens fundamentais para o apoio político necessário à liderança de Guilherme de Orange nos incursos das guerras de separação das províncias nortistas.

4. AS CONTROVÉRSIAS DA TRÉGUA DOS 12 ANOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O EXPANSIONISMO NEERLANDÊS

O enredo político e religioso supracitado terá como ponto de inflexão na continuidade do desenrolar dessas dinâmicas o assassinato de Guilherme, “O Silencioso”. Sua morte gerou uma crise política em disputas de espaços e poder na cúpula das Sete Províncias Unidas. Estavam em jogo não só a liderança política a ser estabelecida, mas também a perpetuação do republicanismo⁶ como forma de governo, a relação entre Igreja

⁶ Gelderen nos explica que “A República Holandesa era, como disse de Schepper, 'uma confederação de províncias e cidades quase autônomas com forte federalização elementos que se baseavam em noções de

e Estado trazidos pela controvérsia arminiana, bem como a propensão expansionista ultramarina comercial neerlandês.

De um lado estava o chefe de estado, filho de Orange e líder militar dos intentos batavos: Maurício de Nassau. Com perfil de claras propensões monárquicas, Maurício aliou-se ao elo reformado calvinista de ala rígida em seus pensamentos teológicos, doutrinários e políticos. Importante salientar que o seu inimigo posterior, Oldenbarnevelt, foi o mesmo que o colocou no poder com hábil decisão estratégica para manter e garantir as bases para a independência holandesa. Esse aspecto central será analisado nos próximos parágrafos da discussão do presente texto.

A origem desse grupo calvinista rígido holandês que apoiou Nassau remonta seus primórdios aos intensos combates entre huguenotes e católicos na França, principalmente àqueles relacionados à Noite de São Bartolomeu⁷. Subindo pelo sul, os franceses huguenotes foram rompendo as fronteiras das províncias de Brabant e Flandres pela facilidade com a língua francesa, idioma usado também na região. A anterior Paz de Augsburgo que tinha trazido relativa paz à ala protestante luterana nos Países Baixos ainda não era aplicada às iniciativas reformistas de Calvino e seus seguidores. Nos tempos de Felipe II e no reforço dos ditames tridentinos⁸, sendo inspirados pelas obras *monarcômacas*⁹, os huguenotes, segundo Quentin Skinner (SKINNER, 1996, p.518),

soberania popular. " governo parlamentar da República foi uma mistura de aristocracia e democracia, oferecendo grandes grupos de sua população oportunidades de participação política que eram inigualáveis em a maioria dos outros sistemas políticos europeus contemporâneos (...)As províncias tinham dois funcionários importantes. Primeiro, cada província teve um Advogado, normalmente um jurista profissional a tempo inteiro, que era permanente envolvido nos assuntos dos Estados provinciais e frequentemente participou dos Estados Gerais. Por causa da proeminência da Holanda, o Advogado da Holanda pode se tornar o principal político do país, como, por exemplo, Oldenbarnevelt (...). Em segundo lugar, as províncias geralmente, embora não sempre, nomeado um *Stadtholder*. Tradicionalmente, o *Stadtholder* era um membro da dinastia Orange-Nassau e muitas vezes ocupou o cargo em várias províncias. O *Stadtholder* ocupou o comando do exército, ele era almirante da frota, ele tinha autoridade para conceder perdão e em alguns casos ele elegeu os vereadores da cidade", cf. GELDEREN, 1992, p. 72.

⁷ A emblemática Noite de São Bartolomeu teve por contexto e conseqüente causa a seguinte consideração: "A ameaça imediata no verão de 1572 surgiu das exigências de Coligny em favor de uma campanha para apoiar a oposição crescente - e em parte calvinista - ao domínio espanhol nos Países Baixos. Foi nesse momento que ela [Catarina de Médici, regente francesa e responsável por tramar morte do Almirante Coligny, *grifo nosso*] evidentemente decidiu que Coligny teria de ser eliminado. Mas o plano falhou, pois a bala do assassino não o matou, apenas feriu. Ela parece ter então entrado em pânico, ordenando, em desespero, que se exterminasse toda a liderança huguenote" SUTHERLAND apud SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 516-517.

⁸ Das decisões do Concílio de Trento.

⁹ É importante ressaltar que o conceito de *Monarcômacos* se fundamentava como tipos de obras que combatiam o poder do soberano absolutista, que abriam espaço para o tiranicídio. Originou-se nos embates huguenotes para ampliar sua argumentação quanto ao direito de resistência, sendo chamadas de Teoria da Resistência. Exemplos de obras *monarcômacas*: *Francogallia*, de François Hotman, *Du droit des magistrats*,

desenvolveram uma teoria própria do direito de resistência na década de 1570. Por meio dessa teoria, havia a existência de um duplo pacto, *duplex foedus*, que garantia a obediência do povo ao rei, este como representante divino, enquanto ele fosse fiel a Deus. Caso contrário, o povo poderia desobedecer ao rei e até resistir pelo poder das armas.

Entretanto, a hostilidade a esse tipo de argumentação foi o que prevaleceu no calvinismo nos Países Baixos na década de 1570. Incrementando aspectos estoicistas¹⁰, o principal influenciador nas províncias neerlandesas contrário a abordagem do direito de resistência foi Justus Lipsius.¹¹ Tendo como ponto inicial o conceito de Fortuna¹², Lipsius associava-o aos desígnios irredutíveis da soberania divina. Segundo Skinner, as implicações políticas desse pensamento seriam a ideia de que cada pessoa tem o “dever de submeter-se à ordem existente das coisas, jamais resistindo ao governo vigente, aceitando-o e, quando necessário, suportando-o com coragem e constância”. (SKINNER, 1996, p. 550)

Com essa mentalidade, o calvinismo holandês ganhou os status necessários para fundamentarem catecismos e credos que sustentassem suas afirmações teológicas, dogmáticas e doutrinárias, e consubstanciassem seus imperativos político-partidários. Tal fato se materializou na realização em 1571 do Sínodo de Emden que oficializou a Igreja

de Theodoro de Beza, e *Vindiciae contra tyrannos*, de Philippe du Plessis-Mornay. cf. SKINNER, 1996, p. 518-519.

¹⁰ O Estoicismo pode ser definido como “uma das grandes escolas filosóficas do período helenista, assim chamada pelo pórtico pintado onde foi fundada, por volta de 300 a.C., por Zenão do Cício. (...) compartilhou a afirmação do primado da questão moral sobre as teorias e o conceito de filosofia como *vida contemplativa* acima das ocupações, das preocupações e das emoções da vida comum. Seu ideal, portanto, é de *ataraxia* ou *apatia*.” ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Ed. Revisada e Ampliada. Martins Fontes. São Paulo, 2007, p. 375.

¹¹ Relacionado à vida de Justus Lipsius, pode-se dizer que foi “O mais célebre defensor do mesmo ponto de vista nos Países Baixos em fins do século foi Justus Lipsius, católico de nascimento que deixou sua terra natal em 1571 para lecionar na Universidade de Jena, luterana, transferindo-se depois para a Universidade de Leyden, calvinista, e finalmente retomando à Igreja católica para ocupar a cátedra de latim em Louvain, no início da década de 1590” ZANTA apud SKINNER, 1996, p. 550.

¹² O conceito de Fortuna, segundo Skinner, se dá da seguinte maneira: “O ponto de partida de todos esses autores é o conceito da Fortuna, que eles personificam, em típico estilo humanista, como uma deusa inescrutável, caprichosa e de poder potencialmente esmagador.” SKINNER, 1996, p. 550. Nesse sentido, os humanistas utilizavam-se do conceito de Fortuna para referir-se a força do destino, àquela que levava às calamidades e guerras, aos acontecimentos de que os homens não têm controle. Se referem ao ordenamento de todas as coisas, o que será conhecido na teologia calvinista pelo determinismo.

Reformada Holandesa, determinando a Confissão Belga¹³ e o Catecismo de Heidelberg¹⁴ como base confessional para as igrejas de fala holandesa, por parte de professores e ministros religiosos. Embora isso não fosse expressamente defendido por esse movimento religioso, esse ‘catecismolatria’ marcará as ações intolerantes dos calvinistas associados ao governo de Nassau.

Contra esse pensamento que se levantaria o teólogo reformado holandês Jacó Armínio (1559-1609). Seguindo uma formação de fundamentos do movimento da *Devotio Moderna*¹⁵ em Utreque, Armínio defendia a concepção de uma “boa consciência” dada por Deus sendo esta garantidora da liberdade cristã e da liberdade de pensamento. Com raízes na Renascença do Norte, as ideias desse teólogo holandês incorporavam o espírito nativista de Erasmo de Roterdã e dos teólogos do humanismo cristão¹⁶. Nesse sentido, a

¹³A Confissão Belga pode ser compreendida, segundo Brès, como “o primeiro dos padrões doutrinários das Igrejas Reformadas é a Confissão de Fé. É chamado normalmente de Confissão Belga, pois é originário da região sul dos Países Baixos, conhecida hoje como Bélgica. O seu principal autor, Guido de Brès, um pregador das Igrejas Reformadas dos Países Baixos, foi martirizado por causa da Fé no ano de 1567. Durante o Século XVI as igrejas desse país estavam sujeitas às mais terríveis perseguições por parte do governo católico-romano. (...) Ao compor a Confissão, o seu autor valeu-se, numa certa medida, da Confissão das Igrejas Reformadas da França, escrita principalmente por João Calvino e publicada dois anos antes. Contudo, a obra de de Brès não é uma mera revisão do trabalho de Calvino, mas uma composição independente. Ela foi imediata e alegremente recebida pelas igrejas dos Países Baixos e adotada pelos Sínodos Nacionais convocados nas últimas três décadas do Século XVI. Depois de uma criteriosa revisão, não do conteúdo, mas textual, o grande Sínodo de Dort de 1618/1619 a adotou como um dos padrões doutrinários” BRÈS, Guido de. **Confissão Belga**. Trad. Marcos Vasconcelos. São Paulo: Centro de Literatura Reformada – CLIRE, 2016, p. 6-10.

¹⁴No que consiste ao Catecismo de Heidelberg, é possível dizer que: “O Catecismo de Heidelberg, segundo os padrões doutrinários das Igrejas Reformadas, foi escrito em Heidelberg a pedido do Eleitor Frederico III, governador, entre 1559 e 1576, da mais influente província alemã, o Palatinado. (...) comissionou Zacarias Ursinus, vinte e oito anos de idade e professor de Teologia da Universidade de Heidelberg, e Gaspar Olevianus, vinte e seis anos de idade e pregador da corte de Frederico, para que preparassem um catecismo para instruir os jovens e guiar pastores e mestres. (...) O Catecismo de Heidelberg foi adotado pelo Sínodo de Heidelberg e publicado na Alemanha com um prefácio de Frederico III datado de 19 de janeiro de 1563. (...) O Catecismo de Heidelberg tornou-se ampla e favoravelmente conhecido nos Países Baixos quase imediatamente após sair das prensas, principalmente pelos esforços de Pedro Dathenus, que traduziu para o holandês e acrescentou à sua versão do Saltério de Genebra, publicando-o em 1566. (...) Os Sínodos Nacionais do século dezesseis o adotou como uma das Formas de Unidade, requerendo dos seus oficiais eclesiásticos que o subscrevessem e que os seus ministros o explicassem às igrejas. Essas exigências foram fortemente enfatizadas pelo grande Sínodo de Dort de 1618/1619” URSINUS, Zacarias. **O Catecismo de Heidelberg**. Trad. Marcos Vasconcelos. São Paulo: Centro de Literatura Reformada – CLIRE, 2016, p. 5-7.

¹⁵A espiritualidade da *Devotio Moderna* foi historicamente compreendida como um movimento religioso dentro da igreja medieval tardia e originou-se no século XIV na Holanda e se espalhou no século XV principalmente no noroeste da Alemanha. No século XVI, no entanto, perde sua influência, mas continuou no pensamento dos humanistas do Renascimento alemão e em alguns reformadores. INSHAQ, Vivian. *Missionários Reais: a literatura religiosa e a disputa pelas almas devotas, século XVI-XVIII*. **Acervo**. v. 16. n. 2. p. 147-172. 2011

¹⁶No bojo do Renascimento do Norte, o Humanismo Cristão se refere como: “O humanismo, afinal de contas, foi muito mais religioso que se afirmou durante muito tempo. Certamente houve as extravagâncias da “Academia Romana” (...) Houve, o que é mais grave, a obra materialista de Pomponazzi, *De immortalitate animi* (1516). Houve principalmente o grande livro anticristão desses conturbados tempos, *O Príncipe*, de Maquiavel (1516). Todavia, no conjunto, os humanistas foram espíritos religiosos, mas independentes. (...)”

influência do espírito renascentista de Erasmo de Roterdã¹⁷ quanto ao nativismo religioso neerlandês e a necessidade de tolerância às crenças existentes era colocada buscando garantir, em um sentido complexo e não total, a liberdade de práticas católicas e protestantes. A visão erasmiana do *Príncipe Cristão*, que era o entendimento majoritário nacional até a metade do século XVI de como deveria ser um magistrado cristão¹⁸, influenciaria totalmente a visão erastiana¹⁹ de Armínio quanto à essa questão.

Em suas ideias políticas, Armínio defendia a forma erastiana de se compreender a relação entre Estado e Igreja, apoiando-se nos burgomestres, magistrados e nobres holandeses²⁰. Suas ideias começaram a ganhar notoriedade ao ser convocado para defender a interpretação calvinista de Romanos 7 contra àquelas colocadas por Dirck Coornhert. Armínio não o tratou como herege por perceber similitudes do pensamento de

eles [os pensadores do humanismo cristão, *grifo nosso*] evoluíram a maior parte das vezes para uma concepção otimista do homem (...) Descobriram na alma humana uma aspiração natural para Deus e descortinaram em cada religião uma manifestação pelo menos parcialmente válida desse impulso para o divino. (...) Os humanistas não negavam o pecado original, mas, em geral, não insistiam nele. (...) Além disso, mensageiros de uma doutrina de paz, eles desaprovaram muitas vezes a violência e o cisma.” DELUMEAU, Jean. **Nascimentos e Afirmção da Reforma**. Trad. João Pedro Mendes. Pioneira. São Paulo, 1989, p. 79-80.

¹⁷ Acerca da erudição de Erasmo de Roterdã, esse foi conhecido como humanista cristão da transição do século XV e XVI, foi escritor, filósofo e teólogo neerlandês. Erasmo representa um dos mais importantes escritores do humanismo cristão renascentista. Nasceu em 1466, se tornou monge agostiniano, porém ao deixar a vida monástica, foi estudar na Universidade de Paris e se colocou a viajar por vários países. Ao estudar grego na Universidade de Oxford na Inglaterra deu novos rumos às suas obras sendo fundamental para os movimentos reformistas católicos e protestantes posteriores. Para mais informações: ZWEIG, Stefan. **Triunfo e Tragédia de Erasmo de Roterdão**. Trad. Maria Elsa Neves e Maria José Diniz. Barcelona: Assírio & Alvim. 2020.

¹⁸ Sobre o magistrado cristão e o entendimento erasmiano é propício a seguinte colocação: “A essência da mensagem humanística, como nos diz Erasmo no *Príncipe Cristão*, pode assim resumir-se na ideia de que o objetivo do governo deve consistir em alcançar “o mais alto grau de virtude”, enquanto o dever do governante deve ser o de servir como a encarnação da “virtude em sua forma mais pura e mais elevada” (pp. 187, 189). (...)Essa é a formidável esperança subjacente à exigência que Erasmo tantas vezes reitera, em especial no *Príncipe cristão*, de que todos os governantes e magistrados “sejam íntegros em todas as virtudes” e se considerem “nascidos para o bem público” (p. 162). Se o príncipe atingir a plena virtude, isso fará que ele seja, plenamente, cristão; e, se se tornar cristão por inteiro, isso o capacitará a assentar os fundamentos de uma perfeita república.” DELUMEAU, 1989, p. 250-251.

¹⁹ O pensamento do Erastianismo pode ser entendido como a: “Doutrina estabelecida por Thomas Erastus (1524-1583), segundo a qual a Igreja deve, em tudo, submeter-se a autoridade do Estado.” ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico: um suplemento biográfico dos grandes teólogos e pensadores**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2019, p. 164.

²⁰ Essa ideia erastiana e a perspectiva arminiana da liberdade religiosa era chamada de *compreensão* e pode ser entendida conforme o seguinte trecho “Esse padrão permite um nível de latitude dentro da confissão reconhecida; além disso, permite certa flexibilidade para grupos não conformistas, embora imponha uma ou outra penalidade sobre eles. (...) Embora esse sistema [o sistema erastiano pela *compreensão, grifo nosso*] não constitua uma liberdade religiosa completa a todos, ela realmente representa um avanço na liberdade dentro de uma estrutura interna da igreja estabelecida. (...) Devemos observar, no entanto, que em razão do papel dos magistrados, a autoridade política recebeu um espaço que para nós é questionável. (...) Por outro lado, Armínio e seus companheiros podiam encontrar nos magistrados e sua laicidade um espírito de tolerância rejeitado pelos calvinistas rígidos”. ADAMS, James Luther. In MCCULLOH, Gerald O. (org). **A fé e a liberdade do homem**. Trad. Wellington Mariano. 1ª ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p. 119.

Coornhert com seu entendimento à luz das Escrituras Sagradas. Em seus anos como *Rector Magnificus* da Universidade de Leiden (1605-1609), colocou também em uma nova controvérsia que tomaria rumos ainda maiores no contexto dos Estados Holandeses do Norte. Agora, a questão era seu entendimento da soteriologia bíblica em contrapartida ao supralapsarianismo²¹ calvinista defendido na Holanda por Francisco Gomarus. Para além de uma discussão meramente teológica, por trás desses embates se colocavam propostas de Estado totalmente diferentes entre o ramo nativista arminiano e o lado calvinista holandês. Tal fato poderá ser observado nos contornos políticos que se aproveitariam os dois projetos de República Holandesa e sua Expansão nas figuras já mencionadas de Maurício de Nassau e Johan Oldenbarnevelt.

5. OS REFLEXOS DAS CONTROVÉRSIAS TEOLÓGICO-RELIGIOSAS

De posse dessas informações e retomando a análise das figuras políticas em questão, representando a personalidade mais notável do ambiente político flamengo, Johan Oldenbanervelt, de origem humilde, juntou-se à casa dos Orange em 1572. Em 1582 tornou-se confidente de Guilherme I, aumentando seu poder e influência. Assim, os Estados da Holanda escolheram Oldenbarnevelt para ser o seu *raadspensionaris*²², o Advogado Geral do Estado. Sua notória capacidade política o fizera ser uma das pessoas mais influentes e populares da Holanda.

Todavia, a relação até então pacífica entre *stadholder* e o *raadspensionaris* começará a ser corroída na Batalha de Newport em 1600. Alegando que Oldenbarnevelt havia subestimado os riscos de entrar em perigo com essa luta frente aos espanhóis, Nassau considerou imprudente tal medida. O estopim dos embates envolvendo essas duas lideranças políticas nortistas estariam ligados a adoção da Trégua dos Doze Anos (1609-1621). Como homem da guerra, Maurício não apoiava o estabelecimento da trégua e da paz, pois temia uma paz constante a qual levasse o povo a aceitar o domínio espanhol

²¹ Supralapsarianismo: “doutrina elaborada [inspirado em Theodoro Beza, *grifo nosso*] pelo calvinismo holandês, segundo a qual os decretos concernentes ao destino eterno do ser humano foram elaborados por Deus antes da Queda no Éden. Esta seria a ordem dos decretos de Deus segundo o supralapsarianismo: 1) Decretação da salvação de uns e da condenação eterna de outros; 2) Criação tanto dos primeiros quanto dos segundos; 3) Chancelamento do direito à queda de ambos; e 4) Reconhecimento da provisão de salvação apenas para os eleitos.” ANDRADE, 2019, p. 336.

²²*raadspensionaris*: “o defensor da província. Em teoria, isso significava que ele era simplesmente o secretário permanente e vereador dos Estados.” KLEIJ, Sonja. **Van Oldenbarnevelt**: Dutch political conflict in Dutch and English Drama. Comparative Literary Studies. Utrecht: Utrecht University, 2018, p. 4.

novamente. Em contrapartida, Van Oldenbarnevelt era a favor de um longo armistício, mas com única condição de que os espanhóis abrissem mão de sua soberania sobre todas as Sete Províncias. Ao final das tratativas, a trégua foi estabelecida e Oldenbarnevelt saiu-se como grande herói desse acordo. Nesse sentido, é possível observar como as divergências religiosas corroboravam os pontos de vista acerca de ser favorável ou não ao engajamento militar. Seguindo uma diplomacia mais pacifista e cooperativa, Oldenbarnevelt reflete o pensamento de tolerância religiosa arminiana associada ao aspecto político e a liberdade de consciência. Enquanto isso, a defesa dos empreendimentos belicistas por Nassau reverbera o pensamento calvinista predominante nessa época, colocando a guerra como um mal necessário para o estabelecimento de uma esfera política da Reforma Calvinista e o estabelecimento de uma *Teocracia Reformada*. Tema esse que exige uma tratativa mais extensa a qual não cabe no presente artigo pela limitação do espaço determinado. Por meio da trégua, as Províncias Unidas tiveram um grande fomento ao desenvolvimento comercial mercantilista da recém criada VOC. Segundo Ferlini:

com a Trégua dos Doze Anos a Espanha e as Províncias Unidas, os holandeses voltaram aos negócios do açúcar. Entre 1609 e 1621, calcula-se que anualmente cerca de 50 mil caixas de açúcar do Brasil chegavam à Holanda para serem processadas nas 29 refinarias ali existentes (FERLINI, 1986, p.74)

Em 1602, como fruto das negociações estratégicas e inovadoras de Oldenbarnevelt, foi fundada a Companhia das Índias Orientais (VOC). Com o confisco empreendido por Felipe II aos navios holandeses, a resposta encontrada por esses navegadores comerciantes foi irem diretamente a fonte dos produtos mercantilistas, marcando um novo período no comércio internacional. Servindo as pretensões econômicas e também políticas de conquista das terras indianas, a VOC foi instituída por ato estatal de Carta-Patente e integrava não só uma iniciativa privada, mas um elo governamental fundamental para a garantia de benefício a todos os envolvidos em seus negócios na Holanda. Esse aspecto ideológico estava no cerne do pensamento político do Advogado Geral e foi representado pelo seguinte trecho do referido documento fundacional:

Por meio da criação de uma entidade, organização e política, seguras e sólidas, elas serão ligadas umas às outras, sendo administradas e expandidas conjuntamente para o bem de todos os residentes dos Países Baixos Unidos que queiram participar disto. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 90)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda essa crise já nos primórdios do Século Dourado neerlandês apontava para o fim prematuro dessa marcante época. Ao conceder todas as fontes do poder político nas mãos do *stadeholder*, os calvinistas subsidiaram decisões autoritárias que iriam desencadear o processo de crise estatal. Um exemplo disso se deu no *coup d'État*, isto é, o golpe de estado procedido por Nassau, destituindo o cargo de Advogado Geral do Estado de Oldenbarnevelt, bem como os magistrados de ala arminiana das câmaras municipais e burgomestres para colocar calvinistas gomaristas na preparação para os eventos sinodais que aconteceriam no final da década de 1610. Embora em seu desenvolvimento da teoria política, o partido reformado defendia o direito de repúdio ao governante que não agisse para o bem do povo e representando a soberania divina, como disposto nos tratados de Justos Lipsius, na prática, se tornaram cegos ou preferiram assim se colocarem às afrontas aos ideais republicanos esboçados por Maurício. Esses dispositivos do direito de resistência calvinista, portanto, foram suprimidos ou intencionalmente não exercidos influenciados pelos próprios interesses políticos gomaristas em torno da supremacia teológica e eclesiástica sobre o partido arminiano. Ainda assim, essa questão se tornará fruto de desavença posterior entre os próprios calvinistas e os intentos de Nassau que pode ser investigada em uma próxima pesquisa.

As conquistas militares ultramarinas posteriores ainda que dessem fôlego a burguesia neerlandesa, seriam afetadas negativamente pela falta de recursos disponíveis pelos investidores e pelo fato de os Estados Gerais estarem envolvidos nas guerras no continente europeu. Para a segunda metade do século XVII, a República veria a ampliação de seus domínios, porém com substanciais mudanças nos contornos políticos, sociais e religiosos que permitiram a continuidade do sucesso holandês. Entretanto, como se havia iniciado as empreitadas da WOC, é pertinente a fala de Albuquerque quando diz que: “a mesma entidade política que a criou e subsidiou [referindo-se à República das Províncias Unidas, *grifo nosso*] terminou tendo de arcar com seu passivo” (ALBUQUERQUE, 2018, p.144).

7. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Ed. Revisada e Ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 375.
- ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. **Albuquerque e Nassau: origens e perfis: Portugal, Espanha, Brasil, Alemanha, Países Baixos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2018, p. 92, 105.
- ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. **A Revolução Holandesa: origens e projeção oceânica**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014, p. 90, 144.
- ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário Teológico: um suplemento biográfico dos grandes teólogos e pensadores**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2019, p. 164, 336.
- BRÈS, Guido de. **Confissão Belga**. Trad. Marcos Vasconcelos. São Paulo: Centro de Literatura Reformada – CLIRE, 2016, p. 6-10.
- CARDIM, Pedro. MIRANDA, S. M. “A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios”. In FRAGOSO, J. L. R. GOUVÊA, M. de F. **Coleção: O Brasil Colonial**. vol. II. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 50.
- COSTA, R. S. da. “Os Holandeses: dos Países Baixos às Províncias Unidas entre os anos de 1515 e 1648”. In COUTO, Vinicius (org). **(IN) Tolerâncias religiosas nos Países Baixos**. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648). São Paulo: Editora Reflexão, 2021.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimentos e Afirmação da Reforma**. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989, p.79-80, 250-251.
- FERLINI, Vera Lúcia. **A Civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 74.
- GELDEREN, Martin Van. **O Pensamento Político da Revolta Holandesa (1555-1590)**. Universidade de Cambridge. Reino Unido: Cambridge University Press, 1992, p. 72.
- INSHAQ, Vivian. “Missionários Reais: a literatura religiosa e a disputa pelas almas devotas, século XVI-XVIII”. **Acervo**. v. 16. n. 2. p. 147-172. 2011
- ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic: it’s rise, greatness and fall – 1477-1806**. New York: Oxford University Press, 1995, p. 36-37.
- KLEIJ, Sonja. **Van Oldenbarnevelt: Dutch political conflict in Dutch and English Drama**. Comparative Literary Studies. Utrecht: Utrecht University, 2018, p. 4.
- MCCULLOH, Gerald O. (org). **A fé e a liberdade do homem**. Trad. Wellington Mariano. 1ª ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015, p. 119.

MOTLEY, John Lothrop. **The Rise of the Dutch Republic**. A History (1555-1566). vol. 1
Londres: Ams Pr Inc. Netherlands, 1973, p. 66.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato
Janine Ribeiro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 516-519, 550.

URSINUS, Zacarias. **O Catecismo de Heidelberg**. Trad. Marcos Vasconcelos. São Paulo:
Centro de Literatura Reformada – CLIRE, 2016, p.5-7.

ZWEIG, Stefan. **Triunfo e Tragédia de Erasmo de Roterdão**. Trad. Maria Elsa Neves e
Maria José Diniz. Assírio & Alvim. 2020.

Capítulo 2
MIRIRI – A HISTÓRIA DO ENGENHO (XVI A XVII)
Pedro Jorge Coutinho Guerra

MIRIRI – A HISTÓRIA DO ENGENHO (XVI A XVII)

*Pedro Jorge Coutinho Guerra*²³

Historiador e aluno do Mestrado em História pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

RESUMO

Artigo mostra o Engenho do Miriri como local de contribuição para história da Paraíba. A análise deu-se em diversos trabalhos historiográficos, relatos de cronistas do século XVII e pesquisas mais recentes do campo da história publicados em Universidades brasileiras, bem como em livros que envolvem os temas: caminhos do açúcar, beneditinos e a construção do engenho do Miriri. Na parte metodológica, utilizamos de Albuquerque Júnior (2007) ao conceito de “inventar”, que no trabalho aponta para frentes sobre as construções do engenho do Miriri e, assim, identificamos por meio destes as condições que apontaram ao início da história da Paraíba, sendo local de desenvolvimento e produção do açúcar entre os séculos XVI e XVII no nordeste brasileiro. Desta maneira, apresentamos o Engenho do Miriri como local em que não pode ser silenciado na história da Paraíba. Para isso, percorremos o início da colonização brasileira traçando os caminhos do açúcar ao curso do rio Miriri e como este a partir de doações de sesmarias passou as mãos dos beneditinos por ordem da Coroa Portuguesa. A ideia foi localizar o leitor fazendo um panorama histórico do surgimento do engenho do Miriri, partindo das doações de terras no início da exploração portuguesa em terras brasileiras. Assim, o local vivencia diversas tramas ao longo da sua história e permanências as margens do rio, estando envolvido também na década de 1960 com as questões das disputas das Ligas Camponesas pela terra com os grandes latifundiários da região do Alto Sertão Paraibano. Além disso, possibilita-se entender os motivos do governo de Fernando Henrique Cardoso no processo de reforma agrária, o qual envolveu os donos atuais da fazenda Miriri com o governo federal em disputas judiciais, sendo levado o caso a julgamento até o Supremo Tribunal Federal – STF. Portanto, o texto abordou o surgimento histórico do engenho do Miriri e, permitindo continuidades de outras questões, caso sejam abordadas ao tema, agregando assim, valor e significados ao lugar e, demonstrando que não foram esgotadas as novas pesquisas em Ciências Humanas.

Palavras-chave: Engenho do Miriri. Historiografia. Beneditinos.

ABSTRACT

Article shows Engenho do Miriri as a place of contribution to the history of Paraíba. The analysis took place in several historiographical works, reports of seventeenth century chroniclers and more recent research in the field of history published in Brazilian Universities, as well as in books that involve the themes: sugar paths, Benedictines and the construction of the Miriri mill. . In the methodological part, we use Albuquerque Júnior

²³ Graduado em Direito. Aluno de Especialização em História do Nordeste do Brasil – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: pedrojorgecouthoguerra@gmail.com

(2007) to the concept of “inventing”, which in the work points to fronts on the constructions of the Miriri mill and, thus, we identify through these the conditions that pointed to the beginning of the history of Paraíba, being a place of development and production of sugar between the 16th and 17th centuries in northeastern Brazil. In this way, we present Engenho do Miriri as a place that cannot be silenced in the history of Paraíba. For this, we go through the beginning of Brazilian colonization tracing the paths of sugar to the course of the Miriri River and how this, from donations of sesmarias, passed into the hands of the Benedictines by order of the Portuguese Crown. The idea was to locate the reader by making a historical overview of the emergence of the Miriri mill, starting from the donations of land at the beginning of Portuguese exploration in Brazilian lands. Thus, the place experiences several plots throughout its history and permanences on the banks of the river, being also involved in the 1960s with the issues of disputes between the Peasant Leagues for land with the large landowners of the Alto Sertão Paraibano region. In addition, it is possible to understand the motives of the government of Fernando Henrique Cardoso in the agrarian reform process, which involved the current owners of the Miriri farm with the federal government in judicial disputes, and the case was brought to trial by the Federal Supreme Court - STF Therefore, the text addressed the historical emergence of the Miriri mill and, allowing continuities of other issues, if they are addressed to the theme, thus adding value and meanings to the place and, demonstrating that new research in Human Sciences has not been exhausted.

Keywords: Engenho do Miriri. Historiography. Benedictines.

Introdução

O engenho do Miriri vem de uma história que envolve muitos Brasis. Os territórios, que aqui já existiam nomeados, habitados, utilizados e apropriados pelos sujeitos das culturas locais, foram invadidos, explorados e expropriados pela lógica ocidental europeia. Os reduziram ou, pelos menos tentaram a um nome: Brasil. Resignificaram usos, impuseram interesses, desenharam formas abstratas, subjugarão: nativos, indígenas que não eram das Índias; e negros que não eram autóctones. Inventaram um Brasil. Invenção autoritária, brutal (COLUCCI, 2013).

Quando se fala de território brasileiro neste estudo, pretendemos pensá-lo como um conceito amplo, híbrido. Um constructo histórico, compreendido a partir das diversas relações socioespaciais que, necessariamente, envolvem relações de poder. Nesse sentido, o território pode ser compreendido como valor ético, simbólico e vivencial dos sujeitos que nele habitam ou se relacionam. Que dele se utilizam e nele se organizam para produzir não somente sua existência, como, também, suas identidades, seus modos de vida, sentidos e significações. Uma acepção que além de necessariamente econômica e política,

também é a expressão de um processo social, cultural na formação da história do engenho do Miriri (Cf. SANTOS, M., 2008; HAESBAERT, 2007; HISSA, 2009).

Embora tenha havido anteriormente um abrandamento na historiografia paraibana da participação massiva de negros na construção da história do lugar,²⁴ mais recentemente há uma historiografia fortíssima no tocante a Paraíba e a escravidão de africanos. Pesquisadora como Solange Pereira texto utilizado como fonte neste artigo, e o historiador, Lucian Sousa da Silva, mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, autor da pesquisa: “*O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)*” destaca que o movimento abolicionista no estado foi gradual, deu-se em três momentos específicos. Desta forma, a história tem desconstruído este mito. Enxergando que sem eles os engenhos não funcionariam. Respondendo ainda ao questionamento de poucas aparições do negro na cultura histórica²⁵ do oitocentista, reafirmamos que a historiografia da escravidão no Brasil é forte. Pois, desde a década de 70 já temos uma historiografia bem consolidada sobre a temática. Com isso, sabemos que não é verdade que foram somente o homem branco que construiu o território paraibano. Os indígenas formaram uma maioria nos primeiros momentos da colonização e exploração da mão-de-obra escrava em terras além-mar, no entanto, os negros também suaram para construir a Paraíba.

Portanto, o artigo versa sobre a história às margens do rio Miriri e a construção do seu engenho entre os séculos XVI e XVII, que nos leva aos dias atuais. Nesse rio, encontramos menções em vários trabalhos de importância para historiografia brasileira do caminho do açúcar como Adrian van der Dussen em: “*Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)*” e Gilberto Freyre em: “*Açúcar: em torno da Etnografia da História e da Sociologia do doce no Nordeste Canavieiro do Brasil*”. Todos esses trabalhos foram utilizados para demonstrar sua importância para construção na história da Paraíba.

²⁴ Registros ocultos revelam que população negra na PB era o dobro da branca há 200 anos, diz pesquisador. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/registros-ocultos-revelam-que-populacao-negra-na-pb-era-o-dobro-da-branca-ha-200-anos-diz-pesquisador.ghtml>. Acesso em: 25 de mai. de 2022.

²⁵ “Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do campo historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difusos através de impressos, audiovisuais e orais. [...]”. FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: Saeculum – **Revista de História**, DH/PPGH/UFPB: João Pessoa, v. 16, jan./jun. 2007, p. 95-96.

Durante a escrita deste texto, recorreremos à historiografia do lugar chamada Paraíba, para discorrermos sobre as questões que envolveram a construção do engenho do Miriri. Assim, mencionamos os trabalhos de Evaldo Cabral de Mello em: “*O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*”. Outro pesquisador é Guilherme Gomes da Silveira d'Avila em: “*Uma contribuição para os primórdios da História dos Beneditinos na Paraíba*”, o relatório de Elias Herckmans em: “*Descrição geral da capitania da Paraíba*”. Partimos do primeiro momento das doações de terras pela Coroa Portuguesa aos beneditinos, utilizamos da História do Brasil Colonial, que nos permitiu fazer uma descoberta que existe vasta documentação que se encontram nos mosteiros dos beneditinos do nordeste, mas especificamente em Pernambuco. Quanto a esta documentação não iremos trabalhar com fontes primárias, o tempo não permite a pesquisa do artigo em questão, pois partes das citações que nos interessa dos Tomos dos Monges, encontram-se descritos no livro de Guilherme Gomes da Silveira d'Avila, para então fundamentar as questões que envolveram a construção da história deste engenho.

1. Abordagens teóricas e metodológicas

Com base na historiografia e talvez como um relato literário, ainda que não seja, tratamos sobre as questões que envolvem a temática dos engenhos no nordeste brasileiro, demonstraremos o surgimento do Engenho do Miriri, como disse Levi (2014, p. 2) o papel do historiador “é investigar”. Dentro disso, é possível discutir como se deu a economia açucareira dentro da Ordem católica. Para tanto, retornaremos ao período do Brasil Colonial sempre dando ênfase as questões que envolveram as doações de sesmarias para entender a localização do engenho.

Apontando metodologicamente o texto do artigo, corroboramos do pensamento de Albuquerque Júnior (2007, p. 29), quanto ao papel do historiador na produção histórica:

Qualquer evento histórico é uma mistura tal de variáveis, é fruto do entrelaçamento de tantos outros eventos de natureza diferenciada, que sempre visualizamos apenas parcialmente e pomos em evidência apenas alguns destes elementos que o constituem. [...] *A História possui objetos e sujeitos porque os fabrica, inventa-os, assim como o rio inventa o seu curso e suas margens ao passar. Mas estes objetos e sujeitos também inventam a história, da mesma forma que as margens constituem parte inseparável do rio, que o inventam.* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 29, grifo meu).

Para isso, utilizaremos a própria historiografia do engenho de açúcar para localizar o primeiro momento da construção do engenho. Extrairemos das histórias fragmentas que comprovam a existência do engenho do Miriri na Paraíba, como fonte atual de pesquisa, pois “para o historiador não pode haver nunca fontes autorizadas, porque estas proferem um veredicto que só ele pode lançar” (COLLINGWOOD, 1981, p. 294). Apontaremos à importância de sua construção às margens do rio Miriri, a partir do século XVI e sua contribuição como rio do açúcar no século XVII. Com isso é possível descortinar a engenharia da maquinaria do engenho e seu processo de produção de açúcar tendo sua contribuição à identidade do povo paraibano, embora não seja tencionado ao trabalho. Para, além disso, será possível identificar a localização destas terras, suas doações, seus primeiros donos e exploradores e, como deu o funcionamento e os usos das mãos-de-obra, mesmo que não pretendamos analisar a temática da escravidão indígena e africana, que foram utilizadas pelas potências europeias na exploração das terras brasileiras.

Sendo assim, encontramos na história de autores como Evaldo Cabral de Mello, Adrian van der Dussen, Guilherme Gomes da Silveira d’Avila e Elias Herckmans, o fazer aquilo que para Certeau (2002) é a historiografia, um tipo de encenação, um recurso aos conceitos e à retórica, pois necessariamente preenche lacunas e atribuem sentidos específicos ao passado, conferindo-lhe inteligibilidade para os que vivem no presente. Assim, avançaremos naquilo que os historiadores começam a se interessar pelo tempo presente e insistir na contiguidade da relação presente-passado-futuro, que não deveria ser cindida ou dicotomizada, nem o passado em relação ao presente, nem este em relação ao futuro. Sendo assim, será feito um distanciamento ao tempo presente, naquilo que Jean-Pierre Rioux asseverou que é “o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que [...] cria o famoso recuo”. (RIOUX, 2002, p. 46).

Forjando assim a amálgama, indicando o modo como as permanências ou a duração conservam pontes que ligam o vivido ao que se está vivendo; passado e presente se relacionando em contínua e reciprocamente. Marc Bloch²⁶, um dos fundadores da Escola dos Annales, adotando o método que chamou de regressivo, exemplifica que o passado apresenta o presente, visto não ser este completamente distinto ou apartado

²⁶ Principalmente quando diz que a finalidade da história é compreender, e não explicar o passado. BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

daquele. O presente estaria enraizado no passado, de modo que a temporalidade é sempre complexa.

2. Os engenhos do Nordeste

Assim, até o século XV, o açúcar era ainda uma especiaria, utilizada como remédio ou condimento. Em livros de receitas do século XVI, percebemos como começava a ganhar lugar no consumo da aristocracia, tornando-se um bem de consumo. Assim, seu mercado era garantido na Europa e a Coroa portuguesa estimulava na nova Colônia a produção de uma mercadoria que se adequasse à economia mundial daquele período (MENDES, 2017).

Para parte dos historiadores a compreensão do avanço dos engenhos de açúcar se deu até meados do século XVII. Assim, entre os anos de 1570 a 1583, o número de engenhos na região do atual nordeste quase triplicou, mas que, de 1583 a 1608, esse número subiu de 66 para apenas 78. Com a introdução da moenda de “palito”, esse total quase duplicou, de 78 a 149 em 1630, dos quais 121 em Pernambuco e os restantes em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (MELLO, 2007, p. 76 apud MENDES, 2017).

Desta forma, desde 1519, registrou-se a existência de açúcar brasileiro nos mercados europeus. O açúcar brasileiro, cobiçado pelas outras potências, trouxe para essa região o holandês Maurício de Nassau em 1637, transformando o nordeste e impulsando sua produção. Na medida da transformação deste produto de luxo e bem de primeira necessidade, o consumo mundial passava de 250.000 toneladas em 1800, a 3, 8 milhões em 1880, 30 milhões no fim da Segunda Guerra Mundial e em torno de 100 milhões em 1985²⁷. A estratégica política de Nassau permitiu a delimitação dos rumos da colonização holandesa em território brasileiro (UZUN, 2014).

A história colonial brasileira está intrinsecamente ligada à política mercantilista dos Estados Modernos. O mercantilismo é considerado antes de tudo, um serviço da política, uma administração do tesouro real, um instrumento de grandeza política e militar (DEYON, 2004). Entre os séculos XVI e XVII, a França passou a figurar como potência dos mares, entrando também na corrida colonial. Interessados no pau-brasil, franceses desrespeitaram propositalmente o Tratado de Tordesilhas. Mantendo relações

²⁷ Ver: MINTZ, Sidney W. **O poder do Doce e a Doçura do Poder**. In: MINTZ, Sidney. O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. (Org.) e trad. Christine Rufino Dabat. Recife. Editora Universitária da UFPE, 2003, p. 89-116.

com certos grupos de indígenas muitos descontentes com o domínio português, a monarquia francesa, a princípio, não tinha como interesse principal fixar bandeira no território. Esse interesse se modificou quando o princípio jurídico do *Uti Possidetis* – que afirmava que a posse de um território era de quem o ocupa – passou a nortear as atitudes das grandes nações europeias. Aos poucos, o Tratado de Tordesilhas seria ignorado por diferentes reinos.

A escravidão moderna, o tráfico negreiro, o contato com diferentes povos e o lucro gerado pelo comércio colonial marcariam indelevelmente os povos conquistados e os conquistadores. No entanto, os povos que viveram essa época de profunda transformação, assim como a nossa época não tinham clareza dos rumos para os quais suas ações e os acontecimentos os levariam assim como nós não temos.

A criação das Capitanias Hereditárias marca o começo de uma nova relação entre a colônia brasileira e sua metrópole. Foi um movimento essencialmente político que, além de constituir o primeiro esforço formal de colonizar as terras do Novo Mundo, definiu uma mudança de postura por parte de Portugal com relação ao seu mais novo território. O descaso com uma terra aparentemente pobre e pouco povoada transformava-se em assunto de primeira importância nas discussões governamentais em Lisboa. A partir de então, entender a situação de Portugal e os motivos que o levaram à busca de novas terras é indispensável para a compreensão dessa mudança drástica de comportamento. (MATTOS *et al*, 2012).

Na antiga capitania de Pernambuco (que incluía seis estados do Nordeste atual) foi colocado em prática um projeto de colonização agrícola, com o plantio de cana de açúcar e montagem dos engenhos. Além disso, foi possível estabelecer acordos no Velho Continente para escoar a produção do açúcar e ao mesmo tempo obter recursos para o financiamento dos engenhos, muitas vezes com cristãos-novos. A capitania também era fonte de tabaco e algodão, produtos tropicais valorizados na Europa (SILVA, 1990). Ao que Ferlini (2003) acrescentando ao período traz a ideia de manter na colonização do Brasil as pequenas propriedades como suporte a máquina empreendedora dos engenhos, e que não deveria impedir a pequena propriedade em si, mas de afastar a pequena propriedade desvinculada do seu processo de produção hegemônico em si, que tinha seus tentáculos pelo capital mercantil.

Partindo do Brasil Colonial e sua construção da história dos primeiros séculos da colônia portuguesa, adentraremos a história do Engenho do Miriri na Capitania da

Paraíba, que na época pertencia a Pernambuco, bem como o poder eclesiástico dos beneditinos.

3. O Engenho do Miriri: Os beneditinos²⁸ na Paraíba

A história inicial de monges beneditinos na América portuguesa é atribuída ao final do século XVI, ocorrido graças à reforma que estava em decurso em sua Congregação com uma deliberação da política filipina,²⁹ propondo o reequilíbrio entre os poderes eclesiásticos dos territórios do Império português. Sendo assim, em 1599 foi doada pelo Rei de Portugal uma data de terra aos monges para Ordem beneditina que se vinculava ao mosteiro de São Bento da Olinda³⁰.

Em primeiro lugar registra-se que no dia 17 de agosto de 1599, apenas um mês e um dia antes de Frei Anastácio da Ordem de São Bento, religioso do Mosteiro de São Bento de Olinda e Procurador da sua Ordem, solicita na Paraíba uma nova doação representada pelo sítio contendo a casa que havia pertencido ao finado padre João Vaz Sa-lem a fim de viabilizar as edificações religiosas dos Beneditinos na Paraíba. O capitão e governador Feliciano Coelho de Carvalho, receberá mais uma Petição de doação de terras (rurais) em sesmaria por parte dos “religiosos da ordem do Glorioso Patriarca São Bento deste estado do Brasil” (LINS, 2019, p. 117).

Encontra-se registrados no segundo Capítulo Geral, datado de 13 de fevereiro de 1575 como recém-fundada da ordem da Congregação Beneditina Portuguesa, os quais se reunindo no mosteiro de Tibães, resolvem enviar habitantes do claustro para as possessões de Portugal em ultramar, e desta forma decidem o que se segue:

Item, por todo o *Cap. Geral* foi dito e determinado que quando El rei N. S. tiver por bem que assim na Índia como no Brasil e partes outras dalém houvesse mosteiros de nossa Ordem cometiam o mandar Religiosos a nosso Rdo. Pe. Geral

²⁸ Tiveram os monges como marco inicial da sua fundação por Bento de Nursia (c. 480-547), que pode ser considerado o pai (patriarca) dos monges do Ocidente. No ano de 529, o Bento deixou Subiaco para se estabelecer em Monte Cassino na Itália, onde permaneceu até seus últimos dias de vida, sendo sua morte em 21 de março de 547 (ENOUT, 2012). Muito tempo depois, estes monges imbuídos dos primeiros ensinamentos: “a ociosidade é inimiga da alma; por isso, em certas horas devem ocupar-se os irmãos com o trabalho manual, e em outras horas com a *lectio divina*” (ENOUT, 2012, p. 64) decidiram aceitar o desafio de reerguer no Brasil colonial o engenho do Miriri nas duas margens do rio cujo nome é o mesmo.

²⁹ As medidas de ordem político-institucionais promovidas por Filipe II (1598-1621) refletiram profundamente o uso e a forma dos oficiais régios administrarem o Brasil. (MARQUES, 2002).

³⁰ Os religiosos de São Bento não trabalhavam ativamente com aldeamentos, mantiveram-se mais nas suas fazendas e mosteiros, o que não quer dizer que os beneditinos não tiveram índios e aldeias sob sua administração. Por isso, foram creditados pela historiografia, principalmente nos seus primeiros anos no Novo Mundo, como uma comunidade afastada da realidade colonial. (HOORNAERT, 1979, p. 57).

e lhe davam poder para que pudesse eleger os que bem lhe parecesse e mandá-los³¹ [...]. Era importunado por suas cartas lhes mandasse da nossa Congregação alguns religiosos que pudessem lá entender conversão da gentildade e ordenar mosteiros por serem mui devotos do nosso glorioso P. S. Bento e aceitarem quase toda a irmandade da dita Ordem³².

Sendo assim, embora a ordem tivesse a missão de evangelização para além-mar, a região em pesquisa tem na sua origem o nome de Paraíba,³³ dada por meio de combates travados contra os chamados bárbaros, isto é, os próprios indígenas, aqueles que estavam ali muito antes das invasões europeias. O desenrolar dos territórios vão sendo formados ao dizimar vários Povos indígenas que habitavam a região. Porém, a maneira adotada, o assentamento da população surge no final do século XVI e, começo do seguinte, período que chegam ao local os beneditinos (GONÇALVES, 2007; PUNTONI, 2002).

Neste período, a capitania da Paraíba estava intrinsecamente vinculada a Pernambuco. Desta feita, partiram descendentes da nobreza da terra, parte da elite local, que estendeu seus negócios para além do rio Paraíba³⁴. Nisso, o projeto de expansão tecido por este grupo, com o devido aval da Coroa, permitem ocorrer diversas distribuições de terras, despovoadas de indígenas aos quais os beneditinos foram beneficiados. No final do século XVI início do século XVII, nessa região é montado importantes núcleos de produção açucareira, que utilizam portos fluviais para escoamento da produção. Neste mesmo momento, as ordens religiosas e as autoridades locais travaram suas disputas tendo como cerne à questão da mão-de-obra indígena (SOUZA, 2011).

A região da Paraíba tornou-se um local importante na produção açucareira. Paraíba ou cidade Filipéia, de Goiana vai-se a cidade da Paraíba, por outro nome Filipeia, e passa-se por duas aldeias de brasilienses que podem ter de 300 a 350 flecheiros; a mesma cidade da Paraíba esta a 25 milhas de Pernambuco e na sua jurisdição existe 18

³¹ Bezerra nº 1, Atas do Segundo Capítulo Geral (1575) fl.325 v.

³² Bezerra nº1, folha 35 v (verso) - Bezerra 1 - Atas dos Capítulos Gerais da Congregação Beneditina de Portugal (1570- 1611). - Cópias fotográficas do original conservado no Mosteiro de São Bento de Singeverga e no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Estas atas são chamadas de bezerras por terem sido encadernados com pele de bezerras, para melhor conservação dos documentos, o processo segue o mesmo modelo de confecção dos pergaminhos. O qual possui recorte temporal o período que se estende de 1570-1611 e se compõem de aproximadamente 530 páginas.

³³ A raiz etimológica de maior aceitação é a que considera as palavras de língua tupi pa'ra ('rio' ou 'mar') + a'iba ('ruim' ou 'difícil de invadir'), originando, desse modo, o topônimo Paraíba, atribuído inicialmente ao principal rio da região.

³⁴ Sobre o processo de territorialização da região, através da guerra travada contra os indígenas, ver: PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a Colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.

ou 19 engenhos, que anualmente produzem perto de 150.000 arrobas de açúcar e que é muito bom; a essa cidade chega um rio de 4 milhas de extensão e 14 pés de fundo, de modo que os navios que ali vão recebem os carregamentos de 600 a 700 caixas de açúcar junto a cidade e, estando carregados, descem de novo o rio, voltando para o mar; na foz desse rio há um forte em mau estado, com 11 ou 12 peças de ferro, chamado Cabedelo (MELLO, 2004, p. 44).

Retornando a questão da Ordem de São Bento, que em 17 de agosto de 1599, o dito religioso da Ordem de São Bento³⁵ do Mosteiro de Olinda e Procurador da Ordem, resolveu fazer solicitação de doações de terras na Paraíba, havendo pertencido ao finado padre João Vaz Sa-lem, cuja finalidade seriam edificações religiosas aos Beneditinos na Paraíba. João de Lyra Tavares³⁶ publica cópia da carta de sesmaria doada aos beneditinos para construção do mosteiro.

Reverendo Padre Frei Damião da Fonseca diz que era presidente do Mosteiro da Villa de Olinda do Glorioso Padre S. Bento, e que 34no por mandado do seu Reverendo Padre Geral, Movido do Zelo do serviõ de Deus Nosso Senhor e de Sua Magestade [sic] veio ora á esta cidade de Filipéa da Parahyba a pedir um sitio para edificação de um Mosteiro do dito 34nos34venturado Padre S. Bento, daqual [sic] resultava grande serviço ao Senhor Deus e ao povo christão, pelo que pede que em nome de S. M. lhe dê o sítio que está junto das terras de João Netto no arrabalde e termo desta cidade, convem a saber, para edificação do Mosteiro oitenta braças em quadro no alto para banda do sul, e para a serca abaixo da varge com águas vertentes do oeste, leste e sul indo entestar no rio Eiroy, da banda do norte ficando dentro da dita demarcação a fonte que está na rossa nova que fez Franciso Pinto [...]. Foi feita a concessão, com a obrigação de começar o Mosteiro dentro de dois 34nos, no governo de Feliciano Coelho de Carvalho. Esta concessão foi confirmada em Olinda a 16 de Julho de 1603 (TAVARES, 1910, p. 33-34).

Assim, quando requereram a data de terra, também solicitaram que a demarcação considerasse a incorporação de um riacho e fonte que corriam pelas vizinhanças das terras pretendidas:

E para a serca [sic] abaixo da varge com águas vertentes do oeste, leste e sul indo entestar no rio Eiroy, da banda do norte ficando dentro da dita demarcação a fonte que está na rossa [sic] nova que fez Francisco Pinto, a qual fonte ficará por marco da banda de leste, o que pede lhe dê ou por baldia ou devoluta ou semsaria pelo melhor modo com que fique seguro para sempre [...]. (TAVARES, 1910, p. 30)

³⁵ Um estudo aprofundado sobre a Ordem encontra-se no Livro: “Uma contribuição para os primórdios da História dos Beneditinos na Paraíba”, de 2019, pelo autor Guilherme Gomes da Silveira d' Avila Lins, que utiliza em sua pesquisa as fontes para a história da Ordem no Brasil os livros de tombo e os dietários.

³⁶ Jornalista, historiador, deputado estadual, senador (pelo Rio Grande do Norte), professor do Liceu paraibano e da Escola normal, tenente-coronel da Guarda Nacional, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 1905.

Isso se dava, devido ao trabalho da produção de açúcar necessitar de vasta quantidade de água, sendo a principal força motriz do engenho; outra força era a utilização de bois. Destaque esse que o pesquisador Gylberto Freire (2008, p. 88) já apontara ao fazer observâncias aos cursos dos pequenos rios no nordeste brasileiro, prosseguindo ao caminho do açúcar: “mais regulares: onde eles docemente se prestaram a moer as canas, a alargar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar [...]” sendo este o motivo para que os monges beneditinos procurassem junto à coroa portuguesa as melhores localizações aos cursos dos rios paraibanos, como veremos ao próprio rio Miriri.

Outros exemplos que encontramos de doações das sesmarias junto aos rios na Paraíba deram-se quanto à primeira sesmaria doada pelo coroa portuguesa. Evento anterior às terras ofertadas aos beneditinos, ao senhor por nome de João Affonço.³⁷ Esta carta de sesmaria foi doada em 10 de janeiro de 1586, sendo considerada a primeira concedida na região da Paraíba. Assim, destacamos a importância de localizar as datas de terras ocupadas com a cultura da cana-de-açúcar próximas das fontes d'água:

[...] a qual legoa de terra será em quadro e a poderam medir da boca do Rio chamado Unna donde se mete do Rio da Paraíba da dita boca do Rio meia legoa para o Sul e uma passando o Rio da Paraíba o qual lhe ficará em meio da dita terra de maneira que a dita agoa e Rio de Unna lhe fique dentro na dita terra sendo caso que possa livremente pelo Rio arriba ir tomar a dita que dá e asúde para fazer engenho e assim mais todas as agoas que na dita terra houve com a dita agoa do dito Rio fazer um engenho de assucar [...]. (TAVARES, 1910, p. 33).

Neste ínterim, o Capitão e Governador Feliciano Coelho de Carvalho quarto governador da capitania da Paraíba, a qual governou de 1595 a 1599, recebeu mais uma nova petição por parte dos religiosos de terras rurais, em que prontamente deu despacho favorável a Ordem dos Beneditinos:

“... toda a terra que ouver do porto que vaó [vai] para a Guerra do [rio] *Mereri* que [também] chamáo Agoa de Jorge Camello [,] athê o mar [,] hua Legoa e meya [9 km] de Cada parte [ou de cada lado do *rio Miriri* somando três léguas de terras em quadra] com todaz as terraz e Lagoaz [sic], e madeiraz que ouver nos ditos Lemites, e a Sy maiz huma legoa de tera [terra] na varge [várzea] da Parahiba [do rio Paraíba] da banda do Norte [à margem esquerda] e do Sul [à margem direita, ou seja, ao longo da península cuja extremidade é o local chamado Cabedelo,] de modo que ficará o rio [Paraíba] no meyo [,] em quadra [,] na testa das [terras] dadaz que hoje tenho dadaz [,] As quais terraz lhes dou Com todaz as Couzas

³⁷ O historiador Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila Lins, especialista na crítica erudita clássica da documentação sobre a história colonial da Paraíba, busca estabelecer a identidade de João Affonço, que teria recebido a primeira sesmaria na Paraíba. Segundo o autor, trata-se do mesmo João Antônio Pampola, nomeado algumas vezes no Sumário das Armadas. Seus argumentos são apresentados em João Afonso Pampola. (LINS, Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila. **A restituição do nome daquele que foi o primeiro proprietário de terras na Capitania da Paraíba**. João Pessoa: Empório dos Livros, 1996).

pertencentez a ellaz: as quaz terras lhes dou em nome de Sua Magestade, e Seram [serão] obrigados para a dita data haver efeito vir [a Ordem de São Bento] fazer caza [Mosteiro (nesta)] dita cappitania [da Paraíba] e de [seus Prelados] mandarem Padrez A Ella para faZerem Seu officio com tem [têm] de obrigação e regra na Paraíba [.]. Aos dezassete de Agosto de [e] noventa e nove annoz, Felliciano Coelho de Carvalho”³⁸ [...]. (LINS, 2019, p. 117-118, *grifo nosso*).

Desta maneira, ficou doada em 21 de janeiro de 1595 por Feliciano Coelho, aos monges de São Bento oitenta braças em quadra, uma várzea em uma baixa com as águas vertentes do Oeste, Leste e Sul até chegar ao rio Serui, onde os religiosos deveriam erguer um mosteiro no prazo de dois anos. Os beneditinos não se estabeleceram no tempo estipulado, sendo necessário, em 1599, que o governador escrevesse ao abade frei Remigio, doando cem mil réis da Fazenda Real e pedindo para que mandassem religiosos para edificar um mosteiro naquela cidade por se achar então a terra sem outros padres que ensinassem a doutrina cristã aos moradores e aos índios por motivo de se terem retirado os religiosos capuchos, desertando o seu convento; e por causa dos padres da Companhia de Jesus ser despejados por ordem de Sua Majestade³⁹.

Do Cabedelo para além da barra do Paraíba está Ponta de Lucena; a direção é através dos baixios uma grande légua para o noroeste. Esta ponta é muito proeminente; ao norte dela sai no mar um desaguadouro. Aí habitou outrora um homem que transportava as pessoas (de um lado para o outro) em uma barca, donde vem o nome de ponta de Lucena. Segue-se uma terra alta, formando como um monte que se interrompe ao lado do mar, pelo que os nossos navegantes a chamam *Roodelandt* (terra vermelha), e os Portugueses *Os Barreiros do Miriri*. Atrás da Ponta de Lucena há uma enseada ou baía que fica detronte da dita terra vermelha, os navios, que se acham na Paraíba quase de todo carregados, aportam aí para tomar água e o que lhes falta para complemento. O *rio Miriri* vem de muito dentro do sertão, mas é pouco habitado, notando-se apenas nas suas vizinhanças alguns currais. A cinco ou seis léguas da costa existe também um engenho neste rio; está em ruínas e os seus campos de plantação de cana incultos; era movido por bois, e chamava-se *engenho do Miriri* [...] No rio Miriri e em distância de três léguas da costa havia uma aldeia com o mesmo nome, mas está em ruínas, e os índios moram agora junto às de Jacuípe e Pontal. O nome de Miriri vem de uma planta que dá ali em abundância, e em língua brasílica se chama Meri. Miriri quer,

³⁸ Lins (2019, p. 14-17) explica como ocorreu o trabalho de transcrição dos documentos originais para o livro mantendo a linguagem original.

³⁹ Crônicas do Mosteiro de Olinda. Escritura de 17 de março de 1608. p. 40. Para mais detalhes acerca do enfrentamento entre jesuítas e colonos, que disputavam o controle sobre os aldeamentos, cf. Gonçalves, Regina Célia. **Guerras e açúcares...** p. 103-26. Segundo essa autora, “Além do negócio do cativo, a que se dedicava um dos setores da sociedade colonial, os índios interessavam também e principalmente, àqueles colonos que se ocupavam de outras atividades, como o trato do pau-brasil e, em especial, agricultura. O objetivo desses era, fundamentalmente, baixar os custos da produção e ter acesso à mão-de-obra farta, disponível e barata, o que, em geral, tornou-se problemático, na medida em que a administração dos aldeamentos era feita pelos jesuítas. A demanda dos colonos, no que se referia ao trabalho indígena, ia sentido de negociarem diretamente com os índios aldeados, sem a intermediação dos religiosos”. (Gonçalves, Regina, *ob cit.*, p.118). Melhor trabalho na tese de SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para Além do Claustro: Uma história social da Inserção beneditina na América Portuguesa, C.1580-C. 1690**. Tese (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense). 2011, 325p.

pois dizer água da planta ou erva meri. (HERCKMANS, 1982, p. 25-26, *grifo nosso*).

Herckmans (1982) descrevendo as condições do engenho do Miriri as margens do rio Miriri, apresenta em seu relatório, os seguintes termos, nos quais se encontravam em propriedade de Francisco Álvares da Silveira nome que aparece na Relação de 1623 de José Israel da Costa, como sendo proprietário do Engenho Miriri.⁴⁰ O engenho de Silveira é mencionado, em 1637 e 1639, como arruinado, com seus canaviais incultos. Além disso, de acordo com Evaldo Cabral de Mello⁴¹ (2004), Silveira era devedor de 555 florins à Companhia das Índias Ocidentais.

Miriri. Sem indicação de orago. Sito à margem direita do rio homônimo. Engenho de bois. Em 1623, pertencia a Francisco Álvares da Silveira, produzindo 753 arrobas. O proprietário permaneceu sob domínio holandês, mas em 1637 continuava “em ruínas e os seus canaviais, incultos”. Francisco Álvares da Silveira, que continuava residindo ali, não dispunha dos meios para reerguê-lo. Evacuado em 1646. Em 1663, Francisco Álvares era devedor de 555 florins à WIC⁴². (MELLO, 2012, p. 168-169).

Assim, vejamos os lucros da Companhia das Índias Ocidentais que levaram ao endividamento do senhor Silveira, ao período das ruínas do Engenho do Miriri:

De acordo com o relatório da Lista do que o Brasil pode fornecer anualmente (1623), naquele ano a produção conjunta de açúcar de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba era de 700 mil arroba (ca. 1050 toneladas), o que renderia a Companhia das Índias Ocidentais um lucro estimado de 4.795.000 florins. [...] O açúcar ainda era mercadoria bastante valiosa, embora que curiosamente no período de 1624-1654, o ano de 1624 teve menor cotação no preço do açúcar branco em Amsterdã, custando 0,43 florins. Entretanto, em 1630, ano da segunda invasão holandesa ao Brasil, o valor do açúcar branco custava 0,67 florins, o que mostra uma valorização de 0,24 florins em cinco anos, o que levou os neerlandeses a investir em um novo ataque ao Brasil, pois o preço do açúcar de 1631 a 1636 permaneceu na casa dos 0,60 florins (MELLO, 2004, p. 17; 245).

Após explanarmos a trajetória dos engenhos do açúcar aos cursos dos rios paraibanos e as condições aos quais estavam sujeitos nos diversos jogos de interesses das

⁴⁰ COSTA, José Israel da. **Relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba**. 1623. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil holandês: a economia açucareira*. Vol 1. Recife: CEPE, 2004. “O autor, Jose Israel da Costa, diz e repete que viveu algum tempo no Brasil, mencionando especificamente a Bahia: “na Bahia aonde estive” e “diversas vezes vendi fazendas e mantimentos naquelas partes”. Talvez tenha obtido então a dos engenhos de Pernambuco, Itamaraca e Paraíba do ano de 1623, valioso documento que e o mais antigo do gênero que existe sobre o Nordeste açucareiro”. (MELLO, 2004, p. 24).

⁴¹ MELLO, Evaldo Cabral. **A fronda dos Mozombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715**. São Paulo: Editora 34, 2003.

⁴² A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais ou Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (em holandês: *West-Indische Compagnie* ou WIC). “A Companhia das Índias Ocidentais [...] foi fundada em 1621, com capital holandês, francês, inglês, alemão e judaico, tendo por missão estabelecer feitorias em ambos os lados do Atlântico, ocupando especialmente as possessões portuguesas, então submetidas ao domínio espanhol”. (SANTOS, 2009, p. 57).

potências europeias, partiremos para ordem Beneditina na expectativa de compreender o atual local de suas instalações na fazenda em terras da senhora Suzana Figueiredo Coutinho Guerra e Pedro Jorge Coutinho Guerra, atuais proprietários.

Pois, de acordo com o “relatório sôbre as capitânicas conquistas no Brasil pelos holandeses (1639):⁴³ sobre suas condições econômicas e sociais de Adriaen van der Dussen”, este afirma que o: “Engenho Mereri, pertencente a Francisco Álvares da Silva: está de todo arruinado”.

[...] Herckmans esclarece ainda: “a cinco ou seis léguas da costa existe também um engenho neste rio (Mirerí); está em ruínas e os seus campos de plantação de canna incultos; era movido por bois... o dono habita ainda nelle; é Francisco Alvares de Silveira, mas não dispõe de meios necessários para levantar o seu engenho.” [...] O engenho sem canal é o Mirerí. [...] (DUSSEN, 1947, p. 78).

Destacamos que a passagem do Engenho do Miriri das mãos dos beneditinos para o senhor Francisco Álvares da Silva, ao que tudo indica veio a ocorrer dentro das invasões holandesa nas terras brasileiras. Assim sendo, as invasões holandesas atingiram a Paraíba e através de ataques contínuos a Cabedelo, onde a resistência foi muito acentuada, tentaram se fixar nestas terras, porém só concretizando em 1634, quando desembarcam ao norte da foz do Jaguaribe e conseguiu vitória sobre as tropas do governador paraibano Antônio de Albuquerque Maranhão e, partindo para dominar Cabedelo, onde obtiveram êxito.

Em dezembro de 1634 os holandeses entraram na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves e passaram a administra-las até 1645. O cronista do mosteiro da Paraíba deixou registrada a desolação das propriedades após a passagem dos “hereges”: “A invasão dos holandeses veio alterar esse sossego; então perseguidos e violentados pela desenfreada tropa que ocupou a cidade, tiveram de fugir e abandonar seus bens, para evitar a morte que os ameaçava”.⁴⁴

De acordo com Dussen em 1638, este vai afirmar que os portugueses católicos:

consideram os reformados como grandes hereges, e os odeiam, não somente por causa da religião, como principalmente porque por eles foram vencidos; e assim o que os portugueses até agora têm feito e a obediência que prestam, é por medo e constrangimento, mas não por alguma afeição ao nosso Estado, com exceção de muitos poucos que de coração se nos mostram afeiçoados. (MELLO, 1985, p. 101).

⁴³ DUSSEN, Adriaen Van der. Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, redigido pelo senhor Adriaen van der Dussen, datado de 10 de dezembro de 1639 e apresentado ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam em 4 de abril de 1640.

⁴⁴ Crônica do Mosteiro da Paraíba, p. 124.

Assim, temos parte dos caminhos da Ordem dos Beneditinos até suas instalações em terras brasileiras nos séculos XVI e XVII. Tendo em suas reviravoltas as invasões holandesas em terras portuguesas e os primeiros relatos do engenho de Miriri no rio Miriri, aparecendo como um dos primeiros donos, os beneditinos e, posteriormente apresenta-se o cidadão por nome por nome de Francisco Álvares da Silva, como sendo um dos seus proprietários.

Considerações Finais

Propomos nesta pesquisa, apresentar o Engenho do Miriri, como local em que não pode ser silenciado na história da Paraíba. Para isso, percorremos o início da colonização brasileira traçando os caminhos do açúcar ao curso do rio Miriri e como este, a partir de doações de sesmarias passou as mãos dos beneditinos por ordem da Coroa Portuguesa.

A ideia foi localizar o leitor fazendo um panorama histórico do surgimento do engenho do Miriri, partindo das doações de terras no início da exploração portuguesa em terras brasileiras. O local vivenciou diversas tramas ao longo da sua história e permanências as margens do rio, estando envolvido posteriormente, ou, melhor, muito tempo depois, já na década de 1960 com as questões das disputas das Ligas Camponesas com grandes latifundiários da região do Alto Sertão Paraibano.

Tempos depois, volta à tona dentro do governo de Fernando Henrique Cardoso, o processo de reforma agrária que levou os atuais donos da fazenda Miriri com o governo federal à disputas judiciais, sendo levado o caso, a julgamento até o Supremo Tribunal Federal – STF.

Portanto, o texto aborda o surgimento histórico do engenho do Miriri e, possibilita propor continuidades e rupturas de outras questões, tais como: escravidão, Povos indígenas, homem do campo, caso sejam abordadas ao tema, agregando assim, valor e significados ao lugar e, demonstrando que não foram esgotadas as possibilidades de pesquisa em Ciências Humanas.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALVES, Juliana Ferreira. **Violência entre (Des) iguais: Memórias silenciadas nas lutas da Liga Camponesa de Sapé-PB (1962-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2019.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Lisboa: Oficcina Real, 1711.

ALMEIDA, Antônio Augusto. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por janicleidemorais@hotmail.com, em 23.09.2014. In: ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB). 2014, 189p.

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB). 2014, 189p.

AUED, Bernadete Wrublewski. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro - PCB e Ligas Camponesas (1955-64)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

BARICHMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores**. Campinas, 1976.

CASTRO, J. de. **Sete palmos de terra e um caixão: Ensaio sôbre a nordeste, uma área explosiva**. 3ª Ed. Editora Brasiliense, 1969.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERHPB - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. **Proposta de instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte**. João Pessoa, 2004. Mimeo.

COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história**. Portugal: Editorial Presença, 1981.

COLUCCI, Danielle Gregole. **Brasil dos Brasil: E outros ensaios**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2013.

ENOUT, J. E. (Trad.). **A Regra de São Bento**. Rio de Janeiro: Lumen Christi; Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 2012.

DUSSEN, Adriaen van der. **Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais.** In: GONSALVES DE MELLO, José Antônio (org.). Revista do Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 1947.

DUSSEN, Adriaen Jacobsz van der. Breve **Discurso sobre o Estado das quatro Capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (14/01/1638).** In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial.** Bauru; SP: EDUSC, 2003.

FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar: em torno da Etnografia da História e da Sociologia do doce no Nordeste Canavieiro do Brasil.** 2ª Ed. Coleção Canavieira. 1969.

GUEDES, Paulo Henrique M. Q.. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730).** 2006. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton [et. al.]. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.

3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Territórios de diálogos possíveis.** In: RIBEIRO, Maria T. F.; MILANI, Carlos R. S. (Orgs.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 36-84.

OLIVEIRA, J. C. C. **Zoneamento ambiental da APA da Barra do Rio Mamanguape e de seu entorno, Estado da Paraíba, Brasil.** 2003. 119 p. Dissertação (Mestrado) - Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPB, João Pessoa.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630.** Bauru: Edusc, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e açúcar: a formação da elite política na capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII)**. In: OLIVEIRA, Carla Mary S. e MEDEIROS, Ricardo P. (Orgs.). *Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007, p. 23-67.

GONZAGA, Caroline. **“Somos muitos franciscos iguais em tudo e na sina”: Violência, Resistência Camponesa, Revolta de Porecatu e Micro-História**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2020.

HERCKMANS, Elias Atualização Wellington Aguiar. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1982.

HOORNAERT, Eduardo (Coor.). **História Geral da Igreja na América Latina: História da Igreja no Brasil**. v1. Petrópolis: Vozes, 1979.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória – arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JORNAL IMPRESSO, **UNIÃO**. João Pessoa, 23 de março de 1962, p. 03.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, vol. 20 – 2014, p.1-20. Disponível: <https://www.scielo.br/j/tem/a/RsMtSYwQHdhhb9vqYLrLZQLw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. **Uma contribuição para os primórdios da História dos Beneditinos na Paraíba**. João Pessoa: MVC Editora, 2019.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maximiano. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Universidade/UFPB, 1977, V.I e II. Edição Fac-similar de 1912.

MARQUES, Guida. **O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal**. Penélope. *Revista de História e Ciências Sociais*, n. 27, Oeiras /Portugal: Celta Editora, 2002.

MATTOS, Enlison; INNOCENTINNI, Thais; BENELLI, Yuri. **Capitanias hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 42, n. 3, dez. 2012.

MAUAD, Ana Maria. **Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico**. Milton Guran em três tempos (LABHOI, 2010). *História oral*,

Vol. 1, N. 13, 2010, p. 141-151.

MEDEIROS, Maria do Céu. e Sá, Ariane Norma M. **O trabalho na Paraíba. Das origens à transição para o trabalho livre.** João Pessoa: Universidade/UFPB, 1999.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O Descobrimento dos Outros: Povos indígenas do sertão nordestino no período colonial.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2000.

MENDES, Caroline Garcia. **História do Brasil colonial.** Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

MELO NETO, João Cabral de. **Serial e antes.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês.** 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

MILLER, Joseph C. **O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos.** In: Afro-Ásia, n.19/20: 9-36, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20946>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves.

(Org.). **O Brasil Republicano.** O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário.** Tradução: Monica Saddy Martins, 5ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2005.

NETO, Geraldo Costa de Almeida Neto. 70p. **O uso e ocupação do solo e a qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Miriri – PB.** Monografia (Universidade Federal da Paraíba, Bacharel em Geografia). 2014.

OLIVEIRA, TB., (Org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, 439 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Tiago Teixeira. **Santo Antônio do rio fundo: breve história de um engenho.** VII SEMOC, Semana de Mobilização Científica 12 a 22 de Out. de 2004. Universidade Católica de Salvador. Disponível em: <https://url.gratis/8UHHKF>. Acesso em: 23 de abr. de 2022.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a Colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucetec; Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.

RIOUX, Jean-Pierre. **Pode-se fazer uma História do Tempo Presente**. In. CHAUVEAU, Agnes; TÈRTARD, Philippe [org]. Questões para história do tempo presente. São Paulo: EDUSC, 2002, p.46.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, JH. **Existentes, mas não cidadãos: o status jurídico dos judeus no Brasil Holandês (1630-1654)**. In LEWIN, H., coord. Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 47-67. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ztp5/pdf/lewin-9788579820168-07.pdf>. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

SANTOS, Juvandi de Souza; Silva Maria da Luz. **Da formação dos estados ibéricos a conquista e colonização espanhola da Capitania Real da Paraíba**. João Pessoa - PB - JRC, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Conquista e colonização da América portuguesa. O Brasil colônia – 1500/1750**. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Lucian Souza da. **Esmagando a cabeça da Hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888. 2021**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64**. Londrina: Editora UEL/Editora da UFPB, 1996.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. O Brasil Colonial, c. 1580-1750: **As Grandes Lavouras e a Periferia** In: História da América Latina Colonial. Vol. II. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004. p. 339-421.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910.

UZUN, Júlia Rany Campos. **História do Brasil colonial: a presença estrangeira na Colônia e o Brasil holandês**. Caderno de Atividades. Anhanguera Publicações: Valinhos, 2014.

ZANOTTO, Mayara. **Professora, e Bento onde estava enquanto isso? O desenvolvimento da consciência histórica pelo viés local e a produção colaborativa de documentário sobre a ditadura civil militar no Brasil.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Caixas do Sul, 2021.

Capítulo 3
DOGMA 95: LUGARES E NÃO-LUGARES
Felipe Monteiro Pereira de Araújo

DOGMA 95: LUGARES E NÃO-LUGARES⁴⁵

Felipe Monteiro Pereira de Araújo

Mestrando em História pelo PPGHIS/UEG. Correio eletrônico: feh_mj@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo traçar um breve panorama histórico do movimento dinamarquês Dogma 95, pincelando alguns elementos que motivaram sua origem, tais como a influência da *Nouvelle Vague*, do neorrealismo italiano e de um emergente cinema pós-moderno, além de apresentar algumas das influências que foram utilizadas pelos seus idealizadores – tais como as figuras de Dreyer, com sua estética fílmica particular, a figura de Kierkegaard, com sua filosofia existencialista e seus princípios voltados para a relação comunicativa entre os sujeitos, e Bertolt Brecht, com seu princípio do *Verfremdungseffekt*, que concebe uma estética pautada em transpor o aparato produtivo da arte para o público – quando da formação do discurso cinematográfico do movimento. A partir da apresentação destes elementos basilares que constituem a biografia do Dogma 95, pretendemos problematizar as possibilidades de identidade que o Dogma 95 possui, sob as quais elencamos três mais importantes: 1) a perspectiva da identidade dogmática à luz de uma política performática, intimamente ligada ao processo de revolução digital do meio cinematográfica; 2) a perspectiva da identidade dogmática à luz do pensamento pós-brechtiano; e 3) a perspectiva da identidade dogmática à luz do contexto de globalização cinematográfica. Ao traçar tal panorama, portanto, julgamos esboçar alguns prolegômenos a respeito dos lugares e não-lugares que compõem a posição do Dogma 95 ao se inserir no processo histórico da história do cinema mundial.

Palavras-chave: Dogma 95; Cinema; História; Dinamarca.

Abstract: This paper aims to provide a brief historical overview of the Danish movement Dogma 95, highlighting some of the elements that motivated its origin, such as the influence of the *Nouvelle Vague*, Italian neorealism and an emerging postmodern cinema, in addition to presenting some of the influences that were used by its creators - such as the figures of Dreyer, with his particular film aesthetic, the figure of Kierkegaard, with his existentialist philosophy and his principles focused on the communicative relationship between individuals, and Bertolt Brecht, with his principle of *Verfremdungseffekt*, that conceives an aesthetic based on transposing the productive apparatus of art to the public – when the movement's cinematographic discourse is formed. From the presentation of these basic elements that constitute the biography of Dogma 95, we intend to problematize the possibilities of identity that Dogma 95 has, under which we list three most important: 1) the perspective of dogmatic identity in the light of a performative policy, intimately linked to the process of digital revolution in the cinematographic milieu; 2) the perspective of dogmatic identity in the light of post-Brechtian thought; and

⁴⁵ O presente texto, com algumas pequenas modificações, foi publicado nos Anais do X Colóquio de História e Imagem – “Imagens Auto(Biográficas)”, em 2020. Sítio eletrônico: <https://drive.google.com/file/d/1o3BIWMycmjREwmlj8ExfatRnBY7kjpjl/view>.

3) the perspective of dogmatic identity in the light of the context of cinematographic globalization. In tracing such a panorama, therefore, we believe that we are sketching some prolegomena regarding the places and non-places that make up the position of Dogma 95 when it's inserted in the historical process of the history of world cinema.

Keywords: Dogme 95; Cinema; History; Denmark.

Introdução

No ano de 1995, os diretores dinamarqueses Lars von Trier e Thomas Vinterberg, em razão da (comemoração?) do centenário do advento do cinema, redigiram e publicaram, no teatro Odéon, localizado na cidade de Paris, um manifesto cinematográfico denominado Dogma 95, no qual vão de encontro às produções realizadas na sétima arte de seu tempo. Fundamentaram-se, portanto, em uma “ação de resgate” (TRIER; VINTERBERG, 1995), em que visavam recuperar uma suposta “essência” artística que, segundo eles, o cinema havia perdido após os anos 60. Para tanto, os diretores utilizam-se de dez regras estipuladas no seu manifesto, criando um norte de orientação para a restauração do aspecto simbólico nas produções cinematográficas dali em diante. Para pensar a identidade do movimento é necessário aprofundar nas suas características formativas, posto que este é constituído por correntes que, por ora, se apresentam de forma difusa e paradoxal. É neste sentido, portanto, que se pretende neste estudo problematizar o lugar do Dogma 95, averiguando os seus respectivos não-lugares, a fim de concatenar melhor as motivações, influências e identidades que lhe são inerentes.

As motivações do Dogma 95

A década de 60 traz, dentro da história do cinema, o advento da Nouvelle Vague e as discussões teóricas levantadas no debate interno vivenciado pelos autores e cineastas responsáveis pela ascensão desta escola francesa de cinema. É aqui, portanto, que podemos começar a traçar alguns dos possíveis motivos que viriam, posteriormente, a ensejar a proposta dinamarquesa do Dogma 95. De fato, já em 1954, o cineasta francês François Truffaut publica um artigo intitulado *Une certaine tendance du cinéma français*, no nº 31 da revista *Cahiers du Cinema*, palco das principais discussões relacionadas ao cinema dentro do movimento, em que o cineasta expõe suas ressalvas quanto a situação do cinema francês naquele momento, pois em suas próprias palavras:

Esta escola (francesa), que visa o realismo, sempre o destrói no momento em que o capta, mais ansioso para encarcerar seres em um mundo fechado, protegidos por fórmulas, trocadilhos e máximas, do que deixá-los para se mostrarem como são, diante de nossos olhos. O artista nem sempre pode dominar seu trabalho. Ele às vezes deve ser Deus, às vezes sua criatura. (TRUFFAUT, 1954 *apud* LIMA, 2018, p. 73)

Desta forma, o olhar do cineasta se volta para uma certa vacância de sentido nas produções francesas daquele período, salientando a instrumentalização no processo criativo dos cineastas franceses, posto que “o cineasta observa que o cinema francês caminha rumo a uma proposta comercial que visa a satisfação das massas atendendo a um apelo da ‘moda’ cinematográfica” (LIMA, 2018, p. 73). É isto que os proponentes do Dogma 95 querem salientar quando relembram o período de 1960. Observaram eles que a crítica direcionada por Truffaut, que se estendia em larga escala para outros representantes da *Nouvelle Vague*, estava correta. O ponto de discordância entre as duas escolas, portanto, diz respeito justamente à ruptura propositiva, posto que “se Truffaut teve a coragem de denunciar o cinema ilusório, lhe faltou agressividade para romper definitivamente com a metodologia tradicional dos recursos fílmicos disponíveis à época” (LIMA, 2018, p. 75). Considerando este contexto, o Dogma 95 vai mesmo contrariar a proposta dos franceses, que propugnava “[...] a recusa do que é produzido na França (salvo seletas exceções) e o cinema americano como foco privilegiado para a busca de autores que, de certa forma, driblam o sistema e se impõem como artistas coerentes, capazes de construir uma escritura” (MANEVY, 2006, p. 221).

Esta precedência pelo autor e pelo estilo, característica indissociável da *Nouvelle Vague*, é vista pelos dinamarqueses como um fomento, ainda que sem a intencionalidade, das bases daquilo que os próprios franceses criticavam. De fato, para os cineastas dinamarqueses “o próprio cinema anti-burguês tornou-se burguês, porque os fundamentos sobre os quais suas teorias se baseavam era a percepção burguesa da arte. O conceito de autor era o romantismo burguês desde o início e, assim, ...falso!” (TRIER; VINTERBERG, 1995). Esse enfoque na autoria e na exultação de “mais cinema”, por parte dos franceses, identificava-se, assim, justamente como um artifício de ilusão ajambrado pelos responsáveis pela produção do filme e, conseqüentemente, contrário aos pressupostos dinamarqueses. Fica expresso, então, no próprio texto do manifesto, quando prenunciam que “o Dogma 95 tem o objetivo expresso de contrariar ‘certas tendências’ no cinema hoje” (TRIER; VINTERBERG, 1995), o intento de romper com as bases do que, para os cineastas dinamarqueses, constituía a falsificação do fazer cinematográfico,

resultante do processo de massificação e comercialização da arte fílmica. É nesse sentido, por fim, que se caracteriza a ideia de “resgate” proposta pelo Dogma.

Tal reflexão, contudo, nos desperta para a seguinte incógnita: se a proposta do Dogma consiste num resgate, qual a referência sob a qual ele lançará luz em nome deste processo de recuperação? Além disso, qual o motivo desta possível referência ser a almejada por eles e qual o método passível de utilização para chegar até ela? Para entender melhor isto, faz-se necessário investigar mais a fundo o próprio texto do manifesto Dogma 95 e buscar nele os sinais que nos permitam voltar na história do cinema e entender de maneira mais profunda o seu intento. Nas palavras dos próprios cineastas:

A tarefa “suprema” dos cineastas decadentes é enganar o público. É disso que estamos tão orgulhosos? É isso que os “100 anos” nos trouxeram? Ilusões através das quais as emoções podem ser comunicadas? Pela livre escolha de truques do artista individual? [...] Como nunca antes, a ação superficial e o filme superficial estão recebendo todos os elogios. O resultado é estéril. Uma ilusão de pathos e uma ilusão de amor. (TRIER; VINTERBERG, 1995)

Nas entrelinhas deste trecho, é possível percebermos o forte enfoque que os diretores realçam sobre a presença do realismo na construção do filme e a conseqüente repulsa a falsificação do filme, vide que consideram a abordagem ficcional um mecanismo de ilusão do espectador. Esta crítica, sobremaneira, direciona-se ao modo de produção fílmica padronizado pela indústria hollywoodiana, posto que

O cinema hollywoodiano e o industrial em geral [...] obedecem ao [...] Modo Institucional de Representação – MIR (Institutional Mode of Representation) que se consolidou na tentativa de construção de um mundo convincentemente real, mas tecnicamente transparente, invisível. O MIR está vinculado historicamente à emergência da ideologia do ilusionismo, nascido na “intelligentsia” burguesa do século 19 em seu sonho de “recriação da realidade”, de uma perfeita ilusão do mundo perceptual. O MIR é constituído por uma série de códigos para a recriação deste mundo ilusório: o ator não pode olhar para a câmera para não romper a aparência de um universo fechado e isolado daquele onde está o espectador, a ênfase nos olhares e nas reações individuais em busca de identificação com os personagens, a composição do quadro e da iluminação visando eliminar a realidade de duas dimensões da tela de projeção. (FURUITI, 2003, p. 20)

Esta conjuntura de aspectos impulsionou a crítica dinamarquesa, que ensejou a busca por elementos que visassem dar conta da aproximação do filme com a realidade. Neste sentido, a proposta dinamarquesa identificou alguns pontos que considera fulcrais

nessa busca pelo real, tais como a proibição da construção da *mise-en-scène*, da utilização de efeitos visuais e sonoros, do crédito ao cineasta, dentre outras normas. Essas metas estipuladas, de maneira geral, visam lançar luz sobre um mecanismo de realce do real em detrimento do ilusório. Tais pontos, contudo, apesar de possuírem uma forte carga performática, são dispostos através de uma abordagem que se utiliza de uma argumentação de traços ético-religiosos, de modo que

Somando-se aos traços estilísticos, uma questão conceitual reforça a presença de traços da mitologia cristã por trás do discurso dinamarquês. A primeira evidência nesse sentido é a oposição binária (verdade x ilusão), que constitui o eixo central do manifesto e reproduz uma visão de mundo maniqueísta, compartilhada com a moral dessa religião. Do mesmo modo, o mote da revelação da verdade como método de libertação do ilusionismo (“meu objetivo supremo é resgatar a verdade” é a penúltima frase do manifesto), somado à ausência de uma definição clara para o que seria essa “verdade”, atribui à ela um aspecto absoluto e mágico, uma vez que se acredita que a sua simples exposição pública seja suficiente para destruir os vícios que se opõem a ela, procedimento comum a várias religiões, notoriamente ligadas ao cristianismo. (HIRATA FILHO, 2008, p. 125)

A utilização deste discurso, de modo a conceber um caráter místico aos pressupostos dogmáticos, confere um caráter paródico ao texto do manifesto. A própria utilização de uma lista de regras composta por dez mandamentos que restringem os impulsos do fazer cinematográfico já constitui, por si só, em uma paródia referente aos dez mandamentos cristãos. Para além desta roupagem ética-cristã em tom irônico, contudo, o discurso relacionado à busca pela verdade em detrimento da ilusão fílmica encontra rastros anteriores na própria história do cinema mundial, apontando para similaridades que conferem ao movimento dinamarquês o seu caráter de resgate. Sobremodo, podemos citar o neorrealismo italiano como um exemplo destes períodos, visto que nesta escola pode-se perceber que:

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Itália começou a reconstruir-se e a deixar para trás as ruínas materiais e morais que a assolavam. A tarefa de reerguer moralmente o país caberá aos intelectuais, pois estes sentiam a necessidade de deixar as torres de marfim nas quais haviam se refugiado durante o chamado vicênio fascista (outubro de 1922 – julho de 1943) e de intensificar suas relações com a realidade. (FABRIS, 2006, p. 191)

É nesse sentido que, no contexto da Itália pós-guerra, nasce uma tendência cinematográfica que salienta a latência pelo real, posto que “a impressão que as imagens de muitas realizações neo-realistas transmitiam era a de uma realidade da qual a câmera

se aproximava diretamente, sem recorrer a mediações formais” (FABRIS, 2006, p. 211). Não obstante, outros pontos de convergência também podem ser encontrados entre a proposta dinamarquesa e a escola neorrealista, tais como “a recusa dos efeitos visuais, [...] a utilização de atores eventualmente não-profissionais, [...] a simplicidade dos diálogos, [...] a utilização de orçamentos módicos” (FABRIS, 2006, p. 205-206). É por esta perspectiva que o Dogma 95 se orienta, almejando trazer de volta estes elementos que, segundo os teóricos dinamarqueses, deixaram de existir na produção cinematográfica. As aproximações com o neorrealismo, contudo, se encerram por aí, posto que “o resgate proposto pelo Dogma 95 não implica na recuperação da linguagem e estética cinematográfica mas na recriação do cinema, trazendo à baila a discussão sobre o papel do cinema no pensamento” (LIMA, 2018, p. 76).

Além disto, os próprios limites desta tentativa de aproximação com a realidade por parte do movimento esbarram nos limites de suas premissas, posto que “a consideração estética é de qualquer maneira indissociável de alguns elementos que podem sofrer negligência, mas não supressão como o enquadramento e a composição, a movimentação da câmera e o uso das lentes, a iluminação e as cores” (FURUITI, 2003, p. 14). Logo, embora consiga estreitar as relações com o real a partir do despojamento técnico, enfocando no aspecto narrativo, não há possibilidade de eliminar todo e qualquer elemento de intervenção na produção, por menor que seja, posto que a simples filmagem de um *take* já configura uma visão particular e escolhida de uma determinada realidade. Desta forma, “em lugar da verdade, os filmes do Dogma 95 dialogam com a esfera do verossímil através da construção eficiente de um mundo diegético que obedece a determinadas regras e convenções bastante reconhecíveis, construídas pela anterioridade de outros filmes” (FURUITI, 2003, p. 21).

Cabe-nos apontar, entretanto, que, embora o Dogma 95 possua essa atmosfera restauradora em seu bojo, o elemento de resgate que o constitui não é puramente fílmico ou metódico, mas possui um caráter inerentemente poético/simbólico, posto que visa alimentar a discussão, iniciada já pelos franceses da *Nouvelle Vague*, na preeminência da relação cinema e existência, conectando os indivíduos com a arte fílmica. O método (os 10 pontos delimitados) é, por consequência, apenas um meio para se alcançar este estado de aproximação existencial, realçando as inquietações dos interlocutores com o filme. Daí, por fim, a explicação para a máxima do manifesto que aponta que “para o Dogma 95, o cinema não é individual” (TRIER; VINTERBERG, 1995), posto que é somente a partir do

efeito gerado numa experiência coletiva frente à obra fílmica que se pode alcançar este estado. Não obstante, não é somente o efeito que visa a coletividade, mas também a própria abertura de possibilidades resultante do descompromisso com questões técnicas presente no Dogma 95, que acaba por proporcionar a democratização da produção cinematográfica, que não é mais apenas produto de grandes orçamentos e empresas, o que expande os horizontes da arte fílmica e a coletiviza. É possível concluir, à visto disto, que, a despeito do caráter restaurador que o manifesto possui, ele é, igualmente, inovador, pois responde às demandas que expõe com um arcabouço argumentativo excedente ao próprio objeto de restauração.

Contudo, essa relação entre restauração e inovação se apresenta de maneira nebulosa e, por vezes, contraditória, fazendo com que estes polos se alternem de lugar e criem uma fluidez de referência quanto ao lugar ao qual o Dogma 95 pertence. Essa realidade, sobretudo, quando do advento da discussão de um “cinema pós-moderno”, presente, grosso modo, a partir dos anos 80 do séc. XX, em que as fileiras de modelos de estilo e linguagem estavam se tornando esgarçadas e a profusão de filmes destituídos de uma referência de estilo e linguagem iam se acentuando, de modo que “tais filmes desafiaram as categorias cinematográficas: clássica, modernista, vanguardista, expressionista, surrealista – nenhuma delas precisa dar conta de suas especificidades” (PUCCI JR., 2006, p. 363), sedimentou um espaço a ser preenchido. Esse contexto caudaloso de reflexividade acerca das novas demandas colocadas pela profusão de filmes do período em questão, alimentadas, também, pelo aprimoramento das técnicas e crescimento do mercado cinematográfico, deu sustentação para que, anos depois, surgisse um movimento que fosse tanto afirmador quanto questionador de algumas das bases deste cenário histórico: o Dogma 95.

É a partir deste movimento histórico, portanto, que o advento do Dogma 95 se torna possível. Na mesma toada do discurso pós-moderno, o Dogma 95 assume o seu caráter nostálgico, clamando por uma ação de resgate, no intuito de promover, novamente, o estabelecimento de uma referência fixa da “essência” cinematográfica, que o movimento imbui no respeito ao “Voto de Castidade”. Encarnando esta postura, o Dogma 95 também enseja postular que a proposta dinamarquesa estaria direcionada a colocar em xeque os valores que se sedimentaram na sétima arte, oriundos da sua origem burguesa. Tal postura crítica e pessimista quanto aos valores hegemônicos e quanto aos vícios de uma arte que preconizava, a cada dia mais, a precedência de uma metanarrativa

em tom de elegia ao paroxismo decorrente da ausência líquida de referências, constituiu elementos fundadores no debate acerca do pós-modernismo nas artes. Esses elementos, de maneira integrada ou não, encontraram eco na sétima arte por meio do Dogma 95. Chega-se à conclusão, portanto, de que é a articulação entre estas forças opostas inerentes à proposta dinamarquesa que o configuram não como um movimento reacionário ou revolucionário do cinema, mas como a amálgama destas justaposições, que nos possibilitam estabelecê-lo como uma força de equilíbrio, igualmente restauradora e inovadora. Ao discutir este caráter dúbio de mescla entre renovação e inovação, GALVÃO (2015, p. 47) se apropria dos postulados do teórico Hans Robert Jauss para afirmar que “reconstruir o horizonte de expectativa sob a qual uma obra foi criada e recebida significa para Jauss revelar as questões para as quais ela se constitui como resposta. Assim [...] cada obra deixa em aberto problemas formais e morais que são retomados pelas obras que lhe sucedem”. Antes de mais nada, contudo, é a força do Dogma 95 enquanto ferramenta de crítica e reflexão sobre a sétima arte que se configura, abrindo caminho para que possamos melhor compreender o seu lugar dentro da história do cinema.

As influências culturais do movimento dinamarquês

Embora tenha sido um movimento impulsionado por motivações de resistência ao cinema que se praticava na maior parte do mundo, coexiste no Dogma 95 as particularidades nativas que em muito contribuíram para a formação ideológica e simbólica da concepção cinematográfica adotada pelo movimento dinamarquês. Nesse sentido, a figura de Carl Theodor Dreyer, diretor dinamarquês da primeira metade do século XX considerado como um dos maiores cineastas de todos os tempos, representa uma influência determinante na constituição da base conceitual que rege o Dogma 95. De fato, ao tecer algumas palavras sobre o cinema, Dreyer revela que

[...] o realismo não está na própria arte, só o realismo psicológico. O que tem valor é a verdade artística, isto é, a verdade arrancada da vida vivida, mas purificada de todos os detalhes inúteis – a verdade filtrada através da alma de um artista. O que tem lugar na tela, não é a realidade e nem deve ser, porque se fosse a realidade, não seria arte. (DREYER, 1997, p. 70-71 apud FURUITI, 2003, p. 69)

A partir disto, é possível estabelecer algumas proximidades entre a concepção de Dreyer e as premissas estabelecidas pelo movimento dinamarquês. Ambos, consideradas suas especificidades, carregam em seu cerne uma atmosfera de busca pela purificação da

arte cinematográfica, a fim de estabelecer uma verdade. Esta verdade, contudo, é manipulada de maneira diferente por ambos. Nesse sentido, pode-se perceber que o cinema para Dreyer estabelece uma relação de proximidade psicológica e espiritual, que incorpora elementos de representação da intimidade interior do sujeito na diegese fílmica. Um exemplo de elemento representativo que contribui para esta maior proximidade com a verdade genuína, no cinema de Dreyer, é o enfoque no rosto. No entanto, a própria questão da expressão facial é aprofundada no cinema de Dreyer, transpassando a noção de primeiro plano. Nesse sentido, ressalta-se que

[...] a decupagem afetiva procede através do que o próprio Dreyer chamava de 'primeiros planos corrediços'. Que são sem dúvida um movimento contínuo através do qual a câmera passa do primeiro plano ao plano médio ou geral, mas sobretudo uma maneira de tratar o plano médio e o plano geral como primeiros planos, por ausência de profundidade ou supressão da perspectiva. Não se trata mais de plano próximo, mas de qualquer plano, que possa assumir o estatuto de primeiro plano – as distinções herdadas do espaço tendem a desaparecer. Ao suprimir a perspectiva 'atmosférica', Dreyer faz triunfar uma perspectiva propriamente temporal ou mesmo espiritual: esmagando a terceira dimensão, ele coloca o espaço de suas dimensões em relação imediata com o afeto, com uma quarta e quinta dimensões, Tempo e Espírito. (DELEUZE, 1983, p. 138)

Logo, a técnica de Dreyer estabelece um paradigma diegético em nome da verdade fílmica que é conduzido através de uma supressão da perspectiva e do transpassar dos elementos dos demais planos para o primeiro plano. Para o Dogma 95, por outro lado, a produção da verdade fílmica estaria vinculada ao caráter reflexivo em relação aos próprios meios de produção do filme, quando do próprio momento de sua produção, no intuito de conferir maior autonomia em relação à realidade, induzindo uma representação despojada e, portanto, mais acurada das inquietações existenciais e afetivas do objeto comunicacional gerado pelo filme. Apesar das diferenças no trato desta questão, o legado deixado por Dreyer foi, inegavelmente, uma influência pertinente para os partícipes do Dogma 95. São as bases deixadas por ele que fundamentam a persistência de uma consciência histórica que se solidifica no cinema dinamarquês, influenciada por um impulso reflexivo. Não obstante

A importância histórica de Dreyer reside na sua contraditória condição intermediária. Para nós hoje, a sua fascinação é a de um diretor que, nos modos como temos analisado, abre uma problemática distância entre a prática cinematográfica dominante e um outro cinema: um cinema que exige atividades perceptuais frescas, que recusa ser o cinema como é habitualmente concebido e consumido. Semi-compreensíveis, os filmes de Carl-Theodor Dreyer existem

na fronteira da unidade, do sentido, do prazer. Além dele está o cinema da ininteligibilidade. (BORDWELL, 1979, p. 201 apud FURUITI, 2003, p. 73)

Este legado deixado por Dreyer, em que nele já se percebia forte contrariedade às estruturas de produção dominantes, é absorvido e intensificado pelo movimento dinamarquês, quando da formulação de uma espécie de cinema-pensamento. Esta ruptura em favor de uma maior exploração do aspecto reflexivo da produção cinematográfica não traz mais apenas a intimidade localizada do sujeito narrativo, desvelado em verdades identitárias a partir do enredo (como na visão de Dreyer), mas eleva esta reflexividade ao patamar de fundamento ideológico do movimento dinamarquês, colocando em xeque não apenas a narrativa, mas também o *modus operandi* pelo qual ela é elaborada. Nesse sentido, diferentemente dos críticos das primeiras décadas do cinema, que pretendiam promover o cinema ao patamar de arte, ou mesmo os posteriores formalistas e realistas, que advogavam, cada um a sua maneira, por uma essência cinematográfica, o interesse de Dreyer (e também do Dogma 95) não se debruça sob um valor de marketing, mas sob o fundamento reflexivo. Logo, pode-se dizer que

Sua obra é independente e livre, sem se auto-afirmar sequer como arte, rejeitando rótulos e definições; é uma busca constante pela provocação do pensar envolto em uma desconstrução estética que beira à agressão dos sentidos, pois o afeto almejado é uma forma de escândalo no senso vulgar que ultrapassa toda comodidade que se espera, comumente, de um cinema promocional. (LIMA, 2018, p. 61)

Todo este aparato conceitual, contudo, remonta a uma tradição ainda mais recuada no tempo, influenciada profundamente pela filosofia existencialista do também dinamarquês Søren Kierkegaard. Esta tradição conceitualiza uma relação comunicativa que é estabelecida por meio de uma comunicação indireta, que interpela o Indivíduo Singular na sua relação comunicacional. Neste sentido, a existência a partir de Kierkegaard estabelece um fluxo de reflexividade ao interagir de maneira indireta com os elementos simbólicos do instante. Frente a isto, vê-se que

O poder em Kierkegaard é a ação do Indivíduo Singular firmada na existência por sua vontade (*pathos*). Uma comunicação de poder é legitimada pela liberdade do indivíduo em decidir na existência em um compromisso firmado para si mesmo, ou seja, não é embasada pela autoridade de um indivíduo sobre o outro (em que ocorreria uma comunicação objetiva, de saber categorial). A comunicação de poder é a ocasião, na medida em que disponibiliza as relações significativas possíveis no questionamento pelo como. (LIMA, 2018, p. 44)

Este pressuposto kierkegaardiano estabelece uma conjuntura conceitual que é apropriada pelo movimento dinamarquês na sua escritura fílmica. Nesse sentido, a moldura despojada e irônica estabelecida nos ditames dogmáticos conduz a uma percepção da escritura fílmica pautada na perspectiva de que o idealizador do filme se comunica com o seu espectador, mas não o faz de maneira direta, transmitindo ideias ou parâmetros fixos acerca de alguma determinada questão exposta na narrativa, mas sim por meio de uma comunicação indireta, em que o espectador não é apenas um sujeito que absorve a informação transmitida na comunicação, mas se insere numa reflexão existencial acerca de uma determinada questão proposta pelo autor da obra fílmica, colocando-se na posição de um inspector (ou Indivíduo Singular, na perspectiva kierkegaardiana) que, a partir da sua interioridade subjetiva, estabelece uma relação dialética com o objeto imagético, dotando-o de uma interpretação própria. Logo, diferentemente da comunicação direta, que estabelece uma ilusão pautada pela comunicação estática, despida de inquietação existencial, a relação de comunicação proposta pelo Dogma 95 estabelece uma efetividade na potencialização destas inquietações, conferindo-lhe maior verossimilhança e, portanto, desligando-se de ilusões. Logo, “a ironia penetra a existência que, antes ilusória e superficial, se dissipa para dar lugar a uma existência autêntica que se lança em direção à verdade” (LIMA, 2018, p. 63).

A influência de Kirkegaard, contudo, possui demais contornos para além do seu aspecto puramente comunicativo. Em certa medida, o Dogma 95 se associa a um princípio do pensamento Kierkegaardiano, no que tange a crítica à modelos estigmatizados de uma cultura engessada. Sobre a apropriação deste princípio no movimento dinamarquês e no filme *Os Idiotas*, Tønder argumenta

Revelando estruturas ocultas de estigmatização em vários lugares, incluindo um restaurante antigo, uma fábrica moderna, uma piscina pública e um escritório local do município, *Os Idiotas* vincula a imagem e a prática do spazzing – agir de uma maneira que sugere que alguém não está no controle de suas faculdades mentais ou corporais – a uma crítica iniciada por Kierkegaard 150 anos antes: a democracia dinamarquesa, incluindo seu famoso estado de bem-estar social, é baseada em uma cultura nacional que exalta o bem da comunidade às custas de indivíduos singulares que divergem da norma e não assinam a auto-imagem ideológica da Dinamarca como mais igual e mais liberada do que qualquer outro país do mundo. Essa auto-imagem está menos associada a um único partido político e mais a uma tendência subjacente expressa por alguns dos fundadores da Dinamarca, incluindo N. F. S. Grundtvig [...]. Kierkegaard e von Trier pretendem subverter a imagem representada por Grundtvig, sugerindo uma concepção e a desigualdade através de um ethos afirmativo de empoderamento e singularidade. Kierkegaard desenvolve sua

versão dessa concepção de regra seguindo um registro filosófico que destaca o poder incorporado no cômico. Para isso, von Trier acrescenta sua própria reviravolta cinematográfica: é necessário espantar – que é uma experiência incorporada – para desvendar a hierarquia que trai o igualitarismo dinamarquês e liberar a energia necessária para desenvolver outro conjunto de relações. (TØNDER, 2016, p. 249)

A partir desta aproximação entre Kierkegaard e von Trier, a proposta dinamarquesa se clarifica e se localiza em uma tradição de resistência perante uma cultura nacional dominante que é criticada a partir de uma política que o autor denomina de Regra Cômica. Esta política leva em consideração o aspecto do cômico como ponto-chave da denúncia perpetrada à esta cultura dominante. Contudo, de modo a compreender melhor o que se entende aqui por cômico, o autor prossegue

O cômico não é simplesmente um termo genérico que representa a soma de ironia e humor; ao contrário, ele se apresenta como um conceito independente que vai além da ironia e do humor, incorporando dois aspectos concomitantemente – um relato da condição humana e uma maneira de responder a essa condição. O cômico combina dois opostos em uma estrutura – o exemplo preferido de Kierkegaard é Jesus como homem e Deus – e implementa essa incongruência para interromper e revelar lacunas na experiência vivida, permitindo que novos modos de pensamento e ação se apoderem de nossa existência. Assim, o cômico se transforma em uma condição de pensar e agir. Sem ele, argumenta Kierkegaard, nenhuma passagem para um nível superior de ser é possível. (TØNDER, 2016, p. 252)

Desta forma, Kierkegaard estabelece uma percepção afirmativa do cômico, a medida que ele se estabelece na interação com o espectador e o imbuí de um engajamento que o coloca em uma determinada direção ou propósito, a partir – como já argumentamos anteriormente – da interlocução entre as inquietações do existente do cineasta e da subjetividade com a qual o espectador se defronta com elas. Todo esse processo, por fim, construiria uma ponte entre os pressupostos do filósofo dinamarquês e o Dogma 95, que com isso estabelece uma maneira de ser identificado. Portanto, trata-se de “[...] uma condição sine qua non da contestação política e da transformação social, que não apenas interrompe, mas também acelera nossa capacidade de pensar e agir, pondo em movimento novas formas de explorar a condição humana em toda a sua riqueza e profundidade” (TØNDER, 2016, p. 259).

Afora os já citados, residem entre as influências do Dogma 95, também, algumas contribuições que fogem unicamente da produção cinematográfica. Tendo em vista este fator, é preciso delinear os traços reforçados pelo movimento dinamarquês destas

influências. Inicialmente, portanto, cabe uma aproximação do movimento com a teoria do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, a medida que este

[...] propunha uma “dramaturgia antiaristotélica” ou “anticatártica”; que se apropriava de recursos como cartazes, projeções, letras de músicas, atores/narradores que comentam a ação e interpretações antinaturalistas para interromper o fluxo da ação dramática e promover um efeito de distanciamento em relação aos afetos dos personagens capaz de suscitar reflexão crítica e de des-alienar o espectador. (GALVÃO, 2015, p. 17)

Para aprofundar um pouco mais no que diz respeito a extensão da influência brechtiana no Dogma 95, é preciso, contudo, determinar as bases fundamentais da fortuna crítica do teórico alemão. Nesse sentido, ao escrever a respeito da Sétima Arte (traçando um paralelo com os seus escritos sobre teatro), Brecht denuncia o ilusionismo inerente do modo de produção cinematográfico dominante que, pautado em uma metódica bastante intrincada e engessada, sob a qual – segundo o autor – as bases ideológicas da sociedade burguesa estão assentadas, transmite os vícios desta cultura dominante. Em razão disto, Brecht apresenta seu *Verfremdungseffekt*, técnica sob a qual os fragmentos de construção da narrativa são expostos, desmantelando a consciência de unidade ilusória do produto final da obra, posto que os próprios processos de produção da narrativa são expostos ao espectador durante o desenrolar da trama.

Trata-se, portanto, de colocar em xeque as próprias bases constituintes do aparato de produção da arte em questão, dando contornos reflexivos à própria relação entre obra e espectador, que interagem de maneira subjetiva a partir do exposto na narrativa. Isto posto, as próprias palavras do Lars von Trier, principal idealizador do Dogma 95, quando perguntado a respeito da política de seus filmes e do Dogma 95, deixam claro o crédito concedido à crítica brechtiana no seu discurso, quando este diz “este é meu *Verfremdungseffekt*, porque eu forço a história para tão longe que todos podem ver do que ela é feita” (SCHEPELERN, 2005 apud KOUTSOURAKIS, 2013, p. 1). Com isto, o cineasta se filia à crítica brechtiana, apropriando-se dela no campo cinematográfico. Ante o exposto, é possível perceber como este arcabouço de influências impingiu ao movimento dinamarquês os fundamentos para se fomentar uma alteração no status de produção do filme, impulsionada pelos postulados dogmáticos dispostos no manifesto já elencados anteriormente, demarcando uma ruptura na mentalidade fílmica do próprio cinema dinamarquês. Uma ruptura que, devido ao seu caráter, é uma alteração que traz em seu

bojo uma proposição de novas bases; novos ditames. Uma ruptura dogmática em busca de uma nova linguagem.

À guisa de (in)conclusão

Iniciamos a presente pesquisa argumentando que o Dogma 95 é constituído por lugares e não-lugares, a medida que suas características e os elementos pelos quais o movimento é perpassado carregam aspectos difusos e paradoxais. A exemplo da sua própria identidade, as interpretações sobre o movimento também se apresentam de maneira igualmente heterogênea e transversal. Neste sentido, um breve histórico das vertentes interpretativas distintas acerca da proposta dinamarquesa será necessário, no fito de determinar uma abrangência interpretativa panorâmica das matrizes que já compõem os olhares a respeito do Dogma 95.

Uma possibilidade interpretativa diz respeito a política performativa elaborada por Linda Badley (2010), que compreende o Dogma 95 como um jogo performático no qual as suas regras constituem ponto-chave de funcionamento, posto que atuam no sentido de conduzir, por elas mesmas, uma alteração sintomática no *modus operandi* da produção cinematográfica mundial. Como exemplo, Badley (2010, p. 56) demonstra que o despojamento no processo de produção do filme alimentado pela proposta dinamarquesa intensificou um processo de revolução digital no cinema, que ganhou, com o passar do tempo, proporções cada vez mais abrangentes. Sobre a aproximação do Dogma 95 com esta revolução digital da produção fílmica, Bainbridge (2007, p. 95) sinaliza que “o papel da câmera como mediador do espectador como testemunha é crucial aqui; ele preserva nosso relacionamento com a ficção, enquanto dissimula o dizer a verdade que perturba nossa familiaridade com a linguagem do filme”. Com isto, a autora conclui que é justamente esta “nova visão” direcionada ao como se produzir um filme que constitui o Dogma 95 enquanto instituição fílmica, dando contornos confirmatórios às bases discursivas inclusas na proposta dinamarquesa de uma produção de “verdade” fílmica que, no sentido simbólico proposto pelo movimento, ela interpreta como residente nesta abertura de possibilidades proporcionada pela facilitação do processo de produção fílmica.

Uma interessante interpretação do lugar do Dogma 95 diz respeito a tese levantada por Angelos Koutsourakis (2013) de que o Dogma 95 teria sido um movimento cinematográfico derivado da crítica pós-brechtiana. Neste sentido, dando sequência aos

argumentos já apresentados em seções anteriores deste estudo, o argumento do autor é de que o Dogma 95 utiliza-se do dispositivo *Verfremdungseffekt*, entendido na crítica brechtiana como a reflexão a respeito do processo em si da construção da obra, desmistificando o seu valor enquanto produto. Tal proposta, contudo, traz em sua concepção original um forte vínculo ideológico com políticas identificadas com as teses marxistas, que não é observado na mesma latência na sua posteridade. Nas palavras do autor: “muito esquematicamente, o termo ‘pós-brechtiano’ descreve um repensar pós-moderno de Brecht que compartilha sua preferência por uma representação fragmentada e uma abstração formal, mas não suas certezas políticas” (KOUTSOURAKIS, 2013, p.12). Neste sentido, ao discorrer sobre os filmes de Lars von Trier (inclusive aquele pertencente ao movimento discutido no presente estudo), o autor continua afirmando que

[...] os filmes de von Trier priorizam práticas formais experimentais que pretendem desafiar o assunto, a exibição habitual de filmes e a própria instituição cinematográfica. Von Trier emprega estratégias de representação que não se preocupam apenas em reproduzir ações dramáticas, mas em apontar contradições que não podem ser resolvidas dentro dos limites da dramaturgia dos filmes. (KOUTSOURAKIS, 2013, p. 15)

Com isto, o discurso dogmático ancora-se na crítica pós-brechtiana, levando em consideração o aspecto da relação subjetiva estabelecida entre o autor e o receptor da obra; relação esta que estabelece um vínculo existencial, do qual já discorreremos anteriormente neste estudo, em que a prioridade se aloca nas inquietações existenciais do sujeito, tendo, por fim, um desgarrar intenso no que tange a produção de metanarrativas de orientação política, como no caso da crítica brechtiana em sua originalidade.

A principal matriz interpretativa a respeito do Dogma 95, contudo, diz respeito à tese levantada pela pensadora Mette Hjort (2003, 2007), devido a centralidade de sua perspectiva em todos os demais estudos acerca do Dogma 95. Neste sentido, tentando apresentar o cenário da indústria cinematográfica da Dinamarca, a autora apresenta informações de como mesmo após a mudança de paradigmas propiciada pelo advento da cinematografia e persona de Lars von Trier, a intervenção do Estado no fazer fílmico ainda se fazia presente. Contudo, essa interferência se dava, principalmente, no campo econômico, não mais cabendo ao Estado interferir no conteúdo dos filmes. Neste cenário, argumenta a autora, a figura de Henning Camre, *CEO* do *Danish Film Institute (DFI)*, órgão

responsável por desenvolver o cinema dinamarquês, que trouxe novas ideias para a indústria. A atuação tanto de Camre quanto da DFI foram cruciais para que o cinema dinamarquês sofresse um crescimento significativo. Muitas foram as iniciativas adotadas para levar à cabo esta meta estipulada, as quais a autora elenca de maneira a esboçar melhor a orientação da atuação tanto de Camre quanto da DFI. Afirma

A DFI enfatizou o suporte ao desenvolvimento de roteiros em um esforço para incentivar histórias originais em vez de adaptações. Também insistia em uma abordagem mais sistemática da distribuição de filmes, com estratégias de marketing e grupos-alvo figurando centralmente, mesmo nos primeiros pensamentos sobre novos projetos de filmes. A DFI forneceu subsídios para exames de teste e pesquisas de saída, bem como para a produção de várias impressões, permitindo a liberação simultânea de um filme em todo o país e, assim, a estimulação da cinefilia nas áreas não-urbanas. Foi feito um esforço considerável para impedir o desaparecimento dos cinemas nas pequenas cidades por meio de subsídios para a renovação dos cinemas existentes e para a criação de novos cinemas. Além de seu papel como organismo de financiamento, a DFI assumiu um papel consultivo em conexão com o renascimento e expansão das telas de cinema da Dinamarca. Também ajudou a facilitar a colaboração entre investidores privados e vários governos locais na área de exibição de filmes. O resultado geral foi uma rede significativamente expandida de cinemas em todo o país. (HJORT, 2007, p. 29-30)

Toda esta agenda propositiva engendrada pela DFI contribuiu significativamente para a expansão interna do mercado dinamarquês, provocando maior fluxo comercial e trazendo inovações artísticas no que tange a produção cinematográfica em si, tanto no que diz respeito ao seu processo de produção quanto no próprio conteúdo de seus filmes. A ruptura com todo este cenário, contudo, se dá com o advento do Dogma 95, definido por Hjort (2003) como “a resposta de uma pequena nação à globalização”. Neste sentido, a autora relaciona a proposta dinamarquesa com uma resposta à globalização a partir do fato de que

[...] o Dogma 95 evita o tipo de investimento nostálgico no local, que é uma característica dos tipos dominantes de filmes patrimoniais e, portanto, surge como uma atraente resposta não-nacionalista à globalização. A discussão do Dogma 95 como resposta à globalização envolve, então, um contraste implícito com os filmes de herança nórdica e dinamarquesa. Enquanto os filmes patrimoniais pertencentes a uma tradição de pertencimento nacional ou transnacional em primeiro plano de “qualidade”, o Dogma 95 insiste na participação nacional – no mundo da arte e na renovação das tradições artísticas internacionais. Uma diferença fundamental tem a ver com a participação em oposição à pertença, com o acesso ao mundo da produção de filmes, e não a algum conteúdo semântico de primeira ordem. O Dogma 95 [...] é uma tentativa de resistir à dinâmica de um localismo intensificado alimentado

pelo globalismo, concentrando a atenção, não na herança e na etnia, mas na própria definição da arte cinematográfica e nas condições de produção dessa arte. (HJORT, 2003, p. 38)

Com isto, a autora enxerga que o Dogma 95 está incluso dentro de um panorama mais amplo do cinema dinamarquês, marcado por uma progressiva expansão do mercado interno – em razão dos investimentos da DFI – e da figura excêntrica de Lars von Trier. Seu estudo é, de fato, seminal para o entendimento do lugar do Dogma 95, contudo, a focalização única e exclusivamente no aspecto estruturante das consequências político-econômicas causadas pelo Dogma 95 dentro de um cenário globalizante parece apresentar lacunas, posto que desconsidera – e, por vezes, até mesmo ignora – aspectos diversos da técnica performática e das próprias intenções, motivações e influências inerentes ao apelo proposto pelo movimento dinamarquês, como apresentamos anteriormente.

Neste sentido, apesar de entendermos a centralidade do estudo da pesquisadora, pode-se perceber que apenas este estudo em si não esgota as variáveis de atuação presentes na dinâmica dogmática. Da mesma forma, tanto as demais propostas aqui expostas quanto outras visões menos relevantes sobre o tema – que podem ser encontradas na coleção de artigos *Purity and Provocation: Dogme 95 (2003)* – não parecem dar cabo da pluralidade de fatores que compõem a proposta dinamarquesa. Em razão disto, entende-se que, para efetivar uma abordagem melhor elucidada do lugar pertencente ao Dogma 95 dentro da história do cinema, é preciso que se encontre um elemento central que, de alguma forma – seja em menor ou maior escala – aja no sentido de unir estas matrizes interpretativas, deixando de colocá-las como divergentes e encontrando um ponto de convergência para que uma complemente a outra.

Referências bibliográficas

BADLEY, Linda. Performative politics: Dogme 95 and The Idiots. In: _____. **Lars von Trier**. Illinois: University of Illinois Press, 2010, p. 54-69.

BAINBRIDGE, Caroline. A new vision?: Dogme 95 and the digital revolution. In: _____. **The cinema of Lars von Trier: authenticity and artifice**. Londres: Wallflower Press, 2007, p. 83-101.

DELEUZE, Gilles. **Cinema I: Imagem-Movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FABRIS, Mariarosaria. Neo-realismo. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Campinas (SP): Papirus, 2006, p. 191-219.

FURUITI, Edna. **A imagem fundamental e o traumático**: possibilidades de sentidos em "Festa de Família" e na Trilogia Coração de Ouro, de Lars von Trier. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Estética do Audiovisual). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

GALVÃO, Emília Maria da Conceição Valente. **O efeito choque e os problemas da afetação do espectador no cinema de Lars von Trier**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2015.

HIRATA FILHO, Maurício. O Dogma 95. In: BAPTISTA, Mauro & MASCARELLO, Fernando (orgs.). **Cinema mundial contemporâneo**. Campinas (SP): Papirus, 2008, p. 121-136.

HJORT, Mette. Denmark. In: ____ & PETRIE, Duncan. **The cinema of small nations**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2007, p. 23-42.

____. Dogma 95: a small nation's response to Globalisation. In: ____ & MACKENZIE, Scott. **Purity and provocation: Dogma 95**. Londres: British Film Institute, 2003, p. 31-47.

KOUTSOURAKIS, Angelos. **Politics as form in Lars von Trier**: a post-brechtian reading. Londres (Inglaterra): Bloomsbury, 2013.

LIMA, Fransmar Barreira Costa. **Inquietações do existente**: cinema como filosofia em Lars von Trier. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie: São Paulo, 2018.

MANEVY, Alfredo. Nouvelle vague. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Campinas (SP): Papirus, 2006, p. 221-252.

PUCCI JR., Renato Luiz. Cinema pós-moderno. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Campinas (SP): Papirus, 2006, p. 361-378.

SCHEPELERN, Peter. 'Kill your darlings': Lars von Trier and the origin of Dogma 95. In: HJORT, Mette & MACKENZIE, Scott. **Purity and provocation: Dogma 95**. Londres: British Film Institute, 2003, p. 58-69.

TØNDER, Lars. "At the fringes of one's consciousness": Kierkegaard, The Idiots, and the Politics of Comic Rule Following. In: HONIG, Bonnie & MARSO, Lori J. **Politics, theory, and film: critical encounters with Lars von Trier**. Nova York: Oxford University Press, 2016, p. 247-265.

Fontes

TRIER, Lars Von & VINTERBERG, Thomas. **Dogma 95**. 1995. Disponível no sítio eletrônico: https://pov.imv.au.dk/Issue_10/section_1/artc1A.html#i1. Acesso em 22/12/2018.

Capítulo 4
IMPERATOR DOMINU. O DOMINATO EM DEBATE
Eduardo Belleza Abdala Miranda

IMPERATOR DOMINU. O DOMINATO EM DEBATE

Eduardo Belleza Abdala Miranda

Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre e Graduado em História também pela UFRRJ. Foi pesquisador do projeto: "Capacitação em arqueologia brasileira" no ano de 2011. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Antiga em Medieval da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (FSBRJ) em 2017. E-mail: eduabdala@yahoo.com.br.

Resumo

O presente trabalho pretende analisar o modelo político adotado no Império Romano durante o século IV da E. C. conhecido como *Dominato*, quando o poder centralizava-se na figura do imperador, normalmente autointitulado *Dominus*, ou seja, "senhor" do Estado, torando todos que compunham o Império em súditos. Para compreendermos de maneira ampla a proposta deste breve trabalho debateremos sobre a periodização histórica do que ficou conhecido como *Dominato*, já que grande parte da historiografia romanista compreende o governo de Diocleciano (244 E. C. – 311 E.C.) como o precursor desse modelo governamental.

Palavras-chave: Império Romano; *Dominato*; Antiguidade Tardia

Abstract

The present work intends to analyze the political model adopted in the Roman Empire during the 4th century of the C.E. known as *Dominato*, when the power was centralized in the figure of the emperor, usually self-styled *Dominus*, that is, "lord" of the State, turning all that composed the Empire into subjects. In order to broadly understand the proposal of this brief work, we will discuss the historical periodization of what became known as *Dominato*, since much of the Romanist historiography understands the government of Diocletian (244 C.E. - 311 C.E.) as the precursor of this governmental model.

Keywords: Roman Empire; Dominate; Late Antiquity

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos os aspectos que envolvem o tardo Império Romano nos voltaremos para uma questão muito abordada, porém pouco discutida. Referimo-nos ao período do *Dominato*. Historicamente demarcado pela restauração de Diocleciano e pela consolidação da Tetrarquia, esta fase da História romana é, em grande parte, apresentada como o início do *Dominato*. Todavia, tal demarcação temporal é pouco debatida entre os historiadores, que na maioria das vezes aceita esta determinação temporal sem trazer

uma análise mais detalhada sobre as características que envolvem o período e sobre o que efetivamente o diferencia do Principado.

Nosso objetivo neste breve artigo buscará promover uma visão diferente sobre o período em questão. Assim, convidamos o leitor a revisitar algumas características que levaram os historiadores a reafirmarem essa divisão temporal da História de Roma com a proposta de trazer ao ciclo historiográfico este novo olhar. Mas para que nossa análise alcance seu real objetivo, devemos primeiro identificar de qual momento histórico estamos falando. Desse modo, ao abordarmos sobre o Império Romano dos séculos III-IV, trabalharemos o período conhecido como Antiguidade Tardia.

Segundo o historiador Henri-Irinée Marrou a Antiguidade Tardia representa um momento no qual as mudanças estruturais e sociais da Antiguidade Clássica e da Idade Média estão bem demarcadas, ou seja, não seria ideal abordar o período como continuidade, mas também não podemos afirmar que já se trava do período medieval. Assim, para o autor, não era viável abordar o momento em questão como um declínio do Império Romano, pois, segundo Marrou:

Desde o século XV, desde o humanismo renascentista, todo este período para que queríamos chamar a atenção do leitor estava ferido de um mesmo juízo pejorativo: entre o esplendor da Antiguidade clássica e a 'renovação' das Letras e das Artes, nada havia – literalmente nada. Um vazio, um negro túnel separava esses dois momentos gloriosos da civilização (1979, p. 12)

A Antiguidade Tardia pode ser vista como um período de transição da Antiguidade Clássica para a Idade Média. Possui suas próprias características, seu modo de vida, sua arte, sua literatura, em fim, segue sua própria estrutura político-social. Mesmo com um resgate das raízes romanas em alguns casos, a Antiguidade Tardia se mostra genuína em suas produções, e não devemos compreendê-la como uma mera continuação, trata-se de outro momento da história, portanto, deve ser estudada em suas particularidades (MARROU, 1979).

Para o historiador irlandês, Peter Brown as maiores mudanças ocorridas entre os anos 200 e 700 da era comum ⁴⁶ foram de aspecto religioso e social, os quais marcavam uma transformação das mentalidades sobre o mundo. Segundo o historiador, desde o terceiro século da nossa era, as mudanças culturais e estruturais do Império Romano

⁴⁶ Período demarcado por Peter Brown como o último do Mundo Antigo.

marcavam sua “última revolução” (BROWN, 1972), ou seja, a ideia de “declínio” apresentada por historiadores clássicos como Edward Gibbon (1989) estaria presente apenas em um sentido político.

Entre os historiadores brasileiros o debate é bem presente. Segundo Renan Frighetto, por muito tempo a historiografia nacional preferiu utilizar a expressão Alta Idade Média ao invés de Antiguidade Tardia (FRIGHETTO, 2006). Isso significa que boa parte dos autores compreendia este período como o rompimento com antigos padrões de vida e a inserção de uma nova prática social. Todavia, Frighetto demonstra a possibilidade de se perceber tanto continuidades como rupturas na estrutura político-social da Antiguidade Tardia, como o caso dos imperadores na busca por governar sem se desligar das antigas tradições do período clássico. (Ibidem, 2006).

Neste mesmo sentido, de permanências e discontinuidades, a historiadora Norma Musco Mendes compreende a retórica clássica que se apresenta no século IV como uma manutenção das antigas características literárias (MENDES, 2002), ou seja, ainda não seria possível falar em Alta Idade Média no período proposto. Quanto às mudanças ocorridas no Império Romano, a autora prefere o uso do termo “colapso” ao referir-se a transição da Antiguidade para a Idade Média. Para Mendes, as expressões: declínio; queda e decadência não se adequam as reais transformações pelas quais passava o Império Romano (Ibidem. 2002).

Por mais que devamos buscar novas análises sobre os aspectos diferenciadores da Antiguidade Tardia, precisamos nos perguntar a viabilidade de descartar a ideia de “queda” presente na historiografia desde Gibbon. Segundo Peter Heather, na obra *The Fall of the Roman Empire* (2006), o uso do termo Antiguidade Tardia é indiscutível e fundamental para compreendermos as transformações que levaram ao fim o Império Romano, mas ao mesmo tempo as tradições historiográficas vinculadas ao conceito de “queda” não devem ser menosprezadas. Ou seja, para o autor é necessário revisitar, reformular e integrar a Antiguidade Tardia ao conceito de “queda”.

Ao compreendermos um pouco a periodização histórica, podemos nos voltar para o debate entorno do *Dominato*, um momento de resgate das tradições e ao mesmo tempo de transformação do Império Romano. Buscaremos responder assim duas questões fundamentais: que motivos levaram a historiografia a compreender a Tetrarquia como o marco inicial do *Dominato*? E quais as características que o diferenciam do Principado (27 A. E. C. – 285 E. C.).

O DOMINATO: UM DEBATE TEMPORAL E HISTORIOGRÁFICO

A característica marcante deste novo sistema que se instalava no Império Romano era a centralização do poder nas mãos do imperador, no qual este passava a se designar como “*Dominus*”, quer dizer, senhor de tudo e de todos. Todos os cidadãos do Estado romano tornavam-se súditos do governante. Assim, parte da historiografia romanista determina o início do *Dominato* a partir da obra de Diocleciano (244 E. C. – 311 E. C.) entre os anos de 284 e 305 da era comum, após um longo período de instabilidade política e econômica que marcaram o terceiro século, denominado pelos historiadores de Anarquia Militar (235 E. C. – 284 E. C.).

O governo do imperador Diocleciano se inicia em 284 da nossa era a partir de sua nomeação como *Augustus* por seus soldados em 22 de dezembro, possivelmente na região do Egito (BOWMAN, 2008). O principal feito do Império neste período foi promover uma restauração política e econômica, fragilizada desde Severo Alexandre (208 E. C. – 235 E. C.), quando os militares usurpavam o poder e nomeavam os imperadores de acordo com suas preferências (FRANCHI, 2009.).

Para o historiador belga, Geza Alföldy, em *História Social de Roma* (1996), os problemas políticos, econômicos e sociais do Império Romano antecedem o século III e já mostravam-se presentes desde o período dos Antoninos⁴⁷ no século II. Ou seja, a crise do terceiro século foi o estopim dos problemas propagados desde o século anterior. A instabilidade da chamada Anarquia Militar, perturbou todas as classes sociais do Império Romano, incluindo a ordem senatorial, a mais poderosa, formada pelos mais ricos e mais influentes da sociedade romana (Ibidem, 1996).

A partir do cenário de incertezas e usurpações apresentado, Diocleciano inicia sua política restauradora já nos primeiros anos de seu governo. Logo em seu primeiro ano de Império, ele concede o título de César a Maximiano (BOWMAN, 2008) e no ano seguinte o nomearia como *Augustus*. Esta medida representava uma inovação na estrutura política e nas práticas administrativas do Império Romano, já que pela primeira vez o Império seria governado por dois imperadores legítimos e estes nomeariam dois céсарes, dando início a chamada Tetrarquia.

⁴⁷ O período dos Antoninos se inicia com Nerva em 96 E. C. e termina em 192 no governo de Cômodo.

Talvez este tenha sido o grande feito de Diocleciano para conter as usurpações militares, a formação de um governo composto por quatro governantes, dois *Augustus* (Diocleciano e Maximiano) e dois césares (Flávio Constâncio ⁴⁸ e Galério). Os *Augustus* nomeariam um César cada um, os quais seriam responsáveis por dividir as práticas administrativas do Império. Assim, Diocleciano nomeou Galério, quem seria responsável pelas defesas da região da Ilíria. Enquanto Maximiano nomearia Flávio Constâncio, quem deveria defender as regiões da Gália, Hispânia e da Britânia (GIBBON, 1989.). Nesta divisão, Diocleciano ficaria responsável pelas regiões da Trácia, Egito e Ásia e Maximiano defenderia a Itália e a África.

A prática de nomear um César era na verdade um resgate de Diocleciano as antigas tradições ideológicas e filosóficas do século II, abandonadas durante a crise do século III, conhecidas desde os imperadores Adriano (117 E. C. – 138 E. C.) e Marco Aurélio (121 E. C. – 180 E. C.) (POLLITZER, 2003). Há de se convir que, as medidas implementadas por Diocleciano representaram uma grande inovação político-administrativa para o Império Romano, já que este modelo governamental subdividido conseguiu cumprir com seus principais objetivos: conter as usurpações militares; defender as fronteiras do Império; controlar a alta inflação que assolava a economia imperial e manter a unidade do Império Romano. É importante frisar que a divisão de poderes na Tetrarquia não limitava os poderes do *Dominus* (MENDES, 2002), pelo contrário, todas as decisões e medidas de controle do Estado eram determinadas pela figura central do *Augustus* sênior, ou seja, por Diocleciano.

Essa “estabilidade” político-administrativa promovida nessa nova estrutura de governo deveu-se a uma medida inovadora na prática imperial. Diocleciano determinou o período de no máximo 20 anos para a permanência do imperador no poder. Após este período, os *Augustus* deveriam transferir seus títulos para seus respectivos césares, estes por sua vez tornar-se-iam imperadores e nomeariam outros dois césares. Esta limitação de tempo no controle do Império e a transferência das responsabilidades governamentais foram maneiras encontradas para controlar as usurpações e impedir a interferência do exército romano no processo de sucessão (POLLITZER, 2003).

Com o poder centralizado em suas mãos, o *Dominus* promoveu uma reorganização de diversos setores políticos do Império Romano como: na administração

⁴⁸ Também conhecido como Constâncio Cloro.

central; na corte; na administração provincial e no exército. Assim, o corpo de funcionários da administração pública foi burocratizada e hierarquizada, como o caso da especialização de funções civis e militares (SILVA; MENDES, 2006). A Partir de tais reformas o poder político do Senado romano sofrerá uma redução, ao mesmo tempo, Roma deixava de ser o centro do Império Romano e a capital passaria a ser o local onde o imperador residisse (CASCIO, 2008). Assim, a administração central estaria também em tais localidades acompanhando o governante.

Esta reorganização administrativa se vinculava as mudanças propostas para o exército com o objetivo de ampliar as defesas do Império contra os povos estrangeiros além de garantir a unidade imperial (Ibidem, 2008). Por uma medida de Diocleciano, na qual tudo passaria a ser objeto de imposto, as mudanças promovidas no exército tornava o serviço militar obrigatório, como uma garantia de tributos, ou seja, uma parte do imposto cobrado aos proprietários de terras poderia ser paga com o oferecimento de recrutas ao exército feito por estes senhores (Ibidem, 2008). Por estes motivos, as medidas foram mais evidentes nas regiões periféricas do que nos grandes centros do Império Romano.

Em *The Mediterranean world in late antiquity AD 395–600*, a historiadora, Averil Cameron (2001), demonstra que as medidas de Diocleciano não foram tão eficazes para conter os problemas financeiros do Império, como nos propõem parte da historiografia. Mas não podemos negar que as medidas de restauração propostas pelo imperador levaram ao principal objetivo proposto, o de não fragmentar o Império.

RELIGIÃO E POLÍTICA NA RESTAURAÇÃO DE DIOCLECIANO

As características religiosas do governo de Diocleciano estão divididas entre transformações e permanências de antigas tradições. Ligada a uma perspectiva política, as ações de Diocleciano em relação a religião, explicitam seus interesses em manter um controle centralizador, reafirmando o poder do imperador e submetendo todos o cidadãos do Império as suas decisões.

A configuração político-religiosa deste imperador se faz a partir da relação proposta entre os Augustos e as divindades do panteão greco-romano. Desse modo, Diocleciano se declara descendente do deus supremo, Júpiter, enquanto nomeia

Maximiano como Hércules (AURÉLIO VICTOR, 39-18), filho da divindade suprema, segundo a mitologia. Essa relação reforçava o caráter central do governante, já que, Júpiter era a deidade superior, responsável por reger o cosmos, enquanto Hércules é o representante da ordem terrena. Em outras palavras, Diocleciano era o principal regente do Império Romano, enquanto Maximiano é responsável por cumprir as decisões tomadas pelo Augusto Sênior (MENDES; SILVA, 2008).

A partir dessa característica religiosa, Diocleciano garantia a legitimidade do seu poder. Essa divinização do imperador seria a principal natureza do *Dominato* (SILVA; MENDES, 2006). A partir dessa definição, o imperador se apresentava como *Dominus*, ou seja, ele passava a ser senhor de todo o Império e será cultuado e adorado como um Deus. Segundo Aurélio Victor “Foi o primeiro de todos, depois de Calígula e Domiciano, que permitiu ser chamado de ‘senhor’ publicamente e ser adorado e invocado como um deus” (AURÉLIO VICTOR, 39-4). Eutrópio salienta que o imperador foi adorado como um deus ainda em vida: “(...) um príncipe diligentíssimo, e que por primeiro introduziu no Império Romano o regime mais adequado do costume real, do que da liberdade romana, e ordenou que ele fosse adorado, quando antes dele todos eram saudados (...)” (EUTRÓPIO, Lib. IX, 26) ⁴⁹.

O poder divino adquirido pelo imperador não estava presente apenas em sua imagem, mas em tudo aquilo que o representava. Ou seja, qualquer atributo que possuísse um valor simbólico e que remetesse ao soberano, teria a mesma representatividade divina. Dessa forma, as cerimônias serviam para reafirmar a sacralidade de Diocleciano a partir de seus discursos (MENDES; SILVA, 2008). Estas características explicam os motivos das perseguições aos cristãos. Como estes se recusavam a cultuar o imperador ou realizar sacrifícios em nome dos deuses romanos, representavam uma “ameaça” ao poder divino do soberano e, conseqüentemente, da estabilidade do Império.

Até o momento, devemos nos ater a seguinte questão: se a qualidade divina do imperador o qualifica como *dominus*, por quais motivos, a historiografia define o marco inicial do *Dominato* no governo de Diocleciano? Se já vimos, na afirmação de Aurélio Victor, que ele não foi o primeiro a se afirmar como “senhor”, e se Diocleciano se

⁴⁹ “Diocletianus moratus callide fuit, sagax praeterea et admodum subtilis ingenii, et qui severitatem suam aliena invidia vellet explere. Diligentissimus tamen et sollertissimus princeps et qui imperio Romano primus regiae consuetudinis formam magis quam Romanae libertatis invexerit adorarique se iussit, cum ante eum cuncti salutarentur.” (Tradução da obra em espanhol)

interpõem entre mudanças e manutenções, que características definem essa lógica de poder?

“DOMINUA ET DEUS”

O período do *Dominato* é apresentado pela historiografia como uma “monarquia”, já que o imperador centraliza os poderes em suas mãos e passava a ser responsável por todas as decisões políticas do Império. Todavia, devemos questionar o conceito de monarquia aplicada ao período em questão. Se observarmos a visão de Cícero, compreenderemos melhor a visão romana quanto à monarquia. Segundo o retórico romano em sua obra, *De Res Publica*, as três formas de governo apresentadas (aristocracia, democracia e monarquia) só poderiam ser válidas ao harmonizar-se com a República. Para o autor: “(...) na monarquia, a generalidade dos cidadãos toma pouca parte no direito comum e nos negócios públicos; sob a dominação aristocrática, a multidão goza de muito pouca liberdade, pois está privada de participar nas deliberações e no poder” (CÍCERO, I, XXVII). Caso não aja uma conciliação entre os modelos de governo, há um grande risco de se instaurar uma tirania.

Quando analisamos alguns termos políticos em *Dicionário de Política* (1998), percebemos que é comum a confusão entre varias formas de governo e a real natureza da monarquia. O controle governamental de um único homem, não representa necessariamente um modelo monárquico, ao mesmo tempo em que pode existir uma monarquia sem que o controle estatal esteja centrado nas mãos de um só indivíduo, como o caso das Monarquias Constitucionais. Segundo a obra:

(...) um regime substancial mas não exclusivamente monopessoal, baseado no consenso, geralmente fundado em bases hereditárias e dotado daquelas atribuições que a tradição define com o termo de soberania. Um conjunto de características de origem histórica e tradicional modela a Monarquia nos diversos tempos e nas diversas experiências locais e territoriais: há, porém, uma linha de tendência comum a todos os fenômenos de Monarquia no tempo: a tendência a um progressivo crescimento e centralização do poder nas mãos do monarca (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 776).

O conceito de monarquia se apresenta de forma bastante complexa, principalmente quando associado ao *Dominato*. É importante perceber na fala de Cícero, como a monarquia não era bem vista pelos romanos (ao menos no ponto de vista da elite em sua época), já que, dificilmente estes aceitariam a privação na participação das políticas públicas em Roma. É incontestável a centralidade do poder pelo imperador, mas ao levarmos em consideração as análises do *Dicionário de Política*, quando o imperador

assume o título de *Dominus*, assumia mais uma característica tirânica do que monárquica. Logo, o controle centralizador exercido pelo imperador, não colocava o Império como um regime monárquico, mas possivelmente tirânico. (Ibidem, 1998).

Nossa análise inicial nos dá uma base para continuar em nossa busca conceitual. Mas a questão sobre o que define o *Dominato* permanece. Uma definição interessante sobre o conceito pode ser visto no texto de Gilvan Ventura e Norma Musco Mendes ao apresentar este sistema governamental como:

“Uma entidade política fundada numa dinâmica particular de interação entre o Estado e a sociedade que se desenvolveu como uma estratégia reguladora diante de uma grave situação de instabilidade política com a finalidade de gerir as pressões externas e dissensões internas” (SILVA; MENDES, 2006, p. 197).

Mas essa perspectiva, com uma visão política predominante, pressupõe a Tetrarquia como o início do *Dominato*.

Ao classificar-se enquanto *Dominus*, Diocleciano demonstra sua real intenção enquanto governante, ou seja, o *Princeps* se afasta de sua relação com os cidadãos e passa a se afirmar enquanto senhor do estado (*Dominus et Deus*)⁵⁰ e seus súditos deviam obediência ao imperador enquanto ser divino. Essa concepção divina do soberano carrega em si forte influência das religiões orientais, adaptadas aos deuses do panteão romano, responsáveis pela escolha dos tetrarcas. Segundo Maria Pollitzer a teologia aplicada por Diocleciano não representa um progresso “já que a legitimação do poder imperial se encontra na eleição ou participação divina da autoridade e não na própria divindade da pessoa – imperador” (POLLITZER, 2003, p. 166).

Ao aceitarmos que o *Dominato* é um sistema caracterizado pela relação de aspectos políticos, religiosos, econômicos e sociais, devemos fazer a seguinte indagação: seria possível afirmar que este modelo governamental centralizado na figura do imperador tenha efetivamente se iniciado com a Tetrarquia? Para responder a esta pergunta, devemos compreender que o *Dominato* não é apenas um sistema de afastamento, mas também de permanência de algumas características do Principado. É um resgate de antigas tradições romanas. Sob a influência das religiões orientais, mesmo após o governo de Diocleciano, seus sucessores mantiveram uma política baseada na *proskynesis* (ato de genuflexão diante do imperador)⁵¹, que vinculava-se a centralidade

⁵⁰ Ou seja, uma autoafirmação como “Senhor e Deus” do Estado Romano.

⁵¹ Tal prática religiosa é tradicionalmente conhecida no Oriente, onde o Reis persas eram adorados como representantes dos deuses.

do poder imperial “que fundamenta seu poder ideológico na condição de *sacratissimus*”⁵² (FRIGHETTO, 2006, p. 165).

O ritual de descendência oriental visto anteriormente (*proskynesis*), introduzido ao Império Romano, antecede o governo de Diocleciano. E como já vimos, a autodivinização do imperador como um deus, pela qual ele passa a ser adorado enquanto um deus vivo ocorreu antes da Tetrarquia. Domiciano, Aureliano, Calígula, são alguns dos imperadores que já haviam inserido o ritual em Roma. Segundo Gonzalo Bravo, a *proskynesis* já era conhecida desde o Império de Otávio Augusto (BRAVO, 1997). Para o autor, a Tetrarquia não representou um novo momento para o Império, mas foi o apogeu para a afirmação de um longo processo de tentativas fracassadas na formação de uma construção política pelas práticas religiosas (Ibidem, 1997).

DOMINU: ANTES E DEPOIS DE DIOCLECIANO

Como visto anteriormente, entre os imperadores que se declararam “senhores” encontramos Domiciano. Nascido no ano 51 da era comum, o governante teria assumido o Império Romano em 81 até seu assassinato em 86. Marcado por medidas um tanto impopulares, tudo indica que seu governo tenha sido conturbado. Entre suas ações, a que mais desagradou foi sua denominação enquanto *Dominus*, ou seja, “senhor” de todos (GRIFFIN, 2008).

Domiciano procura afirmar seu poder a partir de outras determinações que limitariam as ações do Senado romano. Assim, o imperador dividiu cargos imperiais entre libertos e cavaleiros, preservando suas distinções hierárquicas. Tal medida demonstrava sua intenção de manter a supremacia política do Império sobre sua figura, levando aos pequenos conflitos com as classes governantes (Ibidem, 2008).

As medidas autoritárias de Domiciano e sua afirmação enquanto *Dominus* fizeram com que outros imperadores recusassem tal titulação. Todavia, antes de Diocleciano, outro soberano assumiu o título de *Dominus* e impôs suas medidas políticas centradas em suas crenças religiosas. Falamos de Aureliano (214 – 275 E. C.). Imperador entre 270 e 275, o soberano impôs uma substituição do culto ao deus *Jupiter Optimus Maximus* pela devoção ao deus Sol (*Invictus*) (REQUENA, 2003). Segundo o historiador espanhol, Miguel Requena, esta mudança pode estar associada ao fato da mãe de Aureliano ter sido

⁵² Ou seja, sua condição enquanto uma figura sagrada.

sacerdotisa em um templo dedicado a divindade solar (Ibidem, 2003). Outra explicação, apresentada pelo historiador inglês John Drinkwater pode ser o da tentativa de Aureliano afirmar sua centralidade a partir da configuração religiosa monoteísta, ou seja, a partir da representação de uma divindade suprema, o deus Sol (DRINKWATER, 2008).

A substituição das divindades pode ser explicitada por um sentido político, já que a deidade anterior, *Jupiter Optimus Maximus*, não oferecia uma característica religiosa capaz de atender as estratégias políticas de Aureliano. Assim, o imperador buscou na particularidade monoteísta das religiões orientais a centralização do poder vinculado a sua imagem (REQUENA, 2003). Algumas medidas tomadas por Aureliano nos permitem perceber seu empenho em propagar o culto a deidade solar pelo Império: a aproximação com o exército, conhecido por cultuar o deus Sol; a cunhagem de moedas com a representação de *Invictus* (DRINKWATER, 2008); reorganização e aumento da distribuição de alimentos gratuitos ao povo; cancelamento no atraso de dívidas com o Estado. Tais medidas populares demonstram seu objetivo de Aureliano em difundir a popularidade da deidade solar.

Entre os imperadores que sucederam Diocleciano, não encontramos indícios de que a titulação de *Dominus* tenha sido aderida pelos imperadores, toda via, podemos perceber nas ações de alguns uma clara determinação de autoridade e centralidade ao redor de uma orientação religiosa.

Após um período conturbado de guerra, Constantino assumiu o poder do Império em 324 da era comum. Entre as principais mudanças de seu governo podemos apresentar: o aumento do número de magistrados que passou de 600 para 2000 membros; a nomeação de guardas imperiais como altos funcionários provincianos com poderes civis responsáveis pelas finanças e por manter a ordem; a integração de estrangeiros ao exército. Essas transformações permitiam um maior controle do governo central sobre a sociedade. Já que ampliando funcionários do governo, limitaria as decisões senatoriais.

Mas a principal questão debatida entre os historiadores sobre o período de Constantino está presente na sua possível conversão ao cristianismo. Teria de fato se convertido ou foi apenas uma estratégia política? Segundo Norman Baynes (1972), as ações políticas de Constantino não estavam afastadas de sua fé cristã, ou seja, sua conversão não teria sido uma mera estratégia política. O historiador Paul Veyne (2014) segue a mesma linha, indicando que a conversão do imperador tenha sido em virtude da fé, não como um objetivo político.

Mesmo que tenha aderido ao cristianismo ou se convertido somente após sua morte, Constantino não abandonou as antigas tradições religiosas do Império Romano, nem mesmo sua posição política de *Pontifex* (VEYNE, 2014). Ele ainda se apresentava como um ser divino entre os não cristãos. O imperador não abriu mão das antigas determinações político-religiosas e manteve as estruturas e atividades enquanto *Dominus*, mesmo que não tenham indícios de que tenha mantido tal titulação. Entre outros imperadores, de Constâncio II até Teodósio I, também não é possível encontrar a autoafirmação enquanto “senhores”, mas suas ações políticas nos permitem perceber uma forte centralização do poder preso a uma perspectiva religiosa, mesmo os imperadores que se vincularam ao cristianismo.

COSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei propor neste breve artigo um pequeno debate em torno das afirmações historiográficas a respeito do *Dominato*, demonstrando a complexidade do conceito de monarquia aplicado ao período e ao mesmo tempo questionando sua aplicação em termos temporais.

Logo, por mais que a Tetrarquia tenha provocado diferentes mudanças estruturais na política do Império Romano, ao mesmo tempo não se afastou das antigas tradições sociais e religiosas, na busca por reafirmar a unidade do poder imperial. Isso nos permite compreender que, a demarcação do governo de Diocleciano como início do *Dominato* deve ser debatida de forma mais abrangente. Devemos buscar o que de fato caracteriza este momento para então periodizá-lo.

Assim, nossa proposta não é determinar um novo período para demarcarmos um novo início ao que conhecemos como *Dominato*, mas repensá-lo, compreendendo sua existência como um momento histórico não afastado do Principado, já que os aspectos de centralidade do poder imperial sempre existiram, independentes da afirmação do imperador enquanto *Dominus*. Em outras palavras, o termo *Dominato* deve ser usado para associar a centralidade do poder imperial, ou seja, podemos dizer que ele está presente em Calígula, Domiciano, Aureliano, Diocleciano, ou em todos os outros que se valham da característica do poder centralizado. Mas demarca-lo como um período da História romana, provoca complexidades e controvérsias históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFÖLDY, G. **História Social de Roma**. Tradução: Victor Alonso Troncoso. Madrid: Alianza Universidad, 1ª ed 1987; 3ª ed 1996.

AURÉLIO VICTOR. (Libro de los Cesares). In: FALQUE, Emma. **Breviário y Libros Cesares**. Eutrópio y Aurélio Victor. Madrid: Gredos. 2008.

BAYNES, Norman H. **Constantine the Great and the Christian Church**. Londres: Cambridge University Press , 1972.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOWMAN, Alan K. Diocletian and the first tetrarchy, a.d. 284–305. In: BOWMAN, Alan K; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil. **The Cambridge Ancient History**. The crisis of empire. 2ª ed. Vol. XII. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BRAVO, Gonzalo. El ritual de la “proskynesis” y su significado político y religioso en la Roma imperial Con especial referencia a la Tetrarquia. **Gerión**, Madrid, nº 15. p. 177 – 191. 1997.

BROWN, Peter. **O fim do mundo clássico**. De Marco Aurélio a Maomé. Tradução: António Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial verbo, 1972.

CAMERON, Averil. **The Mediterranean world in late antiquity AD 395–600**. London and New York: Routledge, 2001. p. 50.

CASCIO, Elio Lo. The emperor and his administration. In: BOWMAN, Alan K; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil. **The Cambridge Ancient History**. The Crisis of empire. 2ª ed. Vol. XII. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 172.

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Tradução e notas: Amador Cisneiros. São Paulo: Edipro. 2ª ed. 2011.

DRINKWATER, John. Maximinus to Diocletian and the ‘crisis’. In: BOWMAN, Alan K; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil. **The Cambridge Ancient History**. The Crisis of empire. 2ª ed. Vol. XII. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

EUTRÓPIO. (Breviarium). In: FALQUE, Emma. **Breviário y Libros Cesares**. Eutrópio y Aurélio Victor. Madrid: Gredos. 2008.

FRANCHI, Ana Paula. **Poder imperial e legitimação no século IV d. C.:** o caso do “panegirico de Constantino”. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2009.

FRIGHETTO, Renan. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. **História Revista**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 161 – 177. 2006.

GIBBON, Edward. **Declínio e Queda do Império Romano**. Tradução: José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras: Circulo do Livro, 1989.

GRIFFIN, Mirian. The Flavians. In: BOWMAN, Alan K; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. **The Cambridge Ancient History**. The High Empire, A.D. 70 – 192. 2ª ed. Vol. XI. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 1 – 83.

HEARTHER, Peter. **The fall of the Roman Empire**. London: Pan Books, 2006.

MENDES, N. M. **Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MENDES, Norma; SILVA, Diogo Pereira da. As representações do poder imperial na tetrarquia. **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, 14. p. 306 – 328. 2008.

MARROU, Henri-Irénée. **Decadência romana ou Antiguidade Tardia?** Tradução: Henrique Barrilaro Ruas. Lisboa: Editorial Aster, 1979.

POLLITZER, María. Diocleciano y la teologia tetrárquica. **Tomo XL**, Nº 81. p. 157 – 166. 2003.

REQUENA, Miguel. **Lo Maravilloso y el Poder: Los presságios del imperio de los emperadores Aureliano y Tácito em la História Augusta**. València: Universitat de València, 2003.

SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. Diocleciano e Constantino: A construção do *Dominato*. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro e Vitria: Maud Editora e EDUFES, 2006.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão**. Tradução: Marcos de Castro, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.

Capítulo 5
O DIABO E A JUVENTUDE: UMA HISTÓRIA
(RE)CONTADA

Jimmy Iran dos Santos Melo
Lucas Kirschner Camargo Neves

O DIABO E A JUVENTUDE: UMA HISTÓRIA (RE)CONTADA

Jimmy Iran dos Santos Melo⁵³

Professor de Educação Básica do Colégio de Aplicação.

Mestre em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR. Atualmente aluno do Curso de doutorado em História na Universidade de Passo Fundo – UPF.

Lucas Kirschner Camargo Neves⁵⁴

Aluno do Colégio de Aplicação – CAP/UFRR

RESUMO

A pesquisa procurou analisar as relações da sociedade contemporânea quanto às experiências cinematográficas e séries do personagem diabo. Nesse sentido, buscamos discutir as transformações sociais e rupturas entre o dualismo, bem e mal, concebidas pelo imaginário ocidental cristão, construído sob as diversas influências e mediações culturais ao longo da história moderna e do crescimento das representações do diabo na vida urbana. Assim, propomos refletir o comportamento e o ponto de vista das juventudes urbanas, acerca das produções cinematográficas

e de séries, quanto às representações do diabo e, como esses procuram representar novas formas e concepções que se distanciam da figura imaginada do diabo pelo mundo medieval e os ensinamentos católicos ao longo da história e suas diversas representações. As características imaginárias referentes ao diabo que estiveram presentes imageticamente na Idade Média ao período da cristandade europeia entre os séculos V ao XV, concebiam aspectos de malignidade ao diabo. Assim, diante desta concepção que não se faz presente no imaginário atual do ocidente, posto que, como ser maléfico em oposição à benignidade de Deus, este ente transformou-se catastroficamente em uma representação suave e amena em si mesmo, permeando-se entre as juventudes como um ser iluminado, astuto, criativo, juvenil, conforme percebemos nas representações do diabo nas séries e filmes. O trabalho identificou que, as fragmentações nas identidades das representações do diabo são questões extremamente complexas se não forem analisadas de forma criteriosa e com embasamento teórico na formalização das éticas religiosas vindas da concepção da moralidade cristã. Com isso, as representações do diabo, são propiciadas nas atmosferas cinematográficas aos telespectadores jovens, tendo múltiplas facetas dadas ao ser do mal, colocando o diabo em um imaginário dualista da época medieval que se contrapunha ao bem, agora em forma multifacetada, exerce vários papéis no mundo dos humanos, ora fazendo bondade, ora fazendo-o maldade, ora fazendo outras atividades. Tendo em vista os resultados obtidos da pesquisa, é plausível aferir que a corrupção da imagética diabólica se deu recentemente, com o declínio da Igreja Católica e o posterior advento da

⁵³ Mestre em Sociedade e Fronteiras – E-mail: jimmy.melo@ufrr.br

⁵⁴ Aluno do 3º ano do Ensino Médio básico técnico e tecnológico.

exaltação dos prazeres carnavais e momentâneos em produções cinematográficas e literatura juvenil.

Palavras-chave: Diabo; Cinematografia; Juventude.

ABSTRACT

The research sought to analyze the relationships of contemporary society regarding the cinematographic experiences and series of the devil character. In this sense, we seek to discuss the social transformations and ruptures between the dualism, good and evil, conceived by the Christian western imaginary, built under the various influences and cultural mediations throughout modern history and the growth of the representations of the devil in urban life. Thus, we propose to reflect the behavior and the point of view of urban youth, about the film productions. In this way, we propose to reflect on the behaviour and point of view of urban young people regarding film productions and series about the representations of the devil and how they try to represent new forms and conceptions that distance themselves from the imagined figure of the devil by the medieval world and the catholic teachings throughout history and its diverse representations. The imaginary characteristics referring to the devil that were present imagetically in the Middle Ages to the period of European Christendom between the 5th and 15th centuries, conceived aspects of malignity to the devil. Thus, in face of this conception that is not present in the current western imaginary, since, as an evil being in opposition to the benignity of God, this entity was catastrophically transformed into a soft and mild representation in itself, permeating itself among the youth as an illuminated, astute, creative, juvenile being, as we can see in the representations of the devil in the series and movies. The work identified that the fragmentations in the identities of the devil representations are extremely complex issues if they are not analyzed carefully and with a theoretical basis in the formalization of the religious ethics coming from the conception of Christian morality. In this way, the representations of the devil, are propitiated in the cinematographic atmospheres to the young viewers, having multiple facets given to the being of evil, placing the devil in a dualistic imaginary of the medieval times that opposed itself to the good, now in multifaceted form, exerts several roles in the world of humans, sometimes doing good, sometimes doing evil, sometimes doing other activities. In view of the results obtained from the research, it is plausible to assess that the corruption of the diabolical imagery happened recently, with the decline of the Catholic Church and the subsequent advent of the exaltation of carnal and momentary pleasures in film productions and juvenile literature.

Keywords: Devil; Cinematography; Youth.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tendo analisado as relações da sociedade contemporânea quanto às experiências cinematográficas e séries do personagem diabo. Discutiu as transformações sociais e rupturas entre o dualismo, bem e mal, concebidas pelo imaginário ocidental cristão, construído sob as diversas influências e mediações culturais ao longo da história moderna e do crescimento das representações do diabo na vida urbana.

Assim, refletimos sobre o comportamento e o ponto de vista das juventudes urbanas, acerca das produções cinematográficas e de séries, quanto às representações do diabo e, como esses procuravam representar novas formas e concepções que se distanciaram da figura imaginada do diabo pelo mundo medieval e os ensinamentos católicos ao longo da história por meio de suas diversas representações.

Posto isto, pesquisamos a partir das leituras de livros, teses e produções cinematográficas, bem como séries juvenis, representações e práticas diabólicas que agora são vistas além do antigo dualismo que atribuía ao diabo os conceitos de maldade, contrapondo-se ao bem, representando a divindade e a pessoa de Jesus Cristo. Porém, as produções mais recentes, atribuem ao personagem que antes era de apenas entidade maligna, características humanas que vão além do bem e do mal, que passaram a vivenciar experiências além daquelas vistas e pensadas no mundo medieval.

Desta forma, utilizamos as produções do filme: Um Diabo Diferente, 2000, com Adam Sandler, que interpreta o papel de Nicky e, Harvey Keitel, no papel de Satã. Além disso, discutimos a série da 1ª temporada de Lúcifer, disponível no Netflix. A temporada foi inspirada nos quadrinhos do selo Vertigo (uma divisão da DC Comics), numa coprodução da Warner Bros TV, DC Comics e Jerry Bruckheimer Television, com Tom Ellis no papel-título, para discutidas as novas representações do diabo em seu papel entre as juventudes atuais a partir dos Estudos Culturais.

Desta maneira, analisamos as transformações quanto valores e as transposições do conceito de bem e mal em representações do diabo pela juventude moderna por meio de séries e produções cinematográficas. Bem como, percebemos as mudanças de comportamento de jovens estudantes tomando como referência a distinção da ética católica à “libertinagem” moderna. Além de discutirmos como a figura diabólica se transformou em uma entidade prazerosa e bondosa quanto à imagem, a qual é comum vermos nas mídias digitais atuais.

METODOLOGIA

Na metodologia utilizamos o estudo analítico-comparativo acerca de textos científicos, produções literárias e cinematográficas, baseando-as nas desconfigurações e distorções, já ressaltadas da imagem do personagem diabo diante da imagética religiosa medieval ao moderno. Além disso, perceberemos por meio da comparação

de análise temporal da temática, evidenciado por meio da comparação, que ocorreram uma nova percepção juvenil do diabo na sociedade contemporânea em detrimento ao pensamento medieval e, suas influências na função da figura maléfica. Dado isso, comparamos as produções cinematográficas, as quais refletiram diferentes visões sobre o mesmo tema, ampliando dessa forma as possibilidades de conclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As características imaginárias referentes ao diabo que estiveram presentes imageticamente na Idade Média ao período da cristandade europeia entre os séculos V ao XV, concebiam aspectos de malignidade ao diabo. Assim, diante desta concepção que não se faz presente no imaginário atual do ocidente, posto que, como ser maléfico em oposição à benignidade de Deus (Jesus Cristo), este ente transformou-se metamorficamente e metaforicamente em uma representação suave e amena em si mesmo, permeando-se entre as juventudes como um ser iluminado, astuto, criativo, juvenil, conforme percebemos nas representações da série *Lúcifer*.

Enquanto analisávamos a série *Lúcifer*, a qual faz alusão a presente imaginação de uma visão distinta do diabo atual, esta traz consigo elementos convergentes com as idealizações sociais, que chocam com a ética e a moral tão bem ditadas no medievo. O enredo da série traz um drama no qual o personagem que se apossa da entidade maligna cristã se vê em conflito da personalidade. Designado a ser o senhor do inferno, *Lúcifer*, se cansa de seu posto tedioso e se muda para Los Angeles, a fim de animar sua vida. Entretanto, o contato com uma humana (gênero feminino) o faz questionar-se e a modificar-se repentinamente seu caráter maligno, a um ser mais justo e pacífico.

Enquanto isso, junto à humana, *Lúcifer* encarrega-se de ser investigado por policiais e foge a qualquer custo de um possível retorno forçado ao inferno. Esse conflito de ideias interior reafirmam as mudanças de concepções da entidade maligna, fazendo com que os telespectadores, simpatizem com o personagem e, conseqüentemente, não desenvolvam um temor à forma como era evidente na época medieval.

A partir desses conflitos internos de sua personalidade e de suas mudanças comportamentais, o enredo cinematográfico promove a trama do personagem diabo, ligando com o lado bom da vida, conseqüentemente, distanciando-o das figuras representativas da maldade que anteriormente o representava.

Percebemos, a partir da breve análise da série *Lúcifer*, que o diabo poderá ser observado com novas identitárias ao mundo contemporâneo; principalmente pela falta de uma estabilidade na imagem representacional do diabo, catalisada em representações modernas no mundo da cultura ocidental, por meio de diversos livros e histórias em Quadrinhos – HQs – filmes, séries que retratam formas identitárias do diabo com práticas multifacetadas, reafirmando-o não mais como uma ameaça, no qual anteriormente era desenhado pela igreja medieval, porém agora, ainda que seja um ser maligno de acordo com os manuscritos do novo testamento, combate às ameaças e intempéries do mundo contemporâneo nas tramas hollywoodianas.

Assim, as novas representações do diabo, postas culturalmente pelos promotores do entretenimento no ocidente, busca satisfazer os anseios da juventude atual, que fogem do dualismo medieval. Outro exemplo disso são as HQs, conforme exemplificadas pela imagem retirada do quadrinho *Hellboy* (rapaz do inferno), produzido nos anos de 1990 por Mike Mignola e publicada pela Dark Horse Comics, editora de quadrinhos norte-americana. Nela, podemos perceber a trama da HQ que *Hellboy* é o resultado de um pacto entre uma mulher e um demônio. Depois de morta, a mulher foi levada ao inferno, onde deu à luz a *Hellboy*. Muito tempo depois, já no final da Segunda Guerra Mundial, um grupo de demologistas liderados por Gregori Efimovich Rasputin tentou ajudar o Führer (Adolf Hitler) contra os Aliados (Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido e França). Por meio da magia negra, trouxeram *Hellboy* para a Terra, na forma de um garoto demônio, tendo uma grande manopla de ferro na mão direita (armadura protetora das mãos). O garoto terminou sob os cuidados do cientista inglês Trevor Buttenholm, que passou a educá-lo. Depois de adulto, *Hellboy* torna-se um investigador do mundo sobrenatural, sendo considerado o maior detetive paranormal do mundo, trabalhando para o Bureau de Pesquisas e Defesa Paranormal, junto a outros companheiros Bizarros, como Abrahan Sapien (Abe) e Liz Sherman. Assim, temos uma imagem da HQ *Hellboy*.

Desta maneira, observamos na HQ *Hellboy* de Mike Mignola, junto à aproximação do ser milenar aos humanos, surgirem às representações e concepções modernas da luta contra os males da época, ainda que *Hellboy* represente o mal. Com isso, podemos inferir que na HQ, o principal protagonista do enredo é demonstrado de maneira ilustrativa como o próprio Satanás das escrituras neotestamentárias e diabo da arte medieval, como um ser mal. Contudo, o contexto histórico da produção da HQ está vinculado ao momento de

patriotismo americano, época de fragilidade geopolítica da nação estadunidense em meio à Segunda Guerra Mundial.

Desta maneira, Hellboy surge como um vigilante que combate às forças nazistas Alemãs e a criminalidade do mundo, usando suas forças sobrenaturais para proteger os inocentes contras as estabelecidas forças opositoras desta sociedade. Desta maneira, o dualismo entre o bem e o mal é representado nas posições assumidas pelo personagem.

Comparando a arte do período das duas grandes guerras das representações do diabo, temos os trabalhos do artista e ilustrador inglês de livros, que estudou na Slade School of Fine Art que concluiu seus estudos por volta de 1902-1904, Frank C. Papé (1878-1972), que representa o diabo em forma de cabra em sua pintura, versão em preto e branco.

A pintura detalha concepções da visão do diabo como entidade maligna no século XX, com isso, Papé, apresenta na pintura as representações da cabra com uma longa língua, garras, chifres, além de asas e um grande rabo pontiagudo em forma de serpente, tendo ao seu redor mulheres nuas voando em vassouras no sentido circular e, uma frase escrita em inglês, traduzida como: “ele é normalmente atendido pela forma de uma cabra monstruosa”. Isto vai conferir na ideia do artista a intencionalidade de trazer um sentimento de espanto ao observador de sua obra. Além disso, apresenta à concepção que possa remeter para a algum tipo de grupo específico à compreensão da arte, vinculando-a aos outros leitores dos seus trabalhos artísticos, aos quais não conhecemos.

Desta maneira, analisando as transformações sofridas pelo diabo ao longo dos tempos não poderiam ser mais evidentes em outra área que na subjetividade humana, pensada por meio da arte do medievo à modernidade, representadas como figuras e imagens da imaginação humana, produzidas sobre si ao longo do caminhar humano, demonstrando como ocorreu na afetividade humana, mudanças sobre as concepções do mal, a partir das representações identitárias do diabo.

A fim de problematizarmos estas modificações do personagem diabo ao longo da história, passamos agora a fazer algumas observações.

Imagem 1 – Pintura de Frank C. Papé



Fonte: Pintura de Frank C. Papé (1878-1972).
Retirada do *pinterest*.

Vemos por meio desta como foram postas as diferenças no seu sentido cultural. Primeiramente, identificamos que as representações do mal se apresentam por meio da forma cinematográfica, bem como nos desenhos da HQ, com o objetivo de causar certa agradabilidade à cultura que o cultiva, sendo transmitida ao longo dos últimos anos conforme as atuais representações do que os autores chamam de modernidade tardia. O diabo está mais próximo do que era disseminado pela medieval Igreja Católica, com o intuito de perpetuar certo temor e fervor na fé dos católicos, de forma que renunciassem às levianidades do mundo físico e se entregassem fielmente aos braços do Cristo, o Salvador. Embora o contexto histórico da pintura de Frank C. Papé esteja ligado a sua época, as duas guerras mundiais.

Nesse sentido, quando nos remetemos à Idade Média, observamos que a concepção didática do diabo era posta em função das pinturas para imprimir ao imaginário dos fiéis a obediência à fé católica, conforme observaremos na imagem 2.

Imagem 2 – São Bernardo resistindo às tentações



Fonte: Iluminura de Jean Fouquet (1415-1480). A iluminura apresenta São Bernardo negando às tentações com a Bíblia em suas mãos.

Assim, a pregação e a inserção dos dogmas católicos serão oriundas das mentes dos clérigos para disseminar a imagem de um diabo mal. Desta forma, podemos observar na iluminura demonstrada nas tentações de São Bernardo, que bravamente resistia às tentações exercidas pelo diabo.

Essas representações de um diabo demonizado impactavam diretamente nas construções culturais do imaginário da sociedade medieval, pois o poder do ensino estava nas mãos da Igreja Católica. Desta forma, a mesma impunha suas normas éticas e faziam serem cumpridas não de forma autoritária, mas usando da arte intelectual como seu braço de empreendimento, de forma a construir uma atmosfera teocentrista, propiciando a manutenção da fé de seus seguidores e da ética em relação à moralidade católica, pelo imaginário do medo.

Ainda nas personificações necessárias à vontade do mal na sociedade, teremos o uso da mulher, a qual era constantemente associada a uma ferramenta carnal de manipulação da entidade maligna, cumprindo seu papel de sedução pecaminosa. Esta fazia com que os chefes de outras famílias coabitassem com elas, destruindo a integridade da padronização familiar, bem como o seu relacionamento com Cristo e com a Igreja

Católica, permitindo que os cristãos infringissem o conservadorismo moral na construção da fidelidade segundo as escrituras sagradas.

Imagem 3 – Iluminura do século XV



Fonte: Iluminara de Konstanzer Weltchronik (1450).
Retratando o uso da mulher nos ritos carnavais promíscuos.

Assim, a arte sempre esteve de mãos dadas com as representações católicas no uso das figuras bíblicas, e não foi diferente com o diabo, pois, as iluminuras e as pinturas exerciam um papel determinante no fortalecimento dos dogmas da fé dos católicos e na solidificação da cultura dualista, imprimida à sociedade europeia medieval. Posto isto, podemos entender como se deram as rupturas da imagem de Satanás no mundo medieval, diante do que é visualizado em filmes e séries na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, voltando à atualidade, trazemos uma comparação da análise do diabo construído em maneiras diversas de ambas as produções visuais, ressaltando o desequilíbrio de uma identidade fixa sobre a entidade satânica. Temos a exemplo dessa conceituação, o filme: Um diabo diferente, o qual será analisado mais a frente e, a série Lúcifer já discutida, que trazem distintas abordagens sobre as figuras diabólicas que conhecemos, propondo realidades diferentes à suposta validação da convivência com o personagem maligno.

Sendo assim, concebemos que as éticas católicas e moral cristã, estão cada vez mais sendo modificadas e ressignificadas entre os consumidores de conteúdos televisivos e por *streaming*. Com isso, a figuração da imagem de um diabo desejável, traz consigo uma

aprovação de práticas ditas nocivas em um sentido ético-religioso, como um principal exemplo, a aceitação da natureza carnal e a alimentação desse espírito pecador, desestimulando os jovens à resistência ao pecado e o desentendimento de suas conseqüências em um plano divino de acordo com a tradição católica, pelo relativismo do conceito da verdade.

O filme estrelado por Adam Sandler apresenta um cenário um tanto mais voltado à comédia e distinto da série *Lúcifer*, pois o diabo em nenhum momento assume sua maldade, pelo contrário, se mostra sempre feliz e caridoso com todos no inferno, sendo atencioso aos problemas e sempre os resolvendo com ar de tranquilidade.

Durante o desenrolar do enredo, ocorre a disputa entre seus 3 (três) filhos pelo trono do inferno, na qual de forma irônica, a maldade, principal figura demoníaca, se dividiu em dois de seus filhos. O filme apresenta um final feliz ao diabo, pois seu filho bondoso, derrota seus dois irmãos maléficos e mantém a dinastia de seu pai no comando do inferno.

Sendo assim, vale ressaltar que, enquanto a figura do mal na série *Lúcifer*, sempre se manteve ciente de sua natureza maldosa e agia de forma misteriosa, o diabo representado no filme, de forma oposta, aparentava certa inocência e genuinidade ao fazer o justo, ao contrário da sua trajetória diabólica.

Com isso, as fragmentações nas identidades das representações do diabo, são questões extremamente complexas se não forem analisadas de forma criteriosa e com embasamento teórico na formalização das éticas religiosas vindas da concepção de moralidade cristã. As quais são propiciadas nas atmosferas cinematográficas aos telespectadores jovens, tendo múltiplas facetas dadas ao ser do mal, colocando o diabo em um imaginário dualista da época medieval que se contrapunha ao bem, agora em forma multifacetada, exerce vários papéis no mundo dos humanos, ora fazendo bondade, ora fazendo maldade, ora fazendo outras atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os resultados obtidos da pesquisa, é plausível aferir que a corrupção da imagética diabólica se deu recentemente, com o declínio da moralidade da igreja católica e o posteriormente, o advento da exaltação dos prazeres carnis e

momentâneos. As formas se intensificaram no decorrer dos períodos literários em que é evidente a passagem de textos cristãos teocêntricos a textos que se voltam à centralização do homem, ao antropocentrismo humanista do Renascimento. Estas mudanças de caráter da sociedade acabaram por desfocar a entidade moderadora que traria até certo ponto a ordem da mesma, o Deus, o ser iluminado e justo.

É evidente que, essa transposição do diabo, não ocorreu rapidamente, mas, foram sendo representados em suas vontades e tentações, em detrimento de uma figura centrada em Deus e nas boas éticas, vindo a mutacionar os costumes e imaginário ocidental, sendo mais claramente visível nas representações artísticas. Como podemos perceber na imagem 2 do século XV e na imagem 1 do século XIX.

Na diferença de tempo situa a mudança gradual em que as produções outrora eram imaginadas de acordo com uma ordem benigna e santa e, pouco tempo depois, já não há mais a soberania e interesse em representar cenários teocráticos, evidenciando um imaginário não só artístico, mas, em geral, mais libertino.

Portanto, considerando não haver nenhuma intervenção efetiva da sociedade cristã com relação aos rumos que a concepção religiosa da população ocidental tomaria, a libertinagem tenderia a somente a intensificar seu alcance nas mentes e desenvolver ramificações, ao ponto que é possível encontrar cultos abertos de satanismo mesmo em locais em que há predominância cristã, no sentido de maior numeração de pessoas que professam Cristo como seu salvador.

Dessa forma, com as evoluções tecnológicas e transformações do modo de viver das pessoas, as representações religiosas dualísticas também viriam a sofrer modificações. Vemos comumente a representação tanto de Cristo como no filme “A paixão de Cristo” (dirigido por Mel Gibson, 2004), em que há uma descrição da história de vida de Cristo de acordo com as escrituras sagradas, e também inúmeras e diferentes representações da figura maléfica, como já citadas no tópico anterior.

É fato que as representações não são as mesmas e que causam diferente impacto nas concepções juvenis, principalmente naqueles que não possuem instrução religiosa centrada no cristianismo, esses que por não terem clareza dos princípios e éticas cristãs absorvidas por ditas beldades do mundo carnal que em uma visão mais alongada, trazem desgraça no futuro dentro da ética e moral cristã.

Posto isto, a deturpação da conceituação antes clara do diabo, traz diversas polêmicas e problemas na sociedade juvenil contemporânea, em que há a perda do

sentido cristão ético de viver em favor da libertinagem, incentivada por filmes e séries que trazem uma visão utópica dos jovens como a recente série da Netflix “Elite”, na qual jovens se embebedam, usam drogas e compartilham relações sexuais extremamente cedo, na chamada modernidade tardia. Contudo, até mesmo a série demonstra as consequências dessas ações imprudentes e irresponsáveis, como homicídio culposo, briga entre famílias e amigos, porém não se é dada atenção a talvez lição de moral, mas somente às festas e momentaneidades proporcionadas pelas vontades carnais, quebrando os valores da moral cristã do medievo.

REFERÊNCIAS

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Capítulo 6
SERGUEI EISENSTEIN: UMA ANÁLISE DA OBRA DO
DIRETOR DENTRO DO CONTEXTO DO REGIME
SOVIÉTICO

Pedro Dideco Antunes Guettner

SERGUEI EISENSTEIN: UMA ANÁLISE DA OBRA DO DIRETOR DENTRO DO CONTEXTO DO REGIME SOVIÉTICO

Pedro Dideco Antunes Guettbauer

Mestrando em História no Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: pedrodideco@gmail.com

Resumo

Na primeira metade do século XX temos a consolidação do cinema como a “arte das massas”, e logo os governos perceberam o seu potencial de utilização como propaganda política por países das mais distintas ideologias políticas. Como a recém criada União Soviética, que após um processo revolucionário estabeleceu um regime comunista e sofreu com uma Guerra Civil e com o falecimento do líder revolucionário Lenin, que após um intenso processo de disputa interna foi sucedido por Stalin. O cinema recebeu forte investimento estatal, sendo visto como uma das principais formas de propaganda do regime. Na década de 20 o cinema tinha uma liberdade maior, rompendo com “arte burguesa”, estabelecendo um cinema efetivamente revolucionário, porém, a partir da década de 30 o cinema soviético passou por um processo de maior censura e de mudança criativa dando maior destaque a membros do partido bolchevique e do nacionalismo soviético. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a obra do diretor Serguei Eisenstein dentro do contexto político da União Soviética, já que o diretor foi um dos principais diretores do país no período, tendo dirigido filmes propagandistas do regime e sofrido com censuras ao longo de sua carreira, sendo, portanto, um grande exemplo de como funcionava a indústria cinematográfica soviética.

Palavras chaves: Serguei Eisenstein; União Soviética; cinema

Abstract

In the first half of the 20th century we have the consolidation of cinema as the “art of the masses”, and soon governments realized its potential for use as political propaganda by countries of the most different political ideologies. Like the newly created Soviet Union, which after a revolutionary process established a communist regime and suffered from a Civil War and the death of revolutionary leader Lenin, who after an intense process of internal dispute was succeeded by Stalin. The cinema received strong state investment, being seen as one of the main forms of propaganda of the regime. In the 1920s, cinema had greater freedom, breaking with “bourgeois art”, establishing an effectively revolutionary cinema, however, from the 1930s onwards, Soviet cinema underwent a process of greater censorship and creative change, giving greater prominence to members of the Bolshevik party and Soviet nationalism. In this sense, this work aims to analyze the work of director Serguei Eisenstein within the political context of the Soviet Union, since the director was one of the main directors of the country in the period, having directed propagandist films of the regime and suffered from censorship throughout his career, thus being a great example of how the Soviet film industry worked.

Keywords: Sergei Eisenstein; Soviet Union; cinema.

Introdução

Serguei Mikhailovich Eisenstein, nasceu na cidade de Riga, onde atualmente se encontra a Letônia, no dia 23 de janeiro de 1898 e foi um dos principais diretores de sua geração, tendo sua obra analisada por estudiosos das técnicas cinematográficas até os dias de hoje.

Eisenstein fez sua carreira em um momento em que o cinema sempre foi visto de forma especial pela União Soviética, como fica evidente na frase de Lenin: “o cinema é para nós o instrumento mais importante de todas as artes” (PEREIRA, 2003, pág. 103). Sendo assim, surgiram no país grandes diretores e o Estado investia fortemente em produções cinematográficas.

Porém, antes de entrar propriamente na obra do diretor e na indústria cinematográfica da União Soviética é necessário contextualizar o cenário político em que se encontrava o país.

Nossa contextualização histórica começa no ano de 1905, ano em que ocorreram uma série de revoltas. Naquele momento a Rússia estava submetido ao czarismo, todavia, passava por um momento de grave crise que resultou em várias manifestações e greves que obrigaram o czar Nicolau II a criar a Duma, que foi suficiente para apaziguar a pressão popular, naquele momento. Este processo das revoltas do ano de 1905 foi definido por Daniel Aarão Reis como uma espécie de “ensaio geral para as revoluções de 1917” (REIS, 2017, pág. 18).

Entretanto, em 1917 a crise econômica e a participação da Rússia na 1ª Guerra Mundial reavivaram a ira popular, levando a Revolução de Fevereiro de 1917. A Revolução Burguesa deu fim ao regime do czar, estabelecendo um governo provisório até a convocação de uma nova constituinte. Esse processo foi apoiado por boa parte das forças comunistas que acreditavam na necessidade de uma Revolução Burguesa que antecedesse a Revolução Comunista, como afirma Daniel Aarão Reis:

O Governo Provisório seria expressão da hegemonia burguesa, considerada inevitável pela grande maioria dos revolucionários de todas as tendências, em face do “atraso” da Rússia. Mas ele seria vigiado pelo Soviete, que o apoiaria

desde que respeitasse as liberdades e atendesse as demandas das camadas populares. (REIS, 2017, pág., 36)

Por fim, a não melhora da economia, a não retirada dos tropas do front de batalha e o não cumprimento de demandas das camadas populares deram as condições necessárias para que em outubro os soviéticos e bolcheviques organizassem a Revolução, sob o comando de Lenin, que havia recentemente retornado de um exílio na Finlândia. Sendo assim, a Revolução ocorreu “muito mais porque soube corresponder os anseios das grandes maiorias “por pão, paz e terra” (REIS, 2017, pág. 44).

Com a Revolução, entretanto, ainda não reinou a paz. O país teve que conviver com uma intensa guerra civil que durou até o ano de 1924. Além de um grave problema na linha de sucessão após a morte de Lenin, em 1924. Stalin e Trotsky disputam a liderança do governo, que acabou tendo Stalin vencedor, e o derrotado exilado.

Eisenstein e a indústria cinematográfica soviética

Neste contexto, extremamente conturbado que a indústria de cinema soviética começa a ser construída, sobre um intenso processo de estatização da produção cinematográfica, todos os estúdios anteriores a Revolução foram desativados, possibilitando uma radical transformação na indústria cinematográfica soviética. (SARAIVA, 2008, pág. 108)

O cinema soviético tinha, em seus primórdios, uma liberdade criativa muito grande, extremamente aberto a experimentação, produzindo um cinema muito diferente do que estava sendo feito ao redor do mundo. Como afirma Benjamin:

Uma parte dos atores que encontramos nos filmes russos não são atores no nosso sentido, mas pessoas que representam a si próprios- predominantemente durante o seu processo de trabalho. Na Europa ocidental a exploração capitalista do filme proíbe observar o direito legítimo que o homem contemporâneo tem de ser ele mesmo reproduzido. (BENJAMIN, 2013, pág. 83)

Eisenstein, por sua vez, inicia sua carreira no campo artístico como diretor de teatro, realizando peças teatrais para os soldados revolucionários durante a guerra civil. Sobre o diretor Saraiva afirma: “Eisenstein tinha o desejo de superar a antiga arte, vista como uma substituição covarde da vida real. Eisenstein queria encontrar formas de expressão à altura da revolução em curso, capazes de mobilizar as pessoas, e sua primeira realização nesse sentido foi, ainda no teatro”.

Eisenstein e outros diretores deste período foram fortemente influenciados por uma concepção artística que imperava no momento, o construtivismo. Esse movimento artístico não tinha como objetivo a reconstrução exata da realidade, como ressalta Leandro Saraiva os construtivistas “propunham o artista engenheiro que desprezava a expressão lírica e concentrava-se na tarefa da construção da obra - mais um objeto entre os objetos do mundo” (SARAIVA, 2008, pág. 114). Mais adiante Saraiva ainda afirmaria que:

O construtivismo, expressão de uma revolução que quer refazer o mundo e encerrar toda a alienação humana, trabalha expondo o modo como as coisas são feitas. Os objetos construtivistas não são orgânicos: eles são feitos de fragmentos justapostos, pedaços do mundo que compõem um novo objeto. No limite, o construtivismo nega mesmo a função de representação do mundo - ou seja, nega a mais tradicional das funções definidoras da arte. O objeto construtivista sugere, em sua "fatura", que, já que tudo é construção, tudo poderia ser diferente. (SARAIVA, 2008, pág. 115)

Com base no construtivismo Eisenstein e outros diretores tentam construir o novo cinema soviético. Em 1925 o jovem diretor faz sua estreia como cineasta com o filme *A greve*. No filme acompanhamos o dia a dia de uma fábrica com uma trilha sonora que remete a barulho de fermentas e maquinas motorizados. Contudo, após a morte de um trabalhador que acaba se suicidando após ser injustamente acusado de furtar a fábrica, os trabalhadores organizam uma greve, exigindo melhores condições de trabalho, a diminuição para 8 horas de trabalho diárias, um tratamento justo da chefia e um aumento de 30%, porém, suas reivindicações não são aceitas pelos patrões. Com passar dos dias a falta de pagamento, devido os dias sem trabalhar, começam a fazer falta para os trabalhadores, o que faz com que alguns acabem entregando seus companheiros, líderes do movimento grevista, com objetivo da retomada das atividades na fábrica e com a esperança de no futuro receberem algum benefício em troca. A greve é duramente reprimida pela polícia, massacrando os grevistas na cena final do filme.

O filme, portanto, pode ser visto como uma espécie de homenagem ao proletariado, vítima da opressão do sistema capitalista. O filme é definido da seguinte maneira por Leandro Saraiva: “Em termos gerais, trata-se de um estudo sobre a greve como momento privilegiado de autoconsciência proletária. Se era verdade que se queria entender o "fenômeno greve" era fato que isso devia ser feito pela mobilização até mesmo física do espectador” (SARAIVA, 2008, pág. 120-121). O que fica evidente na primeira frase do filme "A força da classe operária está em sua organização. Organização quer dizer unidade

de ação, unidade de atuação prática", em uma referência a Lenin presente logo no início do filme.

No ano seguinte Eisenstein lança seu novo filme, *O Encouraçado Potemkin* (1926), este ao contrário do anterior, baseado em uma história real que ocorreu durante as revoltas de 1905. O enredo do filme consiste em um grupo de marinheiros, que cansados dos constantes castigos físicos e da comida podre que era oferecida a eles, decidem organizar um motim contra o auto comando do Encouraçado Potemkin. Os marinheiros conseguem tomar o navio, entretanto, um dos líderes do movimento acaba falecendo no processo, tendo seu corpo levado para a cidade de Odessa. Seu corpo gera um grande clamor popular que leva a população a se rebelar contra o czar, mas acabam sendo massacradas pelas forças czaristas. Enquanto isso, os marinheiros no comando do Encouraçado se juntam aos exércitos dos revoltosos e acabam inspirando marinheiros de outros navios a também se revelarem contra seus superiores.

Assim sendo, podemos interpretar o filme como metáfora a opressão do proletariado no sistema capitalista, sendo os marinheiros o proletariado e os oficiais o opressor capitalista. Sendo assim, o filme é uma homenagem à memória destes marinheiros que se revelaram contra o sistema que os oprimiam, assim como o proletariado na Revolução de Outubro de 1917. João Barreto da Fonseca e Vanessa Maia Barbosa de Paia tem a seguinte visão acerca do filme:

Encouraçado Potemkin teria a intenção de cultivar os princípios da Revolução, em contraponto com as heranças do regime Czarista, uma vez que na data da realização da obra, Eisenstein não entendia o regime soviético como comunista e seria o papel da vanguarda promover o salto qualitativo da Revolução em direção ao comunismo. Porém, o comunismo, para Eisenstein, era movimento de amplitude não só de acesso aos bens materiais, mas também às ideias diversas e dispersas. (Fonseca; PAIVA, 2017, pág. 150)

Em 1917, para comemorar o decimo aniversário da Revolução de Outubro, Eisenstein lança *Outubro* seu filme mais propagandístico e até aquele momento o maior investimento do governo soviético em uma obra cinematográfica (BO, 2019, pág.89).

No filme acompanhamos o processo revolucionário, desde os movimentos para Revolução de Fevereiro até o dia 25 de outubro, quando ocorreu a tomada do Palacio de Inverno⁵⁵. Dos líderes revolucionários soviéticos o único que tem maior destaque é Lenin, visto como o grande "incendiador" das massas no processo revolucionário. Porém, mesmo

⁵⁵ Cede do czarismo e posteriormente cede do governo provisório. Com a tomada do palácio os revolucionários destituíram o governo anterior e estabeleceram um novo, o governo bolchevique.

com este destaque a Lenin, o proletariado não é colocado a margem do processo, sendo visto como o grande responsável pela Revolução pois teve a coragem de se levantar contra o sistema vigente.

Outubro, contudo, na visão de João Lanari Bo teria sido “concebido para ser mais do que um registro do momento fundador da nação, seria a consagração do materialismo dialético como redenção da humanidade. Lênin no lugar de Cristo” (BO, 2019, pág. 99). Na linha da citação anterior Leandro Saraiva afirma: “Entretanto, o objetivo da narrativa não foi a reprodução fatural, mas a construção do sentido geral da experiência, uma mitologia histórica” (SARAIVA, 2008, pág. 128). Sendo assim, o filme não tinha como objetivo a reconstituição exata dos fatos da revolução de outubro, mas sim uma visão idealizada do ocorrido, tendo Lenin e o proletariado como protagonistas.

Outubro também marcaria o início de um processo de censura que se acentuaria com o passar dos anos, já que Trotsky teria sido cortado do filme a pedido de Stalin. (BO, 2019, pág. 100)

Já em 1929 Eisenstein lança, em parceria com Grigori Aleksandrov (1903-1983), seu novo filme intitulado *Velho e o novo*. Neste filme é possível perceber algumas críticas ao governo soviético, mesmo em contesto de censura por parte do Estado. Todavia, mesmo neste cenário os filmes encontram uma forma de transmitir sua mensagem como afirma Eduardo Victorio Morettin:

Neste sentido, o filme atinge as estruturas da sociedade e, ao mesmo tempo, age como um “contra-poder” por ser autônomo em relação aos diversos poderes desta sociedade. Sua força reside na possibilidade de exprimir uma ideologia nova, independente, que se manifesta mesmo nos regimes totalitários, nos quais o controle da produção artística é rígido. Algumas películas e cineastas “manifestam uma independência com respeito às correntes ideológicas dominantes, criando e propondo uma visão de mundo inédita, que lhes é própria e que suscita uma tomada de consciência nova” e vigorosa. (MORETTIN, 2003, pág. 13)

Na narrativa do filme acompanhamos o pequeno povoado de Marfa Lapkin, uma entusiasta do governo bolchevique que acaba tomando a iniciativa no processo de modernização dos campos e coletivização das terras, tendo que lidar com a resistência de outros camponeses, principalmente com relação as máquinas, já que os trabalhadores estavam habituados a uma agricultura praticamente feudal e tinham receio da utilização de máquinas na produção agrícola. Porém, o filme apresenta um cenário onde a burocracia atrapalhava o acesso dos camponeses as máquinas.

O filme foi produzido em um contexto em que o Estado soviético adotava uma política de coletivização das terras e de modernização dos campos através de uma política de fácil acesso as maquinas para o trabalho no campo. Com os planos quinquenais de Stalin o campo passou por um processo de coletivização das terras e a indústria passou a ser a prioridade, na visão de Sheila Fitzpatrick uma “revolução de cima para baixa” (FITZPATRICK, 2018, pág. 203), a autora ainda afirmaria que:

Há muito que se aceitava como ponto pacífico que a área rural russa era superpovoada, e os líderes soviéticos esperavam que a coletivização e a mecanização racionalizassem a produção agrícola e, deste modo, reduzissem o número de trabalhadores que a agricultura demandava. Em termos funcionais, a relação entre coletivização e o esforço soviético de industrialização tinha em muito em comum com a relação entre o movimento de “cercamento das terras” e revolução industrial britânica, mais de um século antes. (FITZPATRICK, 2018, pág. 206)

A burocracia do Estado soviético também é alvo de críticas pelo filme, já que está na visão do filme dificultava o acesso dos camponeses as maquinas, tão importantes para a produção agrícola neste cenário pós revolução industrial. A burocracia deveria estar à disposição dos anseios revolucionários e disposta a fazer as mudanças sociais necessárias (FITZPATRICK, 2018, pág. 157), porém, não é o que acompanhamos no filme, já que ela não tem a velocidade necessária para atender as necessidades do camponês.

Todavia, a partir da década de 30 essas críticas presentes em o *Velho e o novo* não seriam mais possíveis, já que a partir daquele momento a União Soviética adotaria uma política muito mais rígida de censura e de perseguição a seus opositores. Uma prova desta repressão a esses inimigos é o aumento do número de prisioneiros na Gulag, atingindo 1, 3 milhões de pessoas em janeiro de 1939, sendo registrada 680 mil execuções entre 1937 e 1938. Os prisioneiros eram condenados por crimes “contrarrevolucionários”, “elementos socialmente nocivos ou socialmente perigosos”. Sendo exilados muitos ex-membros dos partidos bolchevique durante os expurgos durante os anos de 1937 e 1938. (FITZPATRICK, 2018, pág.243)

Neste contexto, de aumento da censura e de maior perseguição aos inimigos políticos, surgiria o realismo soviético. Esta nova corrente artística tinha como principal objetivo fazer propaganda política ideológica do regime soviético, transmitindo uma suposta realidade da sociedade soviética.

O cinema também seria extremamente afetado por essa nova corrente artística. Sobre este novo cenário João Lanari Bo afirma: “a prioridade passou a ser de filmes de

consumo fácil e tutelados ideologicamente, princípios materializados na estética do realismo soviético” (BO, 2019, pág. 46). Neste sentido, Nanci Freitas disserta: “Para os ideólogos do regime soviético, na fase stalinista, a composição artística deveria estar voltada para uma recepção imediata dos significados da obra, no que passaria a ser conhecido como realismo socialista” (FREITAS, 2011, pág. 27). Sobre este processo João Barreto da Fonseca e Vanessa Maria de Paiva afirmam:

A vanguarda russa, conhecida como período de experimentação estética, da era Lênin, cede lugar, nos anos 1930, ao Realismo Socialista, com a ascensão de Stalin, significando a passagem de uma arte provocativa para uma arte funcional, que restringia a função da arte a instrumento de propaganda política. (Fonseca; PAIVA, 2017, pág.145)

Ainda sobre esta questão do realismo soviético no cinema, Marcos Napolitano também disserta:

Os personagens de filmes e livros deveriam ser “heróis positivos”, símbolos da luta revolucionária. O “realismo socialista” não rejeitava a forma de “arte burguesa” do passado, como havia feito os proletkultistas ou vanguardistas, mas procurava preenche-la com um “conteúdo revolucionário” (de acordo com os interesses do partidário), que exortasse à “ação” e apelasse para o lado emocional do fruidor. (NAPOLITANO, 2020, pág. 34)

Outro fator que terá grande impacto no cinema soviético é a chegada do som. Antes os filmes já possuíam trilha sonora, mas a partir deste momento os filmes passaram a contar com falas, impactando a forma como se fazia filmes na URSS, trazendo ainda mais o aspecto de realidade ao cinema. João Lanari Bo vê da seguinte maneira o impacto da chegada do cinema falado a União Soviética:

O cinema de montagem, o grande trunfo intelectual dos autores soviéticos, deparava-se com um inibidor inédito o som – e a audiência não tardaria em adotar o cinema sonoro e seus efeitos realistas. Na URSS, a novidade também aplainou o terreno para a sedimentação do realismo socialista, vertente estética do stalinismo. (BO, 2019, pág. 107)

Neste cenário, Eisenstein retorna a união Soviético depois de um período no Estados Unidos e em 1938 lança o épico histórico *Alexander Nevsky*. O filme é ambientado no século XIII e acompanhamos a jornada do príncipe, que da nome ao filme, em defesa da Rússia que estava sendo atacada por exércitos germânicos.

No filme, o príncipe estava afastado das questões políticas, se refugiando em uma pequena aldeia de pescadores, até que um grupo de nobres o convida a liderar o exército

russo contra as forças germânicas em defesa da Rússia. O príncipe aceita o convite, devido ao seu extremo nacionalismo que o impedia de recusar um pedido de ajuda de sua pátria. As forças russas partem em direção ao confronto e no fim acabam derrotando os exércitos germânicos.

Neste sentido, ao contrário das obras anteriores do diretor em que havia uma ausência de protagonista, em *Alexander Nevsky* temos um protagonista claro, o próprio príncipe. Mas o fato que merece uma atenção especial é o contexto político em que o filme foi produzido. No momento a Alemanha havia iniciado seu projeto expansionista e uma expansão para o leste acarretaria em um confronto contra a União Soviética. Sendo assim, o filme tem uma forte mensagem anti-germânica, que fica evidente no discurso final do príncipe: “Mas os que vierem de espada em punho pela espada morreram”. Posteriormente, foi assinado o pacto de não agressão entre nazistas e soviéticos no ano de 1939 e que foi quebrado pelos nazistas no ano de 1941.

Por fim, Eisenstein continuou com a temática dos épicos históricos e pretendia lançar uma trilogia sobre o czar Ivan IV, conhecido como Ivan, o Terrível, ambientada no século XVI. Porém, seus planos acabam sendo frustrados, sendo lançadas apenas duas partes: a primeira lançada em 1944 e a segunda apenas em 1958.

Em *Ivan, o terrível parte I* acompanhamos o enredo do recém empossado czar e seus constantes confrontos com a elite local, os boiardos, como eram conhecidos a elite latifundiária da Rússia. Esses conflitos se dão por conta das mudanças agrárias prometidas pelo czar que desagradam os boiardos, que passam, portanto, a conspirar contra o czar, levando-os a inclusive assassinar sua esposa.

Na continuação, *Ivan, o terrível parte II*, o czar é tomado por um estado de paranoia e de vingança que o leva a executar um plano de execução dos boiardos e de alguns membros da corte. Entretanto, o filme é “vitima” da censura, sendo lançado apenas no ano de 1958, após a morte de Stalin. O filme teria sido “vitima” da censura por conta de desavenças entre o diretor e Stalin (SHLAPENTOKH; SHLAPENTOKH, 1992, pág. 75).

Serguei Eisenstein, falece no ano de 1948 sem nunca mais ter dirigido um filme. Stalin, por sua vez falece em 1953 dando um fim ao período mais dura de repressão do regime soviético.

Considerações finais

Serguei Eisenstein, foi um dos principais diretores soviéticos tendo sua obra eternizado. Sua carreira perpassa praticamente todo período stalinista e através dela podemos perceber as mudanças que o regime foi sofrendo com o passar dos anos.

Nos primeiros anos de sua carreira o diretor foi um dos principais nomes da montagem intelectual, período em que os diretores de um modo geral experimentaram uma liberdade criativa muito grande. Dando a oportunidade de produzir um cinema revolucionário, que tinha o proletariado como protagonista, em oposição ao que estava sendo feito na indústria cinematográfica capitalista.

Posteriormente, com a consolidação do regime e aumento da censura os filmes perderam a identidade dos primeiros anos da indústria cinematográfica soviética e passaram a ser filmes com temáticas nacionalistas, com protagonistas individuais com o proletariado deixando de ser o principal destaque das produções. Ou seja, perdendo as características que os diferenciavam das produções cinematográficas ao redor do mundo e o que o tornava um cinema revolucionário.

Contudo, a obra de Serguei Eisenstein, assim como a obra de outros diretores, é uma excelente fonte histórica para compreendermos o contexto político do regime soviético. Através dela podemos perceber os temas que eram discutidos no período e as mudanças que foram ocorrendo com o passar dos anos, como o gradual aumento da censura e as mudanças de rumo artístico que o cinema soviético foi passando.

Referências cinematográficas

A GREVE. Direção: Serguei Eisenstein. União Soviética: Goskino, 1925. Disponível em: https://www.telecine.com.br/filme/a-greve_21586. Acesso em: 6 out. 2021.

ALEXANDRE NEVSKY. Direção: Serguei Eisenstein. União Soviética: Mosfilm, 1938. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LpVtoUFKZ7w>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ENCOURAÇADO POTEKIN. Direção: Serguei Eisenstein. União Soviética: Mosfilm, 1926. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TrEmh2UGzwl>. Acesso em: 17 ago. 2021.

IVAN, O TERRÍVEL - Parte I. Direção: Serguei Eisenstein. União Soviética: Mosfilm, 1943. Disponível em: http://cinemalivre.net/filme_ivan_o_terrivel_1944.php. Acesso em: 25 ago. 2021.

IVAN, O TERRÍVEL - Parte II. Direção: Serguei Eisenstein. União Soviética: Mosfilm, 1958. Disponível em: http://cinemalivre.net/filme_ivan_o_terrivel_1944.php. Acesso em: 25 ago. 2021.

OUTUBRO. Direção: Serguei Eisenstein. União Soviética: Sovkino, 1927. Disponível em: https://www.telecine.com.br/filme/outubro_14205. Acesso em: 18 ago. 2021.

VELHO E O NOVO. Direção: Grigoriy Aleksandrov. União Soviética: Sovkino, 1929. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e_ron50jP4U. Acesso em: 1 set. 2021.

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. *A obra de Arte na era de se sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre. L&PM Editores, 2013.

BO, João Lanari. *Cinema para russos, cinema para soviético*. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2019.

FITZPATRICK, Sheila. *A revolução Russa*. São Paulo. Todavia, 2018.

FONSECA, João Barreto; PAIVA, Vanessa Maia Barbosa de. *Eisenstein, o cineasta da revolução*. História e Cultura. Franca, v.6, n.1, 2017, pp. 144-169.

FREITAS, Nanci de. *O velho e o novo: tensão: entre a experimentação artística no cinema de Eisenstein e as demandas ideológicas do cinema soviético*. ArtCultura. Uberlândia, v. 13, n. 22, 2011, pp. 25-40.

MORETTIN, Eduardo. *O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro*. História, questões & Debates. Curitiba: História/UFPR, n. 20/30, 2003, pp.11-42.

NAPOLITANO, Marcos. *História contemporânea 2: de entreguerras à nova ordem mundial*. São Paulo. Contexto, 2020.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 101-131.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução que mudou o mundo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2017.

SARAIVA, Leandro. *Montagem Soviética*. In: MASCARELLO, Fernando. (org.). *História do Cinema Mundial*. Campinas: Papirus, 2008, pp. 109-141.

AUTORES

Eduardo Belleza Abdala Miranda

Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre e Graduado em História também pela UFRRJ. Foi pesquisador do projeto: “Capacitação em arqueologia brasileira” no ano de 2011. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Antiga em Medieval da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (FSBRJ) em 2017.

Felipe Monteiro Pereira de Araújo

Mestrando em História pelo PPGHIS/UEG.

Jimmy Iran dos Santos Melo

Mestre em Sociedade e Fronteiras.

Lucas Kirschner Camargo Neves

Aluno do Colégio de Aplicação – CAp/UFRR.

Pedro Dideco Antunes Guettbauer

Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis e atualmente mestrando pelo programa de pós graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pedro Jorge Coutinho Guerra

Licenciado em História.

Rodrigo Bastos de Assis Ferreira

Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval, com habilitação em Administração. Pós-graduando em Teologia e História Arminiana pelo Seminário Batista Livre. Pós-graduando em Teologia e História do Pentecostalismo com ênfase no Arminianismo Clássico pela Faculdade do Maciço de Baturité-CE.



ISBN 978-658459970-3



9

786584

599703


Editora
UNIESMERO